



URBANIDADES INVISÍVEIS

apropriações espontâneas
sob o junkspace

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Scheer, Marcela Lorena Farkat.

Urbanidades invisíveis: apropriações espontâneas sob o
junkspace / Marcela Lorena Farkat Scheer. - Natal, RN, 2020.
155f.: il.

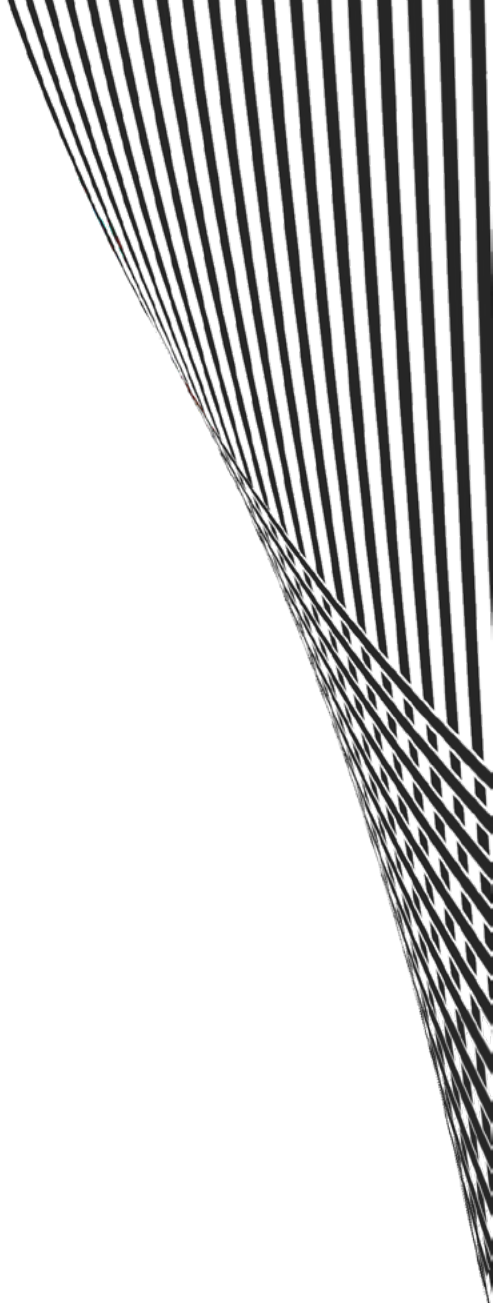
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador: Márcio Moraes Valença.

1. Urbanidade - Dissertação. 2. Cidades contemporâneas -
Dissertação. 3. Junkspace - Dissertação. 4. Morador de rua -
Dissertação. I. Valença, Márcio Moraes. II. Universidade Federal
do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 711.4



Urbanidades invisíveis:
apropriações espontâneas sob o *junkspace*.

Invisible urbanity: spontaneous appropriations under junkspace.

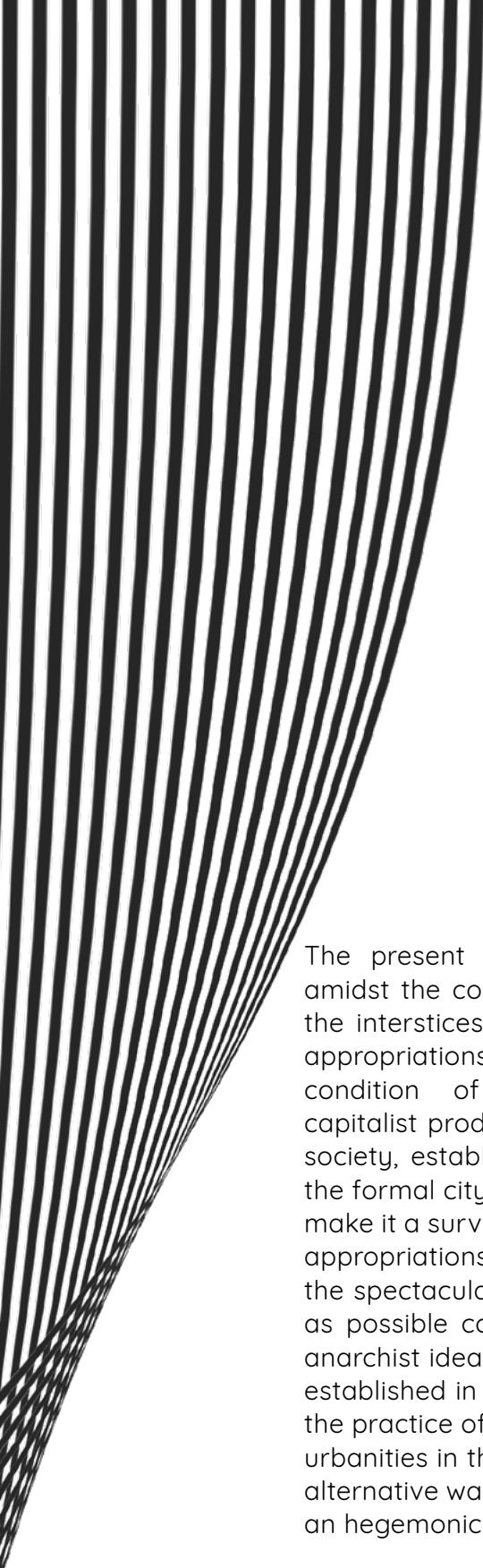
SCHEER, Marcela Lorena Farkat

Orientador: Márcio Moraes Valença

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

UFRN

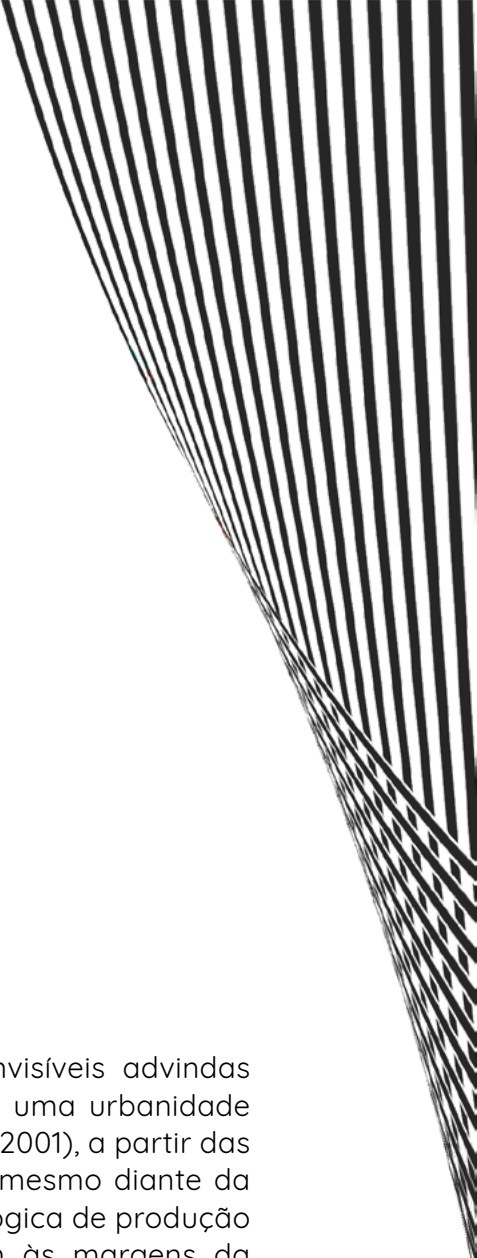
Natal, fevereiro/2020



The present research seeks to understand spontaneous urbanities amidst the contemporary city: an invisible and mobile urbanity built in the interstices of the junkspace (Koolhaas, 2010), from the continuous appropriations of the street dwellers, who reveal, even in the extreme condition of precariousness, possible counterpoints to the logic of capitalist production of space. Street dwellers, living on the margins of society, establish a transitorial relationship between the boundaries of the formal city, re-signifying what is commonly treated as waste, as they make it a survival strategy. The relations between informal spontaneous appropriations in these spaces and the logic of capitalist production under the spectacularization of contemporary city will be investigated, as well as possible connections between their daily praxis and contemporary anarchist ideals, even though they do not have a theoretical elaboration established in his movement/experience of the city. Finally, focusing on the practice of street dwellers in Natal, it is sought to reveal spontaneous urbanities in these space residues arising from the junkspace to indicate alternative ways of appropriating urban space that are not just victims of an hegemonic order.

Keywords: contemporary cities, junkspace, homelessness, contemporary anarchism, spontaneous appropriation, urbanity.

Abstract



A presente pesquisa busca refletir sobre as urbanidades invisíveis advindas da moradia de rua e a produção da cidade contemporânea: uma urbanidade ambulante construída nos interstícios do junkspace (Koolhaas, 2001), a partir das contínuas apropriações dos moradores de rua, que revelam, mesmo diante da extrema condição de precariedade, possíveis contrapontos à lógica de produção capitalista do espaço. Os moradores de rua, ao habitarem às margens da sociedade, estabelecem uma relação de transitoriedade entre as fronteiras da cidade formal, ressignificando o que comumente se trata como resíduo, pois fazem dele estratégia de sobrevivência. Serão então investigadas as relações entre as apropriações espontâneas informais nesses espaços, e a lógica de produção capitalista (e até do processo de espetacularização da cidade contemporânea), e Também serão consideradas, como especulação e provocação para reflexão mais aprofundada no futuro, as possíveis conexões entre a práxis cotidiana da vida na rua e os ideais anarquistas contemporâneos, ainda que, na primeira, não haja um projeto teórico-político estabelecido no movimento/vivência da cidade. Partindo do universo empírico em Natal, e usando outros casos abordados na literatura, busca-se revelar urbanidades espontâneas em resíduos espaciais advindos do junkspace para indicar formas alternativas de pensar a apropriação do espaço urbano que não estão sujeitos à ordem hegemônica.

Palavras-chave: cidades contemporâneas, junkspace, morador de rua, apropriação espontânea, urbanidade.

Resumo



INTRODUÇÃO ou alerta para
aceitar o estranhamento 8

1

PRIMEIRO ATO 17

1.1 Territórios da congestão 27

1.2 Espiando entre as cortinas 33

1.3 Quer beijar, beija, quer coisar, coisa 72

2

O *SCRIPT* DO ESPETÁCULO 83

2.1 *Junkspaces* cênicos 84

2.2 O palco do habitar 96

2.2 A cena da utopia: urbanidade 106

3

ORA CENÓGRAFOS, ORA
DRAMATURGOS 115

3.1 Tramas da precariedade 117

3.2 Parênteses da Inclusão

Excludentemente Dirigida 132

3.3 Bastidores da invisibilidade 135

?

Esse espetáculo não tem
CONCLUSÃO 143

Epílogo 150

Referências 152

Anexos 158

Sumário

INTRODUÇÃO ou alerta para aceitar o estranhamento

Quem passa de carro - ou mesmo a pé - nunca saberá que ali mora alguém. O vazio é isso, sobretudo: o desconhecimento do outro, o desconhecimento do deserto, o desconhecimento das vidas desertas, ele é todo um universo, mas que, entretanto, nos foge à compreensão porque, na verdade, não conhecemos em profundidade, não vivemos nesses espaços (Fuão, 2012).

Fuão (2012) assinala a rasa compreensão dos modos de vida que escapam do esquadro da cidade formal. Esse desconhecimento aponta para a relevância em entender um padrão de urbanidade pouco explorado nos clássicos tratados de Arquitetura e Urbanismo: aquele que nasce espontaneamente, conforme os desejos e necessidades do usuário, que se apropria do espaço que lhe sobra, como os baixios de viadutos, marquises, calçadas - aqui denominados resíduos espaciais -, e dota-os de sentido, independente do caráter normativo hegemônico. Inseridos num sistema de exclusão social, que os condena à marginalidade, formam territórios e comunidades que se valem do espaço público para uso pessoal em termos de (a) habitação (b) comércio e/ou (c) serviços, e criam redes de sociabilidade informais, aqui chamadas de *invisíveis*, pois são alijadas do planejamento urbano.

8 Esse sistema hierárquico excludente, produto da acumulação capitalista moderno que remonta ao século XIX, tem como um de seus resultados o que Koolhaas (2001) chama de *junkspace* - ou espaço-lixo -, um acúmulo de estruturas e infraestruturas na paisagem urbana, jamais antes produzido nessa velocidade, em que "mais é mais". Koolhaas condena todo o êxito da sociedade contemporânea ao *junkspace*, que "fomenta por todos os meios a desorientação (...), suprime as distinções, corrói a determinação e confunde a intenção com realização" (Koolhaas, 2010: 71/ 72). Entretanto, em meio a esses regimes de acumulação de rendas, que atualizam os processos de espetacularização da cidade, apontados desde as críticas pós-modernas de Debord (1967) e Lefebvre (2002 [1961]), há uma apropriação espontânea - não cumulativa - do espaço, que rompe com a ordem hegemônica do *junkspace* para fins de sobrevivência, e produzem, em meio às suas fissuras, o que aqui denominamos de urbanidade invisível, pois se encontra marginalizada e invisibilizada pela exclusão social.

Enfatiza-se, portanto, no presente trabalho, as formas de sociabilidade e conformação espacial estabelecidas pelos moradores de rua. O termo "morador de rua" possui controvérsias que serão esclarecidas no decorrer do trabalho, mas adotá-lo foi uma escolha oriunda da constatação que essa população historicamente só cresce e se prolonga apropriando-se informalmente da cidade para fins de moradia (muitos até vivem nas ruas há mais tempo do que já habitaram casas formais).

Fernando Fuão (2012), a esse respeito, trata das dinâmicas sob o viaduto, abrigo para diversos moradores de rua, e sítio de transações comerciais e relações sociais complexas, que se materializam diante da liberdade de seus usuários, desprendidas da interferência do Estado. Para ele, “o viaduto é o lugar atávico dos moradores de rua. Nele, os sem-teto encontram seu teto, sua proteção. Nele, também acontece tudo de bom, ele é o abrigo, a morada, o trabalho, a festa e a celebração” (Fuão, 2012). É nesse sentido que contraponho, não só a análise teórica acerca da cidade formal e das relações que se estruturam nela, mas a abordagem do senso comum que coloca essas populações numa condição de marginalidade. Começo, portanto, convidando o leitor a adotar uma nova lente de análise, que enxerga o domínio espacial dos moradores de rua como uma centralidade; prática autônoma, ainda que muitas vezes ilegal, de produção do espaço urbano.

Lefebvre (2002) reivindica a transformação da vida cotidiana através do seu conhecimento crítico. Para o autor, em seu método dialético regressivo-progressivo, nada é mais revelador e criativo do que eventos marginais: “fatos que aparentemente contradizem o conhecimento adquirido e aceito” (Lefebvre, 2002: 273). Sem problematizar a moradia de rua, a tese de Lefebvre me inspira a olhar para o espaço fragmentadamente, isto é, observando as particularidades de seus diferentes modos de ocupação, inventividade e apropriação. Lefebvre reconhece o espontâneo como elemento ativo, ora crescente, ora declinante, mas que, ao mesmo tempo em que escapa ao controle, está sempre imerso no ambiente controlado. Aqui me aproprio do “espontâneo” para indicar que, uma vez postos nas ruas - por seus diversos motivos - elaboram nelas urbanidades que surgem do inesperado, apesar de inseridos no ambiente controlado das metrópoles contemporâneas.

Jacques (2003a), também inspirada pela crítica lefebvreana, aponta o caráter impositivo do planejamento urbano, por vezes autoritário, visando à uniformização do tecido urbano e gerando espaços sem identidade ou frágeis de apropriação. Tomando como partida o processo espacial da favela, ela indica sua riqueza e complexidade cultural, destoantes das cidades artificiais que são criadas deliberadamente por arquitetos e urbanistas (Jacques, 2003a: 105).

Apesar de não se deter à moradia de rua, como exemplar de urbanismo espontâneo e ação livre da vida cotidiana, Jacques (2003a) aproxima-se das práticas do sem-teto quando destaca o caráter não planejado das favelas cariocas, que fogem ao controle do racionalismo dos planejadores, e surgem durante a noite “enquanto a cidade tradicional dorme” (Jacques, 2003a: 105). De forma análoga, o urbanismo dos moradores de rua se dá quando a cidade formal não os vê. Eles constroem e

reconstruem seus espaços diariamente, sem tijolos de alvenaria, material que representa o estágio último das moradias das favelas, mas, assim como os favelados, utilizam fragmentos que têm a seu alcance, não nos terrenos vazios, mas sobretudo nas brechas que encontram em meio aos cheios.

Os moradores de rua, cada um com sua história, muitos, inclusive constituindo família nesses espaços abertos, são frutos de diversas trajetórias de desvinculação social e econômica, que enxergam nos “resíduos espaciais” possibilidades de ocupação e vivência que estão além do concebido pelo planejamento formal e do imaginário usual, originando neles ricas possibilidades de sociabilidades urbanas em contraponto à lógica da produção capitalista. Seguem uma movimentação contínua, em busca de melhores espaços para sobrevivência, demarcando e ressignificando territórios, conexões e dinâmicas sociais nas ruas. Trabalham no entorno de onde habitam, pastorando carros, catando entulhos, até praticando pequenos delitos, oscilando entre as fronteiras simbólicas da ordem urbana, buscando recursos dos habitantes da cidade formal, para continuar produzindo sua própria ambiência informal.

Frangella (2004), a esse respeito, defende que mesmo dentro de limites de sujeira, às margens da cidade, o morador de rua resiste - material e simbolicamente - à sua extinção, fazendo-se presente nos cenários de todas as metrópoles ao redor do mundo. Desse modo, apesar dos diferentes processos que resultam na exclusão desses indivíduos da cidade formal, essas pequenas células nômades e autônomas provocam questionamentos acerca de suas estratégias de produção, transformação, gestão do espaço e contínua adaptação.

Investigo, portanto, a apropriação dos espaços públicos residuais a fim de entender como as manifestações espontâneas que nele ocorrem podem criar um contraponto ao teorizado por Koolhaas (2010) como *junkspace*. Koolhaas defende o caráter estrutural do *junkspace* para a sociedade do consumo. Entretanto, para o morador de rua, o *junkspace* vai além do consumo. É sua sobrevivência. Seu cotidiano transcende a linearidade e rompe com as dualidades dentro-fora, casa-rua, pois é na rua que manifesta seu habitar. Questiono, então, se a interpretação do *junkspace* como fruto do acúmulo artificial da sociedade do consumo esgota as relações sociais e espaciais estabelecidas informalmente nos espaços públicos. Ou se, ao ser rompido por ritmos espontâneos, no nosso caso, da moradia de rua, seus resíduos apareceriam como substrato para o desenrolar de condições de urbanidade, no sentido de espaço propício para o bem-vida das alteridades (Aguilar et. al, 2012).

O objeto da dissertação não se detém aos aspectos sociais da vivência na rua, tema já

tratado em muitos estudos, mas à forma de sua inserção no espaço urbano, sob a hipótese de que essas populações ressignificam o *junkspace*, permitindo condições de urbanidade. Não discuto o desejo ou não dos moradores de rua em serem inseridos na “cidade formal”. Muitos revelam sonhar com um emprego, ou uma casa; outros relatam preferirem a “liberdade” das ruas¹, inclusive não se adaptando às iniciativas institucionais de provisão habitacional via mercado. Investigo aqui apenas a urbanidade do espaço *entre*. Enquanto situados às margens do consumo formal, vivendo informalmente sob infraestruturas viárias, marquises etc., demonstram existirem condições de integração social distintas daquelas que se dão formalmente na cidade. Há uma relação aparentemente contraditória entre os processos de exclusão e apropriação desses espaços. Essas expressões de urbanidade, frutos das apropriações espontâneas informais, tratadas aqui como *invisíveis*, são objeto de pesquisa como contraponto à lógica do planejamento urbano nas cidades contemporâneas.

O interesse pelo tema nasceu da curiosidade provocada pelos percursos diários sob baixios de viadutos onde, aparentemente, grupos sociais desenvolvem-se paralelamente ao regime formal da cidade, criando uma estética socioespacial própria, orgânica que, apesar de trazerem resquícios das alienações do passado, muitas vezes imitando-as, desafiam paradigmas convencionais. Pensando no limite estabelecido pelos termos de Koolhaas (2001), todos os cidadãos habitam o *junkspace*, já que este é o produto das grandes massas edificadas no meio urbano. Não obstante, ao tomar os resíduos deixados pela cidade formal, os moradores de rua transformam o descarte em essência, em oportunidade. Nesses resíduos, por mais precários que sejam, o espaço público cede lugar às relações privadas, lugar de convívio social e trocas humanas. A casa não é estabelecida entre paredes, os cômodos se mesclam e contradizem a setorização programática que ilustra os livros e manuais de projeto arquitetônico.

Salienta-se, portanto, que não se busca, aqui diminuir a precariedade física e simbólica na qual vivem, ou ignorar a violação diária de seus direitos fundamentais, tal como a supressão da moradia digna. Aqui o foco é olhar **como**, ainda em face a todas as violências sofridas, essas práticas podem apontar para oportunidades, ainda que contraditórias, de emancipação social por meio da construção efetiva de novas territorialidades e urbanidades invisíveis no espaço da cidade. Afinal, apesar do incômodo que seus vestígios visíveis causem, suas urbanidades ainda são invisibilizadas, pois são pouco apreendidas como método de apropriação livre do espaço público.

¹ Informações apreendidas com base em visitas *in loco* em algumas ocupações sob viadutos, bem como em reportagens e vídeos produzidos sobre moradores de rua.

Desse modo, pauta-se um objetivo: revelar essas apropriações espontâneas enquanto urbanidades alternativas nos resíduos marginalizadas do *junkspace*, com intuito de colaborar para a discussão sobre as diversas condições de urbanidade na cidade contemporânea.

A dissertação se delinea a partir de quatro objetivos específicos:

(1) ilustrar estratégias de apropriação e gestão do espaço urbano dos moradores de rua, tomando como campo empírico as apropriações dos moradores de rua em Natal.

(2) compreender até que ponto essas urbanidades guardam semelhanças com alguma forma da práxis anarquista contemporânea, ainda que não exista uma elaboração teórica ou um projeto político por trás do seu movimento cotidiano.

(3) Identificar a produção do *junkspace*, isto é, pontuar conceitualmente o acúmulo de estruturas e infraestruturas com fins de reprodução de capital;

(4) reconhecer e pontuar o sentido do habitar no espaço urbano e como ele pode se converter em instrumento de produção de urbanidades espontâneas pautadas pelos valores da vida cotidiano como obra coletiva;

(5) situar, historicamente, a conjuntura socioespacial da moradia de rua, atentamente às condições de exclusão social e invisibilidade, e entendê-la como método de apropriação espontânea que oscila entre os ritmos formais e informais da cidade contemporânea.

Lança-se, por fim, a questão: essas estratégias alternativas, como microrresistência ao processo de espetacularização das cidades contemporâneas, podem indicar caminhos alternativos e ações de urbanidade, mesmo sem planejamento formal?

A fim de responder a esses objetivos e questões, a orientação metodológica buscará, numa primeira etapa, estabelecer um diálogo entre a realidade da moradia de rua, introduzida pelas produções bibliográficas até então, buscando evidenciar o cotidiano dos moradores de rua, suas semelhanças em diferentes contextos espaciais e temporais, bem como seus mecanismos de espacialização e territorialidades que garantem sua sobrevivência, assumindo que a ordem hegemônica não paralisa a criatividade das ações humanas *invisíveis*, por mais precárias e marginalizadas que sejam. O aprofundamento dessa narrativa se dará, ademais, com o suporte empírico, tomando como recorte as apropriações dos moradores de rua da cidade de Natal.

Para apreensão do estudo empírico, foram realizadas visitas in loco, registros fotográficos e entrevistas, a fim de compreender como se dá a apropriação desses

espaços, com suporte de materiais audiovisuais já produzidos a este respeito (jornais, entrevistas, reportagens, vídeos veiculados na internet etc.). Busca-se, aqui, também cartografar as territorialidades estabelecidas por essa urbanidade invisível, realizando passeios acompanhados, seguindo os caminhos determinados pelos ritmos e ações dos moradores de rua. São também investigadas as articulações interpessoais e evolutivas no espaço, onde, mesmo diante da instabilidade, há um aparente equilíbrio, uma ordem própria, diferente da relação de propriedade estabelecida pela cidade formal.

São então expostas as práticas espaciais e ritmos cotidianos dos indivíduos em situação de rua, com o cuidado de resguardar sua individualidade. Essas informações são compiladas sob a forma de narrativas curtas e fotomontagens diagramáticas que possam espacializar o que chamamos de urbanidade invisível. Por fim, exploro o quão próximas essas urbanidades invisíveis estão da teorização anarquista contemporânea, uma vez que estão marginalizadas pela ordem hegemônica, mas sobrevivendo paralelamente a ela.

O referencial teórico trata da crítica ao planejamento hegemônico de cidades e as novas formas de reprodução de rendas no meio urbano, que ainda guardam proximidades com a ordem racionalizante do planejamento formal moderno. Também busco suporte das abordagens conceituais a respeito do habitar e das premissas para o estabelecimento de urbanidades no espaço público, bem como a relação entre esses conceitos e o que vem sendo observado na prática, sobretudo no planejamento urbano brasileiro.

Estruturamos a construção da narrativa teórico-empírica em três capítulos, intitulados nos termos do espetáculo teatral. O “primeiro ato” se encarrega de apresentar a observação empírica da realidade. Descrevo, primeiramente a situação e o método de pesquisa, mapeando as práticas urbanas dos moradores de rua nos resíduos espaciais da cidade de Natal. Em seguida, relaciono essas duas dimensões - espacial e social - a fim de explorar alternativas ao modelo tradicional de se relacionar o espaço e habitar a cidade, cujo caráter *bottom up* pode sugerir relações de proximidade com a práxis anarquista, ainda que essa prática não seja consciente e não possua embasamento teórico de questionamento das estruturas capitalistas vigentes. Assim, conceituo o que denomino como urbanidade invisível, frente ao modelo hegemônico de cidades.

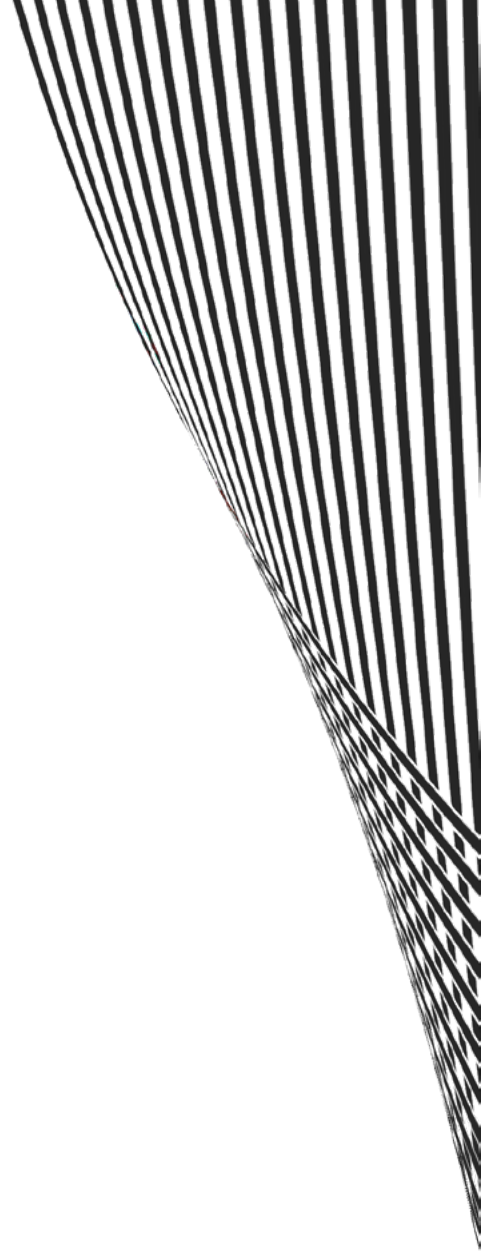
O capítulo 2, “o *script* do espetáculo”, segue a fundamentação teórica sobre a cidade contemporânea, tendo como ênfase a produção do *junkspace* e desses espaços de sobra que ficam à margem do planejamento urbano, como fruto de um processo de dominação capitalista, bem como os conflitos e contradições advindos dessa lógica,

contrapondo-se às possibilidades de emancipação social e habitar no espaço. Em seguida, adentramos nas noções de urbanidade e os aspectos apontados pela literatura como fundamentais para a realização e o bem-vir das alteridades, enfatizando os aspectos da vida cotidiana na apreensão do espaço urbano.

Em 3, “ora cenógrafos, ora dramaturgos”, abordo os moradores de rua: situo historicamente a problemática da exclusão social e as condições de vulnerabilidade e precariedade advindas da produção hegemônica do espaço urbano, que muitas vezes impõe a vida na rua e a apropriação desses espaços intersticiais, compreendendo a formação desses territórios e percursos que tanto diferem da cidade formal. Trato finalmente do ofuscamento e, conseqüente invisibilização do indivíduo em meio ao silenciamento coletivo das sensibilidades que estigmatiza a condição do morador de rua como enfermidade social. Neste capítulo, também são trazidas as questões contextuais, acerca dos movimentos sociais e dos diferentes casos de moradia na rua em outras cidades.

Por fim, nas considerações finais, demonstro minhas observações finais frente ao tema do trabalho, o qual pretendo aprofundar em discussões futuras, em outros universos de estudo.





PRIMEIRO
ATO

Cheguei super confiante, com ideias e sonhos na cabeça, até me deparar com a sala de aula. A minha primeira suspeita para esta pesquisa era de que o contraponto à lógica socioespacial capitalista só poderia ser uma lógica não-hegemônica, ou seja, anarquista. Parecia puro raciocínio dedutivo, mas foi objeto de muitas controvérsias. Meus professores foram ótimos; diga-se de passagem, super intelectuais, com autores e bibliografias na ponta da língua (muitas delas acabei utilizando aqui), mas cada aula em que eu apresentava as ideias desta dissertação, mais questões surgiam, e minhas certezas sucumbiam numa neblina turva de novas dúvidas. O problema é que o anarquismo tem um estigma de quebrar-tudo, como black-blocks mascarados depredando o patrimônio. É também um campo pouco discutido em programas de arquitetura. Por isso, talvez seja difícil discuti-lo numa sala onde alguns até amam as digressões sobre espaços públicos, direito à cidade e tal, mas continuam indo e voltando para seus condomínios

Paguei para ver

fechados nos seus carros, com vidros também fechados, ignorando tudo que há ao redor. Calma, não estou condenando todos à hipocrisia do discurso teórico sobre a cidade, mas o próprio Koolhaas, quando inserido no campo dos estudos urbanos, assume que não há imunidade frente ao que denomina junkspace - todo esse acúmulo de espaço construído pela humanidade.

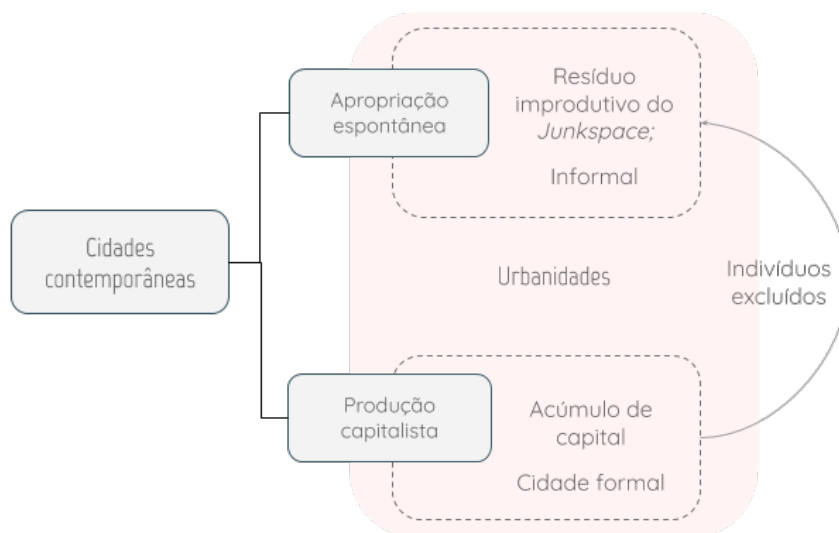
Todos nós, pertencentes ou excluídos, participantes ou passivos, estamos inseridos na lógica capitalista do junkspace. Evitamos o confronto com a precariedade. Eu mesma não me imagino capaz de morar nas ruas. A questão não é essa. O fato é que a vida que ali acontece é diferente da minha, provavelmente da sua também. A tentativa é, aqui, tentar agir menos como o típico estrangeiro de Albert Camus - indiferente à realidade perversa que o rodeia - e mais como um Stalker de Tarkovyski para tentar encontrar as respostas para minhas inquietações: enxergar a cidade com outros olhos.

Mas como os vaga-lumes desapareceram ou “redesapareceram”? É somente aos nossos olhos que eles “desaparecem pura e simplesmente”. Seria bem mais justo dizer que eles “se vão”, pura e simplesmente. Que eles “desaparecem” apenas na medida em que o espectador renuncia a segui-los. (Didi Humberman, 2011: 47).

Didi-Huberman traz uma alegoria da sobrevivência dos vaga-lumes em meio ao pessimismo de Pasolini (1975), que condena a sociedade ao “genocídio cultural”, o fim dos valores, das almas, das linguagens, dos gestos e dos povos. Quando Pasolini escreve sobre o desaparecimento dos vaga-lumes, remetendo metaforicamente (e num tom de exagero) ao apocalíptico desaparecimento da dimensão humana na sociedade do espetáculo (Debord, 1967), ele generaliza a mercantilização da vida, própria das críticas pós-modernas. Para Didi-Huberman, há outro viés, oculto, mas não menos vibrante, trazendo a necessidade de procurar, durante a noite, essa dança escondida, embora viva, dos vagalumes; descobrindo a sobrevivência das imagens, “seu recurso de desejo e de experiência no próprio vazio de (...) nossa vida mais cotidiana” (Didi-Huberman, 2011: 128).

Resgato, aqui, o sentido debordiano da espetacularização no meio urbano. Debord (1967) aborda o espetáculo como ferramenta para o desenvolvimento do capitalismo, que concretiza, por meio da criação de ícones urbanos e imagens artificiais, a ideologia desenvolvimentista alienante, resguarda o poder de classe e coíbe a mobilização social:

Limitada pelo écran do espetáculo, para onde sua vida foi deportada, [a consciência] não conhece mais do que interlocutores fictícios que lhe falam unilateralmente da sua mercadoria e da política de sua mercadoria (Debord, 1967: 160).



Resumo do recorte temático, diagrama da autora, 2019

Num embate contínuo entre a necessidade e a liberdade, a oferta de serviços institucionais e o exercício da espontaneidade, essa narrativa urbana enfatiza a apropriação dos moradores de rua como protagonista.

Para isso, partimos de uma primeira aproximação indireta com o tema, a partir dos estudos realizados alhures. Aqui destaco Kasper (2006), sobre a moradia de rua em São Paulo; Burszkyn (2003b), adentrando comparativamente casos no Rio de Janeiro e Brasília; e Snow e Anderson (1998), em Austin (Estados Unidos); e do contato com documentários, vídeos e entrevistas ao redor do mundo, como forma de entender se há padrões em sua relação com a cidade que independem do contexto socioespacial e econômico em que se situam. Apesar de algumas diferenças culturais e históricas que estruturaram a moradia de rua em cada caso (inclusive dentro de um mesmo país), observamos que muitas estratégias de sobrevivência na cidade se repetem.

Em seguida, adentramos nosso universo de estudo, em Natal. O último levantamento institucional feito em relação a essa população data de 2008 (MDS, 2008), quando foram contabilizados 223 adultos morando nas ruas da cidade. Já os dados do Movimento Nacional da População de Rua sinalizam para cerca de 1.500 adultos (Lima et. al., 2019: 1)

Serviços de apoio à essa população foram criados em 2011, tais quais uma "Unidade de Acolhimento para a População em Situação de Rua" (o Albergue Municipal, atendendo 58 pessoas diariamente, entre as 19h e 05h), três equipes de Consultório na Rua (Cnr), para suporte médico, e um "Centro de Referência Especial de Assistência Social para População em Situação de Rua" (Centro Pop, com mais de mil indivíduos cadastrados, cujo funcionamento se dá de segunda à sexta, entre 8h e 18h). Este último, após um período desativado, retornou às atividades em 2014, atendendo cerca de 160 pessoas por dia (Semtas, 2016).

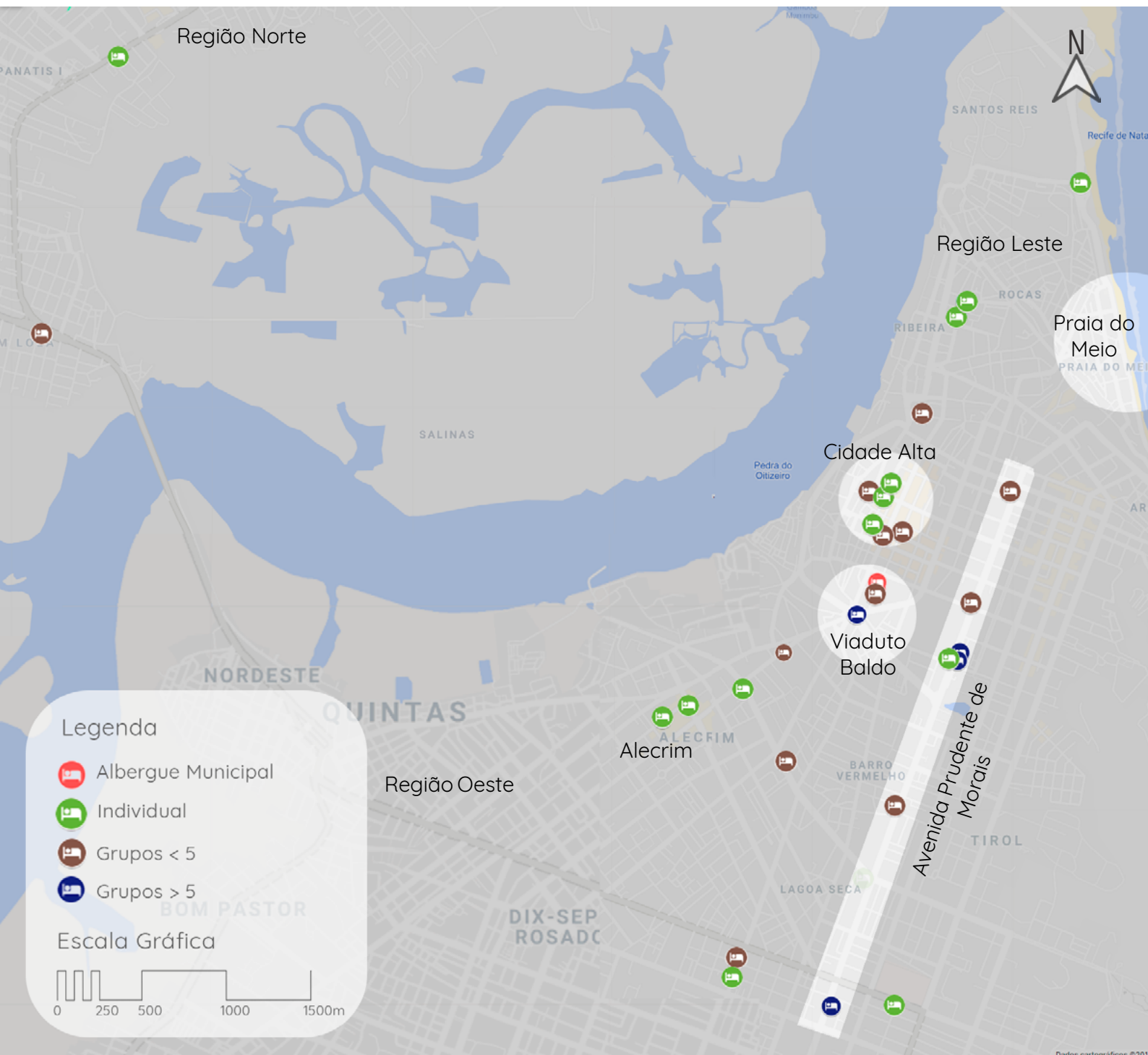
Apesar da relevância social desses serviços (o albergue, por exemplo, conta com uma equipe de 32 profissionais entre psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), as pesquisas realizadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), bem como do departamento de Psicologia da UFRN (Amorim et. al., 2017: 391), apontam para violações graves aos direitos dos moradores de rua, além das limitações em atender a crescente demanda dessa população.

Utilizo aqui termo “morador de rua” pois entendo que, apesar da sua condição marginal, nem sempre bem-quista por eles, suas práticas estruturam um habitar próprio, que, em sua maior parte, não é somente uma situação, conforme sugerido pela terminologia oficial “população em situação de rua”. Muitos deles habitam há mais tempo nas ruas que em habitações formais, além da parcela que se recusa a ser inserida no mercado habitacional. A terminologia oficial, oriunda dos movimentos de luta por moradia, não parece suficiente para englobar a variedade de urbanidades aqui delineadas.

Primeiro, mapeei os principais focos de moradia de rua na cidade. Fontes de dados institucionais foram referência, mas a dificuldade de acesso, bem como a desatualização das informações, dada a elevada mobilidade desta população nos espaços urbanos, me levou a escolher caminhos mais empíricos. A pesquisa-intervenção de Amorim e Nobre (2018), mais atualizada a respeito do universo de Natal, também serviu como guia para a abordagem. As autoras identificaram maior presença dessas pessoas na Região Leste, com pequenos focos na Região Sul e Oeste.

A transitoriedade dessa população, bem como a defasagem dos dados e a possibilidade de que eles não contemplem todo o universo de moradores de rua da cidade, me fez optar por uma abordagem não-censitária ou estatística. Realizei percursos noturnos pela cidade, de bicicleta, ônibus e a pé, como forma de perceber se a espacialidade trazida na literatura ainda se confirma e, apesar de identificar focos pontuais na Região Norte (onde, no início de 2018, a Prefeitura removeu uma ocupação sob o viaduto de Igapó), pude confirmar a mesma concentração focada na Região Leste da cidade. Distingui as concentrações coletivas (sobretudo em grandes Avenidas, como a Av. Prudente de Moraes), dos espaços onde a moradia de rua se dá de forma mais individualizada (nos bairros da Ribeira e Cidade Alta).

Principais núcleos de moradia de rua, Natal Acervo da autora, 2019



Os procedimentos decorreram do enfoque nos territórios estabelecidos pelos moradores de rua na cidade bem como na espacialidade de sua moradia e, finalmente, como se estrutura sua urbanidade. Foram entrevistadas 32 pessoas: 18 sob o viaduto do Baldo, três sob a marquise da loja da Miranda, na Av. Prudente de Moraes, oito em frente ao supermercado Nordestão, também na Av. Prudente de Moraes, uma sob a marquise da farmácia Santa Sara, na mesma avenida, e três, também na Av. Prudente de Moraes, em frente à uma academia de ginástica, a Smartfit. As entrevistas se situam entre os meses de maio e setembro de 2019 a partir da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética, e se deram em dias e turnos alternados, a fim de possibilitar o registro de condições diferentes de apropriação. Nos casos situados em marquises na Av. Prudente de Moraes, as entrevistas foram realizadas à noite, depois do fechamento das lojas que permitem sua estadia. Foram três as tentativas de entrevistas na Ribeira, mas os indivíduos recusaram-se a falar, de modo que os relatos sobre a Ribeira ficaram restritos aos que já tiveram experiências anteriores morando no local.

Quadro-resumo das entrevistas, 2019

Viaduto do Baldo	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■	18 entrevistados	
Prudente de Moraes	[Farmácia Santa Sara	1 entrevistado
		Miranda Computação	3 entrevistados
		Supermercado Nordestão	8 entrevistados
		Academia Smartfit	3 entrevistados
		Total - 33 entrevistados	

Optei pela abordagem etnográfica, como forma de construir uma inserção mais profunda no campo que o comumente apreendido em questionários e entrevistas objetivas. Apesar dos possíveis riscos advindos desse contato mais próximo e rotineiro, visto que os conflitos entre parte dessa população, bem como o uso de substâncias químicas podem conduzir a ações agressivas, essa escolha me permitiu ver singularidades que produzem rupturas. As pesquisas realizadas até o presente na cidade enfatizam questões de saúde pública e assistência social. Aqui destaco os trabalhos já citados de Amorim et. al (2017) e Lima et. al. (2019) que se aproximam desse exercício de “estar ao lado e ir (...) se interessando pelas vidas ali, naquilo que há nelas de precário, mas também de potente” (Amorim, et. al., 2017: 393).

As entrevistas se deram, em sua maioria, de forma coletiva (à exceção da realizada sob a marquise da Farmácia Santa Sara), após a explicação do teor da pesquisa e consentimento dos entrevistados. Algumas puderam ser gravadas, mas, sobretudo em frente ao supermercado Nordeste e na marquise do Banco do Nordeste, houve uma resistência em termos de gravação e registros fotográficos, de modo que algumas construções imagéticas não foram possíveis e os registros limitaram-se à produção de diários de campo. As perguntas trataram, além dos aspectos espaciais, das formas de organização coletiva e dos aspectos que envolviam a interface entre os demais habitantes da cidade. Foquei em suas estratégias de sobrevivência e nas principais localizações escolhidas na cidade, assim como suas rotinas diárias e seus métodos de ganhos monetários.

Desse modo, as narrativas foram elaboradas como uma linguagem aberta a múltiplas interpretações, mas baseadas nas experiências e práticas enunciadas pelos moradores de rua, que permitem vislumbrar a novos devires urbanos. Elaborado em Netto (2012: 56), o conceito de devir urbano apresenta-se como

um desejo, uma intenção ética, uma aspiração de uma cidade aberta, um tempo futuro onde as disjunções do encontro por força das diferenças sociais seriam convertidas, quem sabe, em uma convergência das alteridades na cidade, matriz de interações imprevisíveis.

A escolha das pessoas e localizações que, depois, foram estudadas dependeu da frequência de ocupação de determinados espaços, bem como dos vestígios que foram encontrados no mapeamento inicial. Durante as entrevistas, outros locais foram apontados como importantes, alguns desocupados, retirados, e outros que ainda resistiam na cidade.

Segui o estudo empírico por três etapas: primeiro, mapeei esses territórios, distinguindo-os conforme a concentração de indivíduos. Observei grandes aglomerações de pessoas na Prudente de Moraes e no Viaduto do Baldo, que me guiaram para as primeiras entrevistas. Na Ribeira e Cidade Alta, os indivíduos mantinham-se em agrupamentos menores ou mesmo individualmente, com uma localização menos fixa do que o observado na Av. Prudente de Moraes e no Baldo. Segundo, a partir deste mapeamento, busquei entender os princípios de gestão que ordenam esses sistemas, diferenciando-os conforme suas peculiaridades e os meios de subsistência

que definem seus ritmos na cidade.

Ao final, busquei, a partir dessas experiências, criar um percurso narrativo, indicando os atalhos e fissuras por entre as barreiras excludentes do junkspace. As provocações teóricas tiveram inspiração nas elaborações conceituais de Koolhaas e Debord, criando um espetáculo alternativo, voltada para a visibilidade de urbanidades invisíveis.

Alberto diz viver sozinho. Ele mora sob a marquise da farmácia que está num dos cruzamentos mais congestionados da cidade. Congestão me faz lembrar Koolhaas. Não pelas filas de automóveis, Koolhaas não confunde seu conceito com o congestionamento, mas pela densidade de usos e ocupações num mesmo espaço. Panfletos de construtoras por toda parte me remetem à reprodução de mais-valias. Muita gente no mesmo lugar, indo para o mesmo destino, no mesmo horário num mesmo ritmo que provavelmente não escolheu.

Mesmo assim, Alberto diz viver sozinho, mas concorre espacialmente com vendedores de frutas, de bugigangas eletrônicas, vendedores de Cavaco-chinês, com um malabarista, uma dupla de jovens com panfletos de construtoras imobiliárias e uma família de pedintes - não moradores de rua - que desfrutam do engarrafamento que bloqueia o trânsito todos os dias. Cada um à sua maneira, todos no espaço público, numa congestão informal que se aproveita da congestão formal da cidade. Alberto me contou que nenhum deles mora nas ruas, mas tampouco a presença deles atrapalha seu cotidiano porque passa a maior parte do dia como servente de pedreiro numa obra ali pertinho. Além do trabalho, também beneficia-se de algumas doações noturnas que recebe, de modo que não precisa se deslocar muito para viver, a não ser quando vai visitar a família no interior do estado. Fiquei surpresa ao perceber que o único dali que efetivamente dorme nas ruas é o que menos dela tira proveito delas durante o dia. O principal atrativo dali, para ele, é a proximidade ao trabalho e a distância das inimizades que acabou

I.I Territórios da congestão

criando em outros focos de moradia de rua coletiva na cidade. Alberto não entrou em detalhes sobre o que levou a essas inimizades; falou apenas em confusão por causa de álcool, e não me pareceu adequado me aprofundar nesse tema da sua vida. O que mais chamou atenção foi que eu o encontrei pela primeira vez sentado na jardineira do Bompreço, supermercado que fica na esquina oposta à da farmácia. Era final da tarde de sábado, a farmácia estava fechada, as ruas não estavam congestionadas. Alberto não pôde ir para o interior naquela semana, mas tinha ao alcance dos pés aquele supermercado, onde poderia conseguir algum alimento para o final de semana, já que não gostava de ir à feijoada vegana que oferecem embaixo do viaduto do Baldo aos sábados. O viaduto fica a uns dois quilômetros dali e é um importante foco de moradia de rua em Natal, mas Alberto prefere a farmácia, onde pode ficar “sossegado”, em suas palavras. Temos um aparente paradoxo do sossego em meio à congestão. Porque sossego para Alberto é distância de conflitos, não de pessoas. Alberto dorme sozinho, mas coexiste entre diversos outros habitantes que sobrevivem daquela esquina ou pelo menos passam por ela. São formais e informais, numa miscelânea de usos, que traduzem a urbanidade.

Ali se compram frutas, bugigangas, Cavaco-chinês. Ali também se trabalha, se vende publicidade, se pede ajuda. Tem até quem prepare frango assado no canteiro central para o almoço. Ali há os que apenas passam, mas há os que habitam, como Alberto. Ninguém precisa pagar o aluguel de uma sala num arranha-céu para estar ali. Uma só esquina, uma cidade inteira.

Koolhaas (2008) fala sobre um crescimento desordenado das cidades, que desembocará numa nova ordem colossal, de arranha-céus que engolem a congestão das ruas. O único caminho para a solução, segundo o autor, quando trata de Nova Iorque, uma das maiores cidades do mundo, dependeria de um arranjo que diminuísse as distâncias entre as pessoas e seus locais de trabalho e compras, o que culminaria em cidades inteiras abrigadas num mesmo edifício com múltiplos usos e funções, evitando o contato com a rua. Dessa forma, “todo movimento que contribui para a congestão - horizontalmente através da superfície da terra - é substituída por um movimento vertical dentro de edifícios, que causarão a descongestão” (Koolhaas, 2008:174), esta última tratando-se da organização de funções separadamente dentro dos edifícios, por pavimentos ou blocos.

Se Koolhaas enxerga no arranha-céu de Nova Iorque uma cidade inteira, enxergamos aqui, na esquina de Alberto, outra cidade, não tão densa quanto a metrópole norte-americana, mas também inteira, resultado de fluxos das outras partes da cidade que se alimentam dela. Assim, o morador de rua, junto com outros indivíduos que estabelecem trânsitos e associações informais nas ruas, ressignificam o espaço público, marcando territorialidades próprias que oscilam entre a visibilidade e a invisibilidade, conforme esta ou aquela lhe parece mais conveniente. Ainda que desprovidos da propriedade privada, sua prática elabora no urbano, ao mesmo tempo, seu espaço de relações privadas e coletivas. Realizando, às vezes, pequenas transgressões às normas sociais - em prol da sobrevivência -, socialmente marginalizados, criam territórios e experiências desviantes em polos de centralidade urbana, onde relatam auferir mais recursos que nos seus locais de origem (Bursztyn, 2003b; Nascimento, 2003; Snow e Anderson, 1998).

Bursztyn (2003b), acerca das motivações, trânsitos e migrações dos moradores de rua, observa que muitos deslocam-se continuamente entre uma cidade e outra, sem pretensões de ingresso na vida formal. Em alguns casos, há os que se infiltram na vida urbana,

penetrando numa intrincada teia de atividades que, embora marginais, são de utilidade a um sistema econômico complexo, que se desdobra ora em serviços pessoais (lavadores e guardadores de carros), ora em atividades subsidiárias à produção industrial (reciclagem de materiais, com destaque para o papel). Bursztyn (2003b:234).

Além disso, apesar do desejo em retornar às cidades de origem, as condições precárias

de sobrevivência subumanas nas capitais brasileiras demonstram ser melhores, sobretudo no que diz respeito à oferta de alimento e possibilidades de trabalho.

Dessa forma, ingressos num trabalho formal ou não, é na congestão urbana onde encontram maiores possibilidades socioeconômicas de sobrevivência. Sarah Escorel (2003) aborda a centralidade das localizações dos moradores de rua no Rio de Janeiro. Para ela, a moradia de rua por si só guarda padrões de comportamento que se repetem em grandes centros urbanos. A autora, que compara seus estudos com a realidade de São Paulo e Porto Alegre, entende que o espaço urbano os condiciona e é condicionado por eles, conformando localizações que se pautam sobretudo pela oferta de: a) cobertura (associado na maior parte à qualidade de abrigo seguro, ou “teto”); b) água, alimento e doações (daí a concentração de muitos em áreas centrais e próximas aos locais de consumo como supermercado, bancos e clínicas); c) possibilidade de higiene (disponibilidade de água para banho, lavar as roupas e limpar os pertences), e d) pontos de assistência institucional em geral (sobretudo aos que precisam obter seus documentos).

A assistência institucional aparece como um ponto que divide opiniões entre os moradores de rua. Apesar da literatura de forma geral concordar que as instituições assistenciais não oferecem meios de saída das ruas, os casos trazidos na bibliografia de Snow e Anderson (1998), Escorel (2003), Bursztyn (2003b), Amorim e Nobre (2018) sinalizam que, ao mesmo tempo que muitos se recusam a se instalar em albergues - sob alegações de violência, roubo, sujeira e normas rígidas -, tais entidades funcionam, nas cidades trazidas pela bibliografia (Austin, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Natal), como pontos de atração de moradores de rua, catalisadores da sociabilidade entre eles, não importando suas origens. Assim, nessas cidades, os principais focos de moradia de rua costumam estar próximas a instituições assistenciais e, mesmo desapropriados pelas municipalidades, voltam a ser re-ocupados rapidamente.

Outros aspectos levantados por Escorel (2003) dizem respeito à sazonalidade dessa espacialidade, conforme alterações climáticas, obras ou eventos que possam proporcionar possibilidades de ganhos, a exemplo de shows e jogos de futebol. Grandes eventos deslocam parcelas dessa população para suas proximidades, onde podem obter ganhos com coleta de latinhas. Escorel constata que os horários do caminhão de lixo, bem como de missas e ações caritativas também influenciam seus trânsitos cotidianos, conforme seja sua principal fonte de renda, além da própria dinâmica dos centros urbanos, cujo funcionamento efervescente, durante o dia, viabiliza ganhos e

o típico abandono à noite lhes proporciona certa privacidade doméstica em meio ao espaço público.

Os depoimentos obtidos revelaram a territorialização da moradia, como no caso de Dalton, que dizia que a marquise podia variar mas sempre era em Botafogo; ou Miguel, que passava o dia entre Botafogo e Copacabana onde “garimpava” o lixo e conseguia alimentação, mas dormia em Ipanema, num “lugar calmo, bom de se ficar”: era um canteiro perto de um edifício, onde ele afastava os vasos de plantas e fazia um “quadrado” que ficava quentinho, não chovia e era seguro, “não mexem com a gente” (Escorel, 2003: 150).

Assim, ainda que inconstantes e efêmeros, seus raios de ação costumam ser delimitados, circunscritos ao entorno de suas principais atividades cotidianas, viabilizadas pelas possibilidades que a congestão urbana lhes oferece. Em Natal, as observações empíricas também corroboram para essa lógica territorial. Os principais pontos de moradia de rua aqui levantados se concentram próximo ao centro da Cidade, sobretudo no entorno do Albergue Municipal e do Centro Pop.

Alguns padrões importantes surgem das primeiras aproximações no universo de estudo. As ocupações individuais concentram-se no centro da cidade, ao passo que as formações coletivas de moradia de rua apresentam maior espraiamento territorial, muito embora estejam concentradas na Av. Prudente de Moraes, uma das vias com maior fluxo de pessoas da cidade. Outro ponto diz respeito à sua efemeridade. Os pontos de moradia individual em Natal possuem maior tendência a mudar de local, em relação aos pontos de moradia de rua onde dormem os grupos maiores. Isso se revela ainda a partir dos vestígios materiais que se apresentam na paisagem.

Vestígio na esquina, Av. Prudente de Moraes.
Acervo da autora, 2019





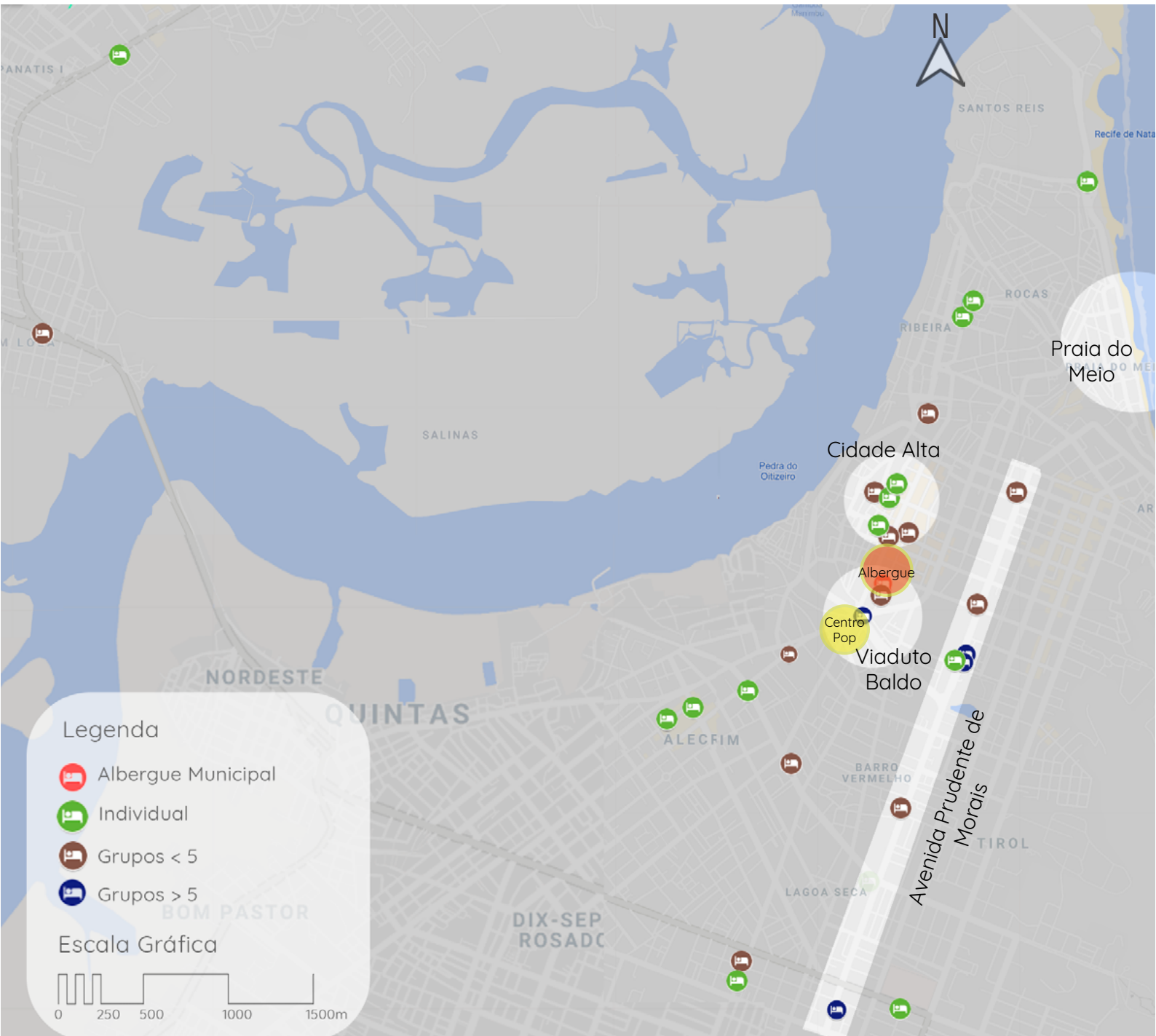
Vestígio sob a marquise.
Farmácia Santa Sara, Av. Prudente de Morais.
Acervo da autora, 2019

As entrevistas em Natal apontaram para algumas motivações principais nesses padrões. Em relação aos grupos, muitos afirmam associarem-se coletivamente por questões de segurança e melhor divisão de tarefas, sobretudo quando há pertences para algum membro olhar enquanto os demais saem para o trabalho. Outro aspecto diz respeito à facilidade no acesso à água para higiene de forma geral, que determina a atração de diferentes indivíduos ao mesmo local. Afinidades de trabalho e facilidade na obtenção de doações, sobretudo de grupos caritativos, também costumam aparecer com frequência como relevantes na associação entre as pessoas.

Por outro lado, conflitos envolvendo uso abusivo de álcool ou drogas acabam motivando alguns indivíduos a se distanciarem de um grupo em específico, abrigando-se em marquises próximas aos principais pontos de doação de alimento, marcando uma rotina mais itinerante em relação às ocupações coletivas que se inscrevem num espaço mais definido.

Escorel (2003) aponta para lógicas territoriais semelhantes no Rio de Janeiro. A autora encontra padrões análogos de grupos situados em viadutos e casos de moradia individual mais dispersos nas ruas e em praças. Entretanto, se no Rio de Janeiro o agrupamento tem maior incidência de repressão policial em virtude da visibilidade, em Natal, nem sempre essa repressão policial tem relação com a visibilidade. Sob o viaduto do Baldo, por exemplo, há uma relação positiva com o poder policial, que entende que ali não há violência: “irmão não mexe com a gente não. Até o próprio

Principais núcleos de moradia de rua, Natal Acervo da autora, 2019



policial já falou isso: ‘a turma ali não rouba não’. Se eles pegarem um caba (sic) roubando, eles botam pra descer e chamam a gente” (Forest Gump, morador do baixio do Baldo, 2019). Por outro lado, em áreas de menor visibilidade, como nas ruas lindeiras à Av. Prudente de Moraes (onde ficavam os entrevistados da marquise do Miranda, durante o dia), os casos de expulsão costumam ser mais frequentes. Segundo os entrevistados, os casos mais frequentes de expulsão dizem respeito à construção de novos edifícios que modificam as relações de vizinhança com o entorno.

I.2 Espiando entre as cortinas

Partimos, portanto, da exploração das táticas de sobrevivência dos moradores de rua. Estas táticas se apresentam como subversivas em relação ao sistema normativo hegemônico do junkspace. Estabelecem nele um domínio paralelo, a despeito da exterioridade de alvos e ameaças.

Tarkovski (1979) nos apresenta em *Stalker*, uma viagem pelo subconsciente, em que um professor e um escritor, guiados pelo Stalker, seguem para além das fronteiras da linha do trem, num território proibido, onde mergulham numa atmosfera onírica, paralela à realidade formal. Apresentada pelo Stalker, esse outro universo é onde ele se sente pertencente, pois o domina, conhece seus principais trajetos e neles traça suas próprias estratégias.

Tal como *Stalker*, o morador de rua também possui um conhecimento estratégico do espaço, onde cria territorialidades e vínculos sociais estabelecidos pela proximidade e desvio das funções dos resíduos espaciais que lhe sobram. Definem moradia sob viadutos e marquises e ressignificam o espaço destinado à circulação rápida. Diferente do que o espraiamento urbano permite, com largas avenidas que reduzem o tempo de atravessar cidades inteiras, quem vive da rua, depende do que está ao alcance dos pés.

Valença (2014), em ensaio sobre essas relações de desigualdade, na esteira de Heidegger, entende que a rua é, para esses indivíduos, espaço de reclusão mas também construção do seu “de-morar-se” (Valença, 2017:324). Assim, é nessa demora que se dá o sentido do pertencimento, a transformação do resíduo nas fissuras do junkspace. Em reportagem televisiva, veiculada no programa *Profissão Repórter* na edição “Moradores de rua” (G1, 2017), demonstra-se como se dão essas estratégias sob marquises, viadutos, em aeroportos, estações de metrô entre outros tão famosos *junkspaces*:

Gomes, de 28 anos, está no Rio de Janeiro há três meses e dorme nas ruas. Para fazer a barba e escovar os dentes, ele usa o banheiro do aeroporto. No local, há vários moradores de rua que fazem o mesmo. O café da manhã fica a dois quilômetros do aeroporto, no Largo da Glória (G1, 2017).

O cenário não é exclusivo do Brasil. Na Alemanha, mesmo com o suposto Estado de Bem-Estar Social, estima-se que, em 2017, 860 mil pessoas (incluindo 440 mil refugiados que vivem em abrigos coletivos), estão sem moradia (BAG W, 2017). Dados do Ministério Federal do Trabalho e de Assuntos sociais apontam que, dos 420 mil restantes, 52 mil

morem nas ruas (BAG W, 2017). Com menos de 700 abrigos para a população sem moradia, a capital alemã tenta usar de outros meios para sanar o problema, oferecendo inclusive dinheiro para a população voltar ao país de origem. Entretanto, não é o que acaba ocorrendo, pois muitos relatam preferirem as precárias condições de viver na rua do que voltar às situações ainda mais precárias em seu país de origem. Além disso, o diretor de um dos abrigos, Norbert Müller, relata que mesmo os abrigos de emergência, que lá cobram uma pequena taxa de estadia, passam noites com camas vazias:

Para muitos, o custo da ajuda é alto demais, explica Müller. Não apenas porque o abrigo ficaria com uma pequena parte do dinheiro que eles recebem do Estado, mas também porque a estadia requerer que eles se mantivessem sóbrios, evitassem drogas e cumprissem tarefas domésticas como os demais residentes (DW Brasil, 2017).

Assim como nas capitais brasileiras, muitos utilizam-se das estações de metrô para realizarem suas necessidades de higiene diariamente (Obdachlos, 2017). Dessa forma, no junkspace, concomitantemente às relações de consumo, há uma coexistência com naturezas distintas da sociedade do espetáculo, pois tais espaços de consumo e trânsito são também suporte de estratégias de resistência com fins de sobrevivência. Fundada em experiências sem planejamento futuro, sua natureza instável sugere uma transformação contínua do espaço conforme a necessidade. Trânsitos determinados pela exclusão, mas também pela chuva, oferta de alimento e serviços. Sobrevivem na cidade formal, mas estruturam em seus resíduos normas próprias, flexíveis no tempo e no espaço. Tais práticas enunciam, em meio à exclusão socioeconômica, espaços possíveis de urbanidades e sociabilidades. Definem uma ordem criativa, apoiada no desvio de função do junkspace e dos seus resíduos.

A partir do incidente, do encontro de um material específico, ou evento imprevisto, criam seu próprio movimento empírico. Não há um cronograma de execução para a sua morada ou o seu comércio. Há, no entanto, a consciência entre os melhores horários e locais para ir à reciclagem, melhor período para vender milho na esquina da igreja, melhor momento para abordar os que saem dos supermercados. Resistindo incessantemente à expulsão por parte da municipalidade que insiste em desmontar suas ocupações, está sempre construindo novos espaços e adaptando as ferramentas que o meio provém às suas necessidades.

⁷ Bundesministerium für Arbeit und Soziales

⁸ Norbert Müller, diretor da Casa Prälat Schleich em Bonn, um abrigo administrado pela organização católica Caritas que oferece acomodações a curto e a longo prazo.

⁹ Obdachlos in Berlin é uma organização de voluntários da Escola Protestante de Jornalismo que buscam quantificar a falta de moradia em Berlim.



Carros em cima, habitantes embaixo.
Viaduto do Baldo, Natal-RN, Acervo da autora, 2019

34 A despeito da falta de paredes ou partições físicas, definem sala, quarto, trabalho, banheiro, numa unidade livre e mutável conforme os condicionantes climáticos. E, ao mesmo tempo em que não há barreiras visuais que os resguardem de olhares alheios, sua invisibilidade social é suficiente para garantir a sua privacidade. Esta espacialidade, tanto do ponto de vista urbano como doméstico, pode ser evidenciada inclusive em anúncios publicitários, que mostram como do lixo se apropriam os moradores de rua canadenses com fins de alimentação, por exemplo.

Tais evidências apreendidas em outros contextos também guardam semelhanças com as observações de campo que realizamos em Natal. A seguir, cada uma delas será tratada com mais detalhe.



Cozinha - Pôster.
Fonte: covenanthouse.ca

MEU BALDO MINHA V

PRIME

MA



Meu baldo, minha vida

VIDA!
MUSCA!

++ ++ ABITAC



Parti do caso de moradia de rua no baixio do Viaduto do Baldo, por sua expressividade numérica e seu longo tempo de ocupação na cidade. Situado numa área de centralidade urbana, a poucos metros do Centro Pop, e próximo ao único Albergue Municipal, sua população oscila em torno de vinte indivíduos.

Realizei visitas sistemáticas, durante um mês, entre maio e junho de 2019, totalizando oito visitas em horários e dias de semana variados. Quando as informações começaram a se repetir, decidi que deveria partir para o próximo ponto de entrevistas. Dessa média de vinte pessoas, pude entrevistar 18: 17 homens e uma mulher. Os demais se recusaram a dar entrevistas. As idades oscilam entre 30 e 50 anos. Apenas dois indivíduos fugiram dessa faixa etária, um com 25 anos (desempregado) e outro com 68, com renda fixa de aposentado, o que não lhe permite ser beneficiado dos serviços do albergue ou do Centro Pop. Apenas três entrevistados eram solteiros e os demais afirmam ser divorciados.



O canal divide as ocupações em duas faixas, uma mais ao norte, próxima ao ponto de coleta de material reciclado, e outra mais ao sul, vizinha ao Centro Pop, onde costumam tomar banho durante o dia e obter suas refeições. Dentre os entrevistados, três dormiam na parte mais ao norte, e os demais, no lado voltado ao Centro Pop. Ao norte, à exceção de Obama (apontado como liderança local), os entrevistados afirmaram ter pouca relação com as instituições, e preferiram ficar mais distantes dos demais pelo excessivo consumo de álcool e drogas. Dentre os que habitavam a parte mais lindeira ao Centro Pop, apenas três dormiam no albergue quando se mantinham sóbrios.

Os relatos obtidos em entrevistas com os próprios moradores corroboram para o entendimento de que esse tempo de ocupação do baixio, bem como sua proximidade com as instituições de apoio, são fatores decisivos na escolha do local. Outros pontos mencionados nas entrevistas dizem respeito à segurança e às relações com a vizinhança, contínua oferta de comida, álcool e drogas que faz com que, para eles, seja o lugar mais tranquilo para se morar nas ruas.

Sei lá, eu acho legal, a liberdade, conhece muita gente, todo canto é minha casa. O baldo é que faz muito tempo que eu tô aqui, mas onde eu chegar, porque eu sou morador de rua, né, então é minha casa. E eu to tão acostumado com essa área aqui, que eu acho que se for pra outro canto não me acostumo mais não, porque eu conheço todo mundo aqui, e a maioria me ajudou. Não é todos, mas pra mim são todos legais. Só em conquistar essa amizade já foi tudo, né não? pelo tempo que eu tô aqui. Muitos aqui já faleceram, já fora embora pro lugar que era. Eu nunca fui não, eu não gosto de Recife, muito perigoso, então o Rio Grande do Norte pra mim foi legal demais, e é. (...) tem gente que gosta de ajudar as pessoas (Forest Gump, morador do baixio do Baldo, 2019).

No Baldo, mesmo quando expulsos, todos os 18 entrevistados são unânimes em afirmar que passam alguns dias ainda nas proximidades do viaduto, para então voltarem a organizar seus “aposentos” à beira do canal. Apontam, sobretudo, que de nada adianta o governo lhes oferecer moradia se não lhes fornece meios de garantir o seu sustento.

A assistente social, quando veio me tirar daqui, porque o Viaduto entrou em obras, né? aí teve que tirar todo mundo daqui. O que eu pedi ela não deu. Aí alugou casa para uns e para outros não. O que eu queria era um carro pra reciclar, um carro meu pra trabalhar. (...) porque eu disse pra ela assim, se a senhora me ajudar num carro, eu tenho condições de pagar aluguel e sair das ruas. Mas não surgiu essa oportunidade (...) pra quem ela alugou a casa, deixava a casa fechadinha e voltava pro

centro (Forest Gump, morador do baixio do Baldo, 2019).

Pude perceber como, da centralidade do Baldo, provém a maior parte dos seus ganhos, sejam eles provenientes da coleta de material para reciclagem (7 entrevistados), da mendicância (4 entrevistados, sobretudo nos pontos de ônibus para onde convergem as principais linhas de transporte público da cidade), dos serviços de flanelinha, “rodo” (1) ou de pastadores de carro (2 entrevistados, com destaque para as clínicas, hospitais e igrejas do entorno, cujos frequentadores costumam ser mais receptivos às abordagens dos moradores de rua). Outras ocupações menos recorrentes dizem respeito ao artesanato (1), à revenda de material de limpeza (1) ou água nos sinais de trânsito (1), e aos serviços temporários que alguns moradores formais do entorno os convidam para fazer independente de contratos formais.

Vale lembrar que as ocupações tampouco são fixas, dependendo de condições climáticas, de saúde, ou mesmo de facilidade e possibilidade de ganho maior. Um indivíduo que trabalha com reciclagem, ao ser convidado para pintar um muro, prefere se dedicar ao “bico” pois de lá consegue mais do dobro do valor que conseguiria a partir da coleta.

A localização, próxima aos principais pontos de assistência institucional aos moradores de rua, e na confluência das rotas de grupos caritativos, é trazida em diversas conversas como um dos fatores pelo qual nunca lhes falta comida, e lhes parece mais benéfico

Carro de Reciclagem.
Fonte: Acervo da autora, 2019.





Viaduto do Baldo, Natal/RN, 2012, desmonte (esquerda); vazio (direita).

Fonte: <https://www.blogdobg.com.br/tag/viaduto-do-baldo/>

<https://fiscalambiental.wordpress.com/2013/06/30/natalrn-moradores-de-rua-sao-retirados-do-viaduto-do-baldo-e-prefeitura-comeca-instalacao-do-canteiro-de-obras/>

morar nas ruas que recorrer a programas habitacionais burocratizados e que se limitam ao problema da moradia. Empurrados da pobreza para a miséria e, objetos de inúmeros estigmas sociais, transitam diariamente, não mais atraídos pelo emprego formal, mas na busca do sustento diário, segundo afirmam. Para os moradores do viaduto, sem perspectivas a longo prazo, podem sair para trabalhar a hora que desejam, não precisando cumprir um cronograma fixado nos empregos formais.

Esse aspecto guarda semelhanças com os demais estudos trazidos pela literatura. Escorel (2003), no Rio de Janeiro, mostra que, como, para os moradores de rua a possibilidade de roubo e confisco de seus bens é grande, não há uma preocupação em poupar dinheiro. Além disso, os gastos com cigarros e bebidas alcoólicas aparecem como prioritários nos casos em que estes são veículos de sociabilização nas ruas.

A reciclagem tem um papel relevante no caso do Baldo, sobretudo pela proximidade com o comércio do Alecrim e do Centro da Cidade, que lhes garante grandes volumes de papelão e plástico, ao fim do dia. Além disso, os moradores podem a qualquer momento buscar um dos carros de mão disponibilizados por um centro de coleta de material reciclado que também se situa ali. Diferente das cooperativas de reciclagem presentes nos grandes centros urbanos que articulam uma rotina padronizada com horários fixos, no Baldo o trabalho se dá mais informalmente, com base na necessidade imediata.



Ponto de coleta de material reciclado, Viaduto do Baldo, Natal-RN, Acervo da autora, 2019

Alguns entrevistados revelaram que, entre os moradores, há uma ordem interna sem a figura do poder centralizado. Apesar de haver um líder, o “Obama”, as decisões sempre são tomadas em conjunto. Obama fala que costuma convocar uma “errezinha” sempre que algum problema surge. As normas costumam ser direcionadas tanto para evitar conflitos internos, como para evitar a repulsa por parte da vizinhança.

Tem o horário do sossego. Quando chega (sic) dez horas aqui, não pode tá gritando, nem chamar nome não. Aqui é proibido chamar nome e tá gritando, porque passa idoso, passa criança (Obama, 2019).

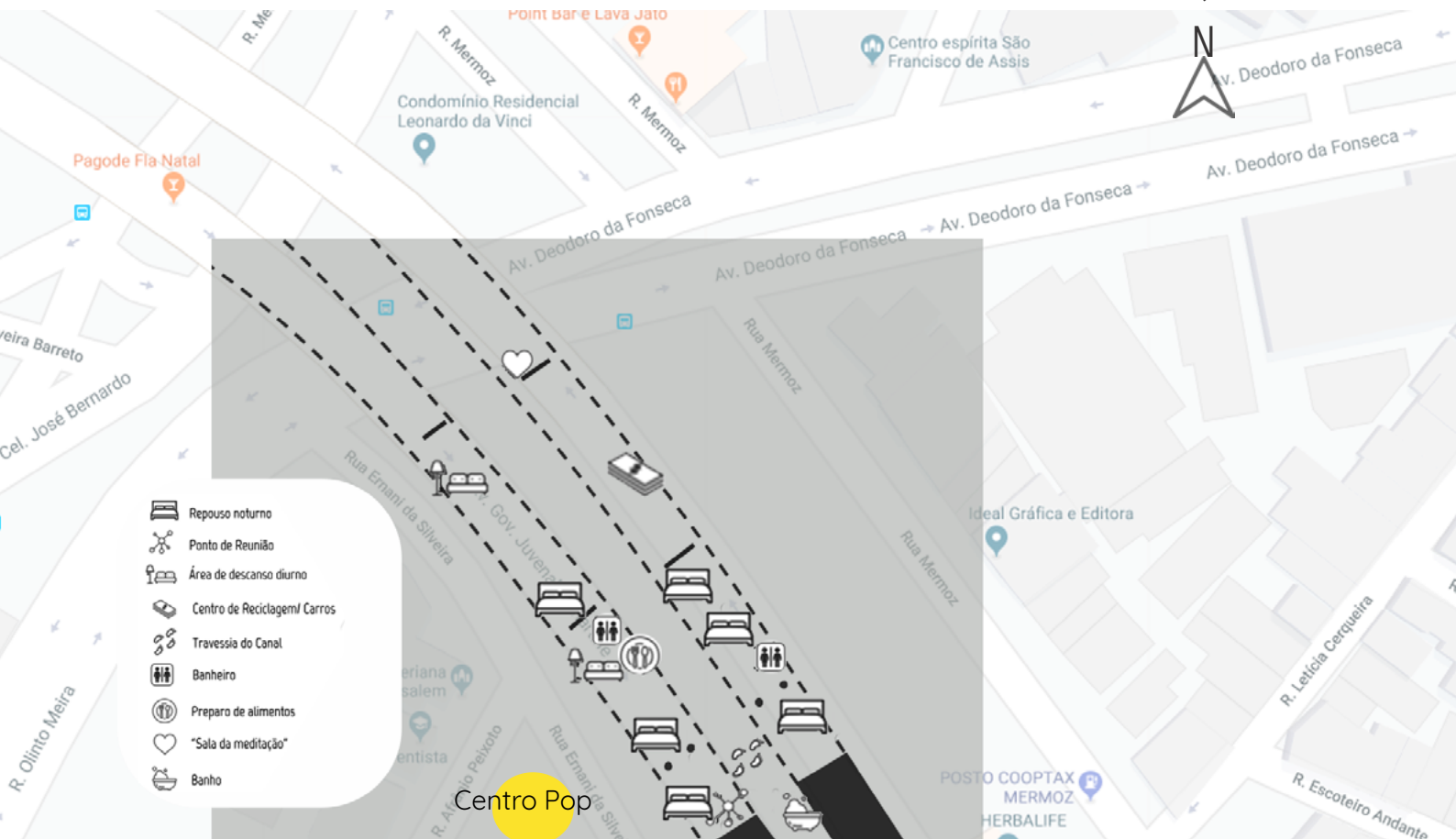
Pude presenciar três reuniões entre os moradores, nas quais era nítida a preocupação com as necessidades coletivas. As durações variaram em torno de uma hora, mas a pauta não era sistemática. A participação dependia de quem estava presente no momento. De início os assuntos diziam respeito à gestão e segurança dos indivíduos, mas a depender da oferta de bebida alcoólica, logo se desviava para assuntos

pessoais. A ocorrência dessas reuniões, segundo Obama, dependia exclusivamente da necessidade, não existindo um calendário fixo.

No Baldo, eles se organizam de modo que à noite, dois deles ficam acordados cuidando da segurança dos demais em relação a possíveis ameaças externas: “segurança daqui é nós (sic) mesmo, é escalado” (Woody, morador do baixio do Baldo, 2019). Há um sistema de revezamento entre as principais tarefas e, com o suporte do Centro Pop, a preocupação com a comida não é a prioridade para obtenção de seus ganhos. Quando um está alcoolizado (o que o impede de conseguir ajuda do Centro Pop), o mais sóbrio se encarrega de ir buscar comida para os demais.

Quanto ao ambiente doméstico, apesar de os arranjos espaciais mudarem com o tempo e de acordo com o sol, chuva e a aquisição de novos objetos, alguns setores se vinculam às divisões proporcionadas pelos pilares do viaduto e à visibilidade em relação à vizinhança e ao Centro Pop. O mobiliário, advindo de reciclagem ou doação, é distribuído conforme o abrigo da cobertura do viaduto. Os locais mais reclusos, de pé direito mais baixo, são pontos de reunião entre os dependentes químicos para uso coletivo de álcool e drogas, e os locais mais visíveis abrigam o convívio diário entre os que dormem no albergue com mais frequência, mas utilizam das ruas para seu convívio diário, uma vez que o albergue só funciona durante a noite.

Núcleo da habitação



Ali naquela pilastra tavam usando muita droga na parada e fazendo necessidade por ali e eu blequei¹⁰ (sic) ali. (...) Sempre tem um canto exclusivo para cada um usar sua parada. (...) Ali tem uma sala que eu chamo de sessão do descarrego, que as meninas quando entram lá, mas menino! Primeiramente é a meditação, é o silêncio, depois, começa o mantra: “aiaiai” (Obama, 2019).

Muitos usos se concentram no espaço de menor pé direito, onde a sombra também é mais agradável. Nesse trecho, a profundidade do canal permite a travessia por meio de pedras que eles organizam de tempos em tempos, a depender das chuvas. Durante as reuniões que presenciei, nas quais assuntos de gestão e segurança do grupo foram discutidos, os moradores costumavam aproveitar para socializar e compartilhar álcool e drogas. Normalmente há uma contribuição coletiva para a compra “das paradas”, e um deles, o “aviãozinho”, se encarrega de ir ao Passo da Pátria e buscá-las.

Tal apropriação se traduz em novos sentidos do habitar. Nele, a casa não é estabelecida entre paredes. O espaço público cede lugar às relações privadas que se abrigam na cobertura viária. Essa ambiência é mutável, numa prática contínua, embora fragmentária, de resistência.

¹⁰ Blecar, significa “coibir”



Usos domésticos, espaço viário, Viaduto do Baldo, Natal-RN, Acervo da autora, 2019



- Centro Pop
-
-
-

-
-
-



-
-

-
-
-
-

No Baldo, há evidências de uma formação cultural que guarda vestígios da formalidade, mas desenvolvida alternativamente, com móveis advindos da doação, bem como a adaptação de certos materiais da reciclagem para formarem objetos que às vezes imitam bens que não podem comprar. Entretanto, a depender da necessidade, muitos preferem vender os bens que encontram na reciclagem do que guarda-los para si: “a riqueza tá (sic) no lixo. Muito rico deixa de dar pra (sic) botar no lixo (...) já encontrei bola, tablet, tudo novinho, aí fiquei com a Bola pra mim e vendi o tablet” (Timão, morador do Baixio do Baldo, 2019).

Kasper (2006), sobre a adaptação dos materiais advindos da reciclagem, explora o conjunto de técnicas que se situam entre o meio exterior (as condições nas quais vivem os moradores de rua) e o meio interior ao indivíduo. O autor trata, no caso da moradia de rua em São Paulo, das práticas de desvio de função por reversão - a conversão da adversidade em oportunidade, como o uso das barreiras no espaço urbano como abrigo ou esconderijo -, ou por rearranjo - a bricolagem a partir dos meios disponíveis. Essas práticas também se fazem presentes aqui. Diante da ausência dos equipamentos considerados adequados ao uso, improvisam a partir do que lhes sobra.

Cozinha e ginástica, Viaduto do Baldo.
Natal-RN, Acervo da autora, 2019



Ainda que tal desvio incorpore, inconscientemente ou não, certos valores sociais que se aproximam da formalidade, o resultado do ambiente material da moradia sob o viaduto possui uma identidade flexível. Isso porque as expectativas sociais derivadas da cultura enraízam-se nos modos de agir individuais, ainda que seja posteriormente adaptada. Nessa condição, o habitante não se esgota como produto de um meio, mas faz uso do que tem à disposição para produzir novas situações, passivas de sucessivas

transformações. Cria adaptações e readaptações, conforme o sistema dominante encontra novos meios de oprimi-la.

O viaduto abriga em seu baixo distintos grupos sociais unidos pela exclusão que os levou à rua. Assim como defendem Snow e Anderson (1998), no caso americano, não há um conjunto reconhecível de valores, “mas um destino compartilhado e a determinação de se virar tão bem quanto possível”, o que os leva a orientar seu cotidiano, seus comportamentos e rotinas de modo semelhante, em prol da sobrevivência, mas também da coletividade, pois dela depende. Em Natal, o aspecto mais importante ressaltado pelos entrevistados no viaduto para garantir o convívio pacífico é o respeito.

Para Snow e Anderson (1998), em Austin, muitos moradores de rua evitam os abrigos oferecidos pela municipalidade pelo desejo de exercer um pouco de autonomia num momento em que suas opções de sobrevivência já são restritas. No caso do Baldo, há um sentimento semelhante em relação à falta de liberdade no Albergue Municipal:

Eu, no caso do albergue, às vezes pra fumar um cigarro, saí duas vezes e não deixaram eu dormir, então preferi aqui porque durmo a hora que eu quero, acordo a hora que eu quero, tem comida a noite inteira aqui, tem tudo, tem kit essas coisas (apesar que eu também compro minhas coisas) roupa eles dão aí, eu pego quando eles dão, lençóis, então preferi ficar mais aqui que no albergue, porque era pra eu ficar até junho no albergue, mas eu saí logo, dona Celma me tirou daqui porque eu era aposentado e não podia ter o serviço daí (Mutley, morador do baixo do baixo, 2019).

47

O desejo pela autonomia também se revela em relação à família. Muitos relataram que a família lhes ofereceu moradia, mas preferem a liberdade de morar sozinho:

eu me identifiquei muito com as pessoas daqui, tá entendendo? não é questão de morar na rua porque minha família tem condições, é porque eu não gosto de abusar da minha família não (Jonny Bravo, morador do baixo do Baldo, 2019)

eu gostei, [na rua] o caba fica mais à vontade, fica mais livre (Timão, 2019).

Outro ponto apreendido, sobretudo no caso das pessoas que já vivem há mais de cinco anos nas ruas, é o pensamento de que dificilmente se adaptaria à vida formal:

olha, se eu for pra uma casa, eu não me sinto mais bem (sic). Não gosto de dar satisfação às pessoas, (...) se passar por mim e não

olhar pra mim, melhor pra mim (...) não gosto de certas coisas, hipocrisia, de certas pessoas (Donatello, morador do baixio do Baldo, 2019).

O baixio do Baldo configura uma urbanidade que une a ciência da infraestrutura já posta à bricolagem que desvia suas funções. O formal e o informal, igualmente presentes em seu modo de vida, trazem um novo significado.

No que concerne à territorialidade, sua dinâmica inscreve na cidade outros caminhos que vão além do núcleo da habitação. Vimos que a localização central do viaduto do Baldo motiva a atração de diversos indivíduos para o local. Entretanto, quando ali chegam, também definem suas rotinas de sobrevivência de acordo com as oportunidades que advém da localização.

O indivíduo que chega no Baldo sabe que de lá pode obter rendimentos a partir da reciclagem, uma vez que há um ponto de coleta de material muito próximo. A partir desse ponto, passam a inscrever no urbano seus territórios preferidos de coleta. Estes dependem, no entanto, das rotinas formais da cidade, sobretudo dos horários do caminhão de lixo e dos funcionários dos edifícios do entorno, que colocam o lixo na calçada em determinado momento. Nesse intervalo, quem sobrevive da reciclagem deve estar estrategicamente situado para conseguir maiores ganhos. Acompanhando catadores por alguns desses caminhos, pude perceber que os caminhos se repetem conforme o dia da semana e horários do dia. Como o carro é pesado, a maioria costuma ir em duplas, salvo alguns que preferem se aventurar sozinhos para não precisar dividir “o que já é quase nada” (Papa-Léguas, morador do baixio do Baldo, 2019).

48

Principais itinerários da reciclagem



Cada prédio tem uns 20 tambores de lixo; então, uma vez postos na calçada, os recicladores abrem os sacos, tiram o que for reciclável, separam entre plástico, papelão e metal (alumínio e ferro, sobretudo), amarram os sacos de novo e devolvem aos tambores de lixo, tudo organizado para não sujar as ruas, “porque se rasgar eles proibem” (Papa Léguas, 2019). As relações com os funcionários dos estabelecimentos também são importantes para definir as rotas de cada um e, em dias de paralisação, quando funcionários dos prédios não trabalharam, os recicladores ficam sem lixo para buscar. Aliam, portanto, seus interesses às rotinas dos funcionários dos condomínios que permitem sua ação, independente dos eventuais carros de serviços e mudanças que surgem enquanto realizam suas tarefas.



Os comércios maiores, como shopping centers e supermercados, proibem a recolhida do lixo pelos moradores. Hospitais e outras grandes instituições também costumam barrá-los: “entrei dentro do quartel uma vez, mas jogaram eu (sic) pra fora, na vila militar” (Papa-Léguas, 2019).

A reciclagem, além de ser principal meio de subsistência para muitos deles, acaba sendo uma alternativa viável para dias chuvosos, em que a atividade dos pastoradores de carros fica prejudicada. Goku, por exemplo, costuma pastorar carros perto de Hospitais e Igrejas situadas em Tirol, a menos de dois quilômetros do Baldo, mas relata que quando chove, ele vai ao Passo da Pátria, buscar um carro com Dona Leda, e se unir aos recicladores. “Dona Leda” é outro ponto de coleta bastante citado em entrevistas, sobretudo por pagar quase o dobro pelo quilo de material, mas alguns moradores do Baldo deixam de recorrer a ela pela distância e, em alguns casos mais pontuais, por conflitos envolvendo dívidas.

Quem auferir ganhos de atividades como de pastorador de carros, mendicância e rodo (limpador de para-brisas de carros), inscreve uma outra territorialidade a depender dos contatos com outros habitantes de outros locais. Isso porque o ponto do estacionamento para pastoradores de carro costuma ter um domínio de quem chega primeiro, que não necessariamente mora nas ruas (as comunidades de Mãe Luiza e Passo da Pátria situam-se nas proximidades e também auferem ganhos diários das atividades informais nas ruas, por exemplo). O ponto de pastorar carros, apesar de ser mais difícil de conquistar, segundo as entrevistas, finda sendo mais lucrativo e menos cansativo do que carregar em média os 120kg que resultam de uma saída para reciclagem (e rendem mais do que os 20-25 reais que o total coletado):

quem tem um ponto de carro e que vive na rua em Natal, consegue um trocado todo dia. Eu consegui conquistar esse ponto anteontem, então todo dia eu tenho meus trocadinhos, ajudo meu amigo a tomar uma, a fumar uma massa quem gosta de fumar, uma pedra quem gosta de fumar, nós todo dia chega aqui, pega uma cachacinha, paga uma maconhazinha (Baixinho, morador do baixio do Baldo, 2019).

As igrejas e hospitais costumam ser os lugares favoritos das pessoas que vivem de pastorar carros. Alguns afirmam aproveitar para assistirem às pregações religiosas. Entretanto, segundo eles, os ganhos dependem mais da abordagem do pedido que propriamente das localizações.

Depende da tua ideia, para o carro que você encosta. Às vezes você

encosta 10 carros, mas você não precisa dos 10 carros, você precisa da ideia de algum daqueles encostar e você falar sua situação, a sua precisão e às vezes um carro daquele te dá 100, te dá um emprego, te leva pra uma clínica, te ajuda, então não precisa dos 10 carros, precisa da sua realidade (Baixinho, 2019).

Há ainda os que vivem da mendicância. A mendicância, também chamada de mangueio, divide opiniões entre os moradores. Alguns a veem como método fácil e eficaz de obter rendimentos, já outros comentam que “pedir é uma coisa difícil. Não é todo mundo que pede. Pedir é uma arte” (Donatello, 2019). Para os autodenominados “mangueadores”, os melhores locais para pedir são os pontos de ônibus próximos ao comércio de rua do Alecrim e Cidade Alta. A estratégia também é precisa: “mangueador não pode falar muita besteira não (...) tem que saber conversar” (Bob Dylan, morador do baixio do Baldo, 2019).

Quanto às atividades de lazer, elas costumam ocorrer aos finais de semana. A maioria deles vai à Praia do Meio aos domingos, salvo o último domingo do mês, quando frequentam a “Toca do Assis”, uma casa de apoio, situada no bairro de Nova Descoberta que oferece banho, alguns kits e outras formas de apoio. Quando há shows, apesar de alguns irem para juntar latinhas de alumínio, a maioria afirma preferir ir para se divertir mesmo, trazendo para nós o aspecto do lazer como ponto importante para sua sobrevivência.

51



Cheguei, como da outra vez, estavam Rosinha, o marido - vamos chamá-lo de Chico Bento -, e o parceiro do marido, Zé, na esquina. Rosinha estava cuidando do almoço e o marido dando banho nos cavalos, para após irem à feira do Carrasco, no bairro das Quintas, comprar a comida para os animais.

A congestão de Koolhaas (2008), exemplificada nos tecnológicos arranha-céus de Manhattan, não pode ser simplesmente transplantada para as urbanidades invisíveis que evidenciamos. O ponto está em como do mais primitivo se maneja a urbanidade que observamos existir na moradia de rua. A precariedade dos recursos e a fragilidade sob a qual estão submetidos leva os moradores de rua a usarem dos recursos mais rudimentares para garantirem sua sobrevivência. Zé, por exemplo, carrega um machado para se defender de possíveis ameaças.

Ir além do já documentado pelas pesquisas me fez ver diversas contradições entre esses indivíduos, revelando a reprodução de um sistema de valores que incutem na sociedade a estigmatização da miséria e da precariedade. Da mesma forma que o habitante formal carrega a crença de que os moradores de rua são “vagabundos” e preguiçosos, entre os que moram na rua e não fazem uso de

Um dia tá ali, no outro, aqui.

álcool, por exemplo, há um estereótipo, que resume todos os alcoólatras como acomodados e “sem futuro”.

Zé mora há pouco tempo nas ruas. Cansou de ser explorado no trabalho de ferreiro que desempenhava numa oficina de carros. Uma vez chamado por Chico Bento para ajudar nos trabalhos de carroceiro, decidiu sair de seu emprego e morar nas ruas. Para Zé, muitos decidem não trabalhar porque “todo canto dá comida, aí é muito fácil (...) todo dia tem café da manhã, ali em Lagoa Seca, ali na [Avenida] 10 tem de ruma (sic), tem gente que nem mora na rua e vai lá só pra pegar cumê”.

Chico me conta uma trajetória diferente. Ele cresceu nas ruas, Há mais de 30 anos, ocupa o espaço onde os encontrei, juntamente com a marquise da loja de eletrônicos à noite, fora do horário do expediente. Antes de dormir nessa marquise, Chico dormia próximo a uma loja de carros, a um quilômetro dali, na Av. Alexandrino de Alencar, mas “tiraram o pessoal de lá”. Ele relata que já havia saído daquele bairro antes mesmo de serem expulsos, “porque o pessoal de lá bebe muito e eu não quero confusão pra mim”.

Rosinha também fala: “aqui ninguém bebe não. Só uma bolinha de vez em quando, álcool nem pensar”, e generaliza: “onde tem álcool só tem

cabaré, cachorrada, violência... (...) Para não ficar perto de quem faz, é melhor ficar longe”.

Sobre o motivo de morar nas ruas, Rosinha comenta: “eu não gosto de tá em casa. Depois que minha mãe morreu, minha filha, eu vim pro meio da rua. Só gosto de tá em casa quando minha mãe era viva, perdi minha mãe, perdi foi tudo na minha vida”, me conta. Rosinha morava em Felipe Camarão e já havia “se juntado” três vezes, antes de se unir a Chico.

Segundo ela, “quem vive na rua vive em todo canto, um dia tá ali, o outro tá aqui”, e muito disso depende dos vínculos de sociabilidade que desenvolve no lugar. Como habitam a marquise, há mais de 30 anos, há uma relação de confiança entre o dono da loja e os moradores de rua que ali dormem: “Faz tempo, [ninguém] tira a gente dali não, o ladrão assaltou, quando foi [embora], o dono mesmo veio, Seu Miranda, falar com a gente. (...) conhece meu marido, há muito tempo que a gente dorme ali”.

Para os moradores que pautam sua estadia entre marquise da loja e a esquina da Avenida Prudente de Moraes, a rotina também se estrutura segundo o regime formal da cidade. Se, no Baldo, os ritmos são ditados pelos horários de café-da-manhã, almoço e jantar no Centro Pop, bem como o cronograma do caminhão do lixo - para os que vivem da reciclagem -, o grupo de Rosinha e Chico Bento define um calendário que depende do horário de funcionamento da loja e da demanda por trabalho. A ocupação principal se dá por meio da carga e descarga de entulhos e Chico, dono das carroças, tem inclusive um cartão de visitas com contato de celular para facilitar as contratações.

Nesse caso, as entrevistas se localizaram conforme os horários de abordagem. Durante o dia, os entrevistei na esquina dos terrenos alugados e à noite, sob a marquise da loja Miranda, de computadores e suprimentos, que se situa na Av. Prudente de Moraes. Foram três entrevistados, Rosinha, que mora nas ruas há 36 anos, o marido (o chamei de Chico Bento), que há 46 anos vive nas ruas (30 deles sob a marquise da Miranda, sendo os últimos seis com Rosinha), e o parceiro de trabalho deste, Zé, que mora com eles há menos de um ano. Os três relatam terem saído de casa por vontade própria,

Rosinha depois que a mãe morreu e Chico, ainda quando adolescente e seu pai se casou. Zé morava numa casa alugada no Alecrim, mas consumia a maior parte dos rendimentos no aluguel de moradia, de modo que lhe pareceu mais vantajoso ir para as ruas, “morar” com o casal, onde, além de lugar para dormir, consegue alimento com facilidade.

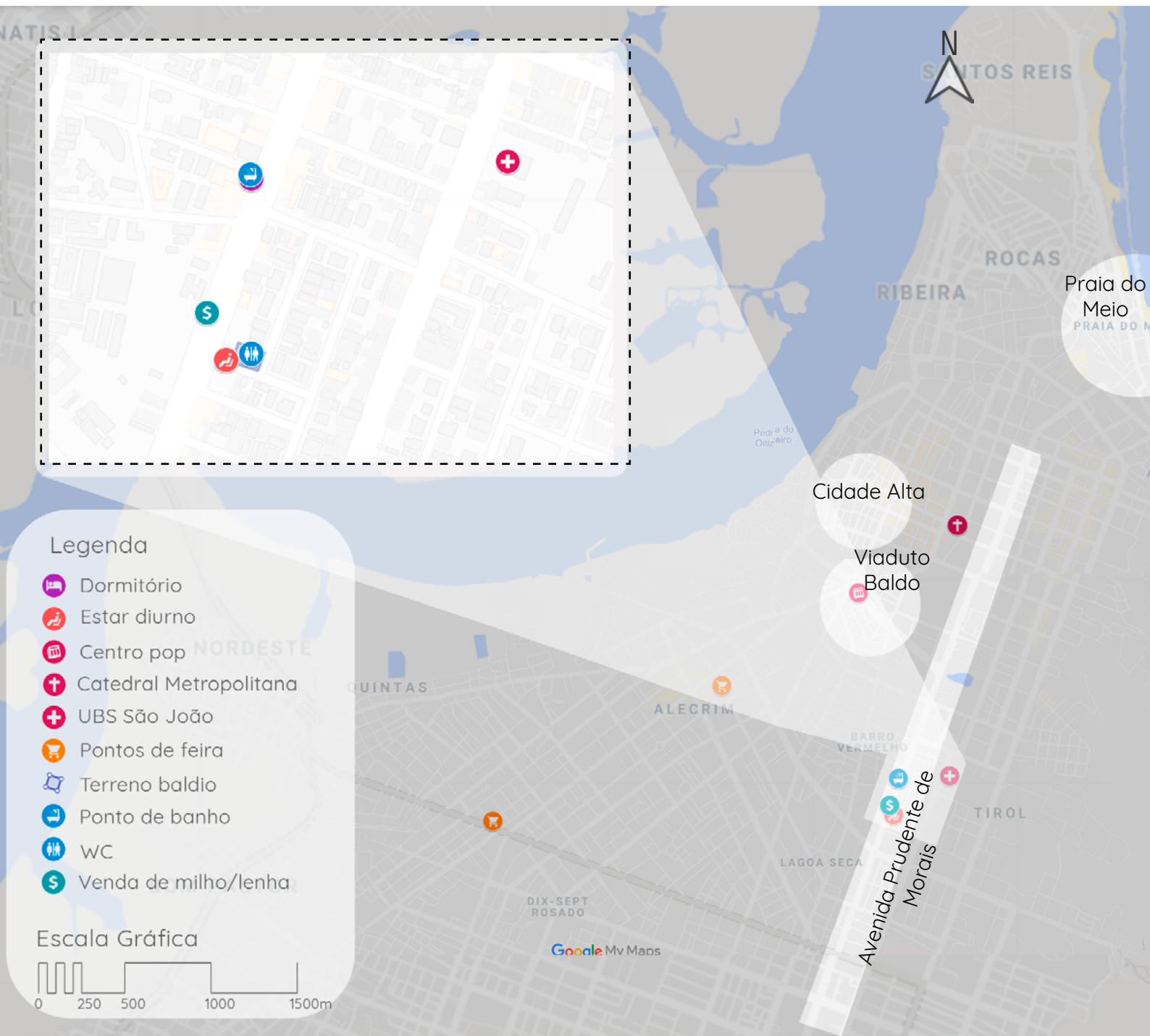
Nos dias de semana, começam a levar seus pertences para a marquise às 18h e, às 4h40 do dia seguinte, já estão colocando os colchões, sofás, lençóis, e demais bens de volta na carroça para retornarem à calçada no outro lado da rua. Durante os finais de semana e feriados, passam o dia inteiro sob a marquise. Rosinha ainda afirma ir às missas do domingo na Catedral Metropolitana, onde conhece pessoas que levam doações. Ela conta que à noite chegam outros moradores de rua que dividem a marquise com eles.

Núcleo da moradia



A calçada que ocupam durante o dia situa-se lindeira a um terreno vazio, há anos anunciado para aluguel, e eles o utilizam como banheiro. Antes havia uma saída de água no terreno, mas o dono, ao descobrir, cortou, de modo que eles hoje buscam água do outro lado da rua e trazem em baldes para eventuais necessidades de higiene. Os banhos costumam ser noturnos, próximos à marquise, onde também há saída de água e ainda não foi cortada..

Principais pontos de interesse trazidos e entrevista - junho/2019





A divisão de tarefas é bem simples: ela fica cuidando dos pertences e dos cachorros e ele sai para buscar “metralha”. Ela também faz o almoço, já que à noite não precisa cozinhar, porque ganham doações próximo à loja onde eles ficam: “Até de madrugada, a gente dormindo, vem o povo acordar a gente”, conta.

Hoje, Chico possui três carroças. Delas, uma é para “passeio”, quando vai à feira buscar comida para os animais, por exemplo. As outras duas são para carregar entulho. Chico empresta uma delas a Zé, que se juntou ao casal recentemente. A depender da demanda, os rendimentos chegam a 100 - 150 reais por semana, e os caminhos envolvem normalmente bairros próximos como Lagoa Seca, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Barro Vermelho, apesar de a mobilidade das carroças permitir atenderem demandas mais distantes, a exemplo de Ponta Negra.

Alguns bairros, no entanto, são evitados, como o Alecrim, sobretudo em virtude do trânsito que dificulta o fluxo de carroças, e da pequena disponibilidade de material. Chico e Rosinha acumulam lenha durante o ano para vender durante o mês de junho, para as festividades tradicionais de São João. Nessa época, também revendem milho na calçada da igreja, também próxima à marquise. Eles pensam em ir morar no interior, porque “lá você cria uma galinha, um pato, um carneiro”. Rosinha comenta que já alugou casa ali perto, mas não se adaptou: “eu já não vivo na rua? pra que eu vou tá pagando

aluguel?”. Ela me fala que o pai de Chico sempre o convida para ir morar com ele : “tem o quarto dele lá e tudo e ele não vai” (Rosinha, moradora da marquise da Miranda, 2019).

Para ambos, o pior aspecto de morar lá é a discriminação:

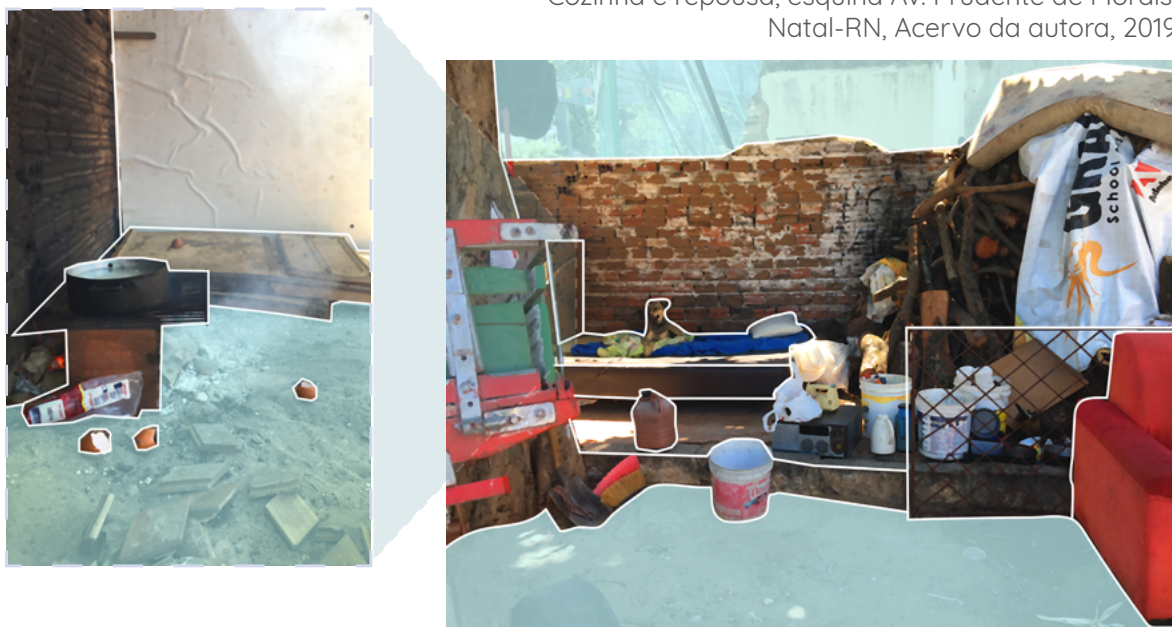
Olha, a gente tá aqui numa boa danada, mas se passar alguém bem vestido ali, eles escondem celular, escondem bolsa... Aí chega um cara bem vestido e rouba eles (sic), né bem pregado? (Chico Bento, morador da marquise da Miranda, 2019).

Chico comenta que há uma relação de fidelidade com o dono da loja e, apesar das tentativas municipais de tirá-los, sobretudo com a construção dos novos prédios na mesma rua do terreno, “eu digo pra eles, antes deles virem praí, a gente já vivia aqui” (Chico Bento, 2019). Rosinha também afirma que mesmo os funcionários da loja os conhecem: “todo mundo gosta da gente lá, brinca com as cachorras, os gerentes, tudinho” (Rosinha, 2019).

Diferente do Baldo, onde o núcleo da moradia está diretamente vinculado à estrutura do Viaduto, aqui ocorre uma maior efemeridade. Durante o dia, os pertences estão dispostos, lindeiros aos terrenos vazios. À noite, eles atravessam a Av. Prudente de Moraes para se abrigarem sob a marquise da loja de informática.

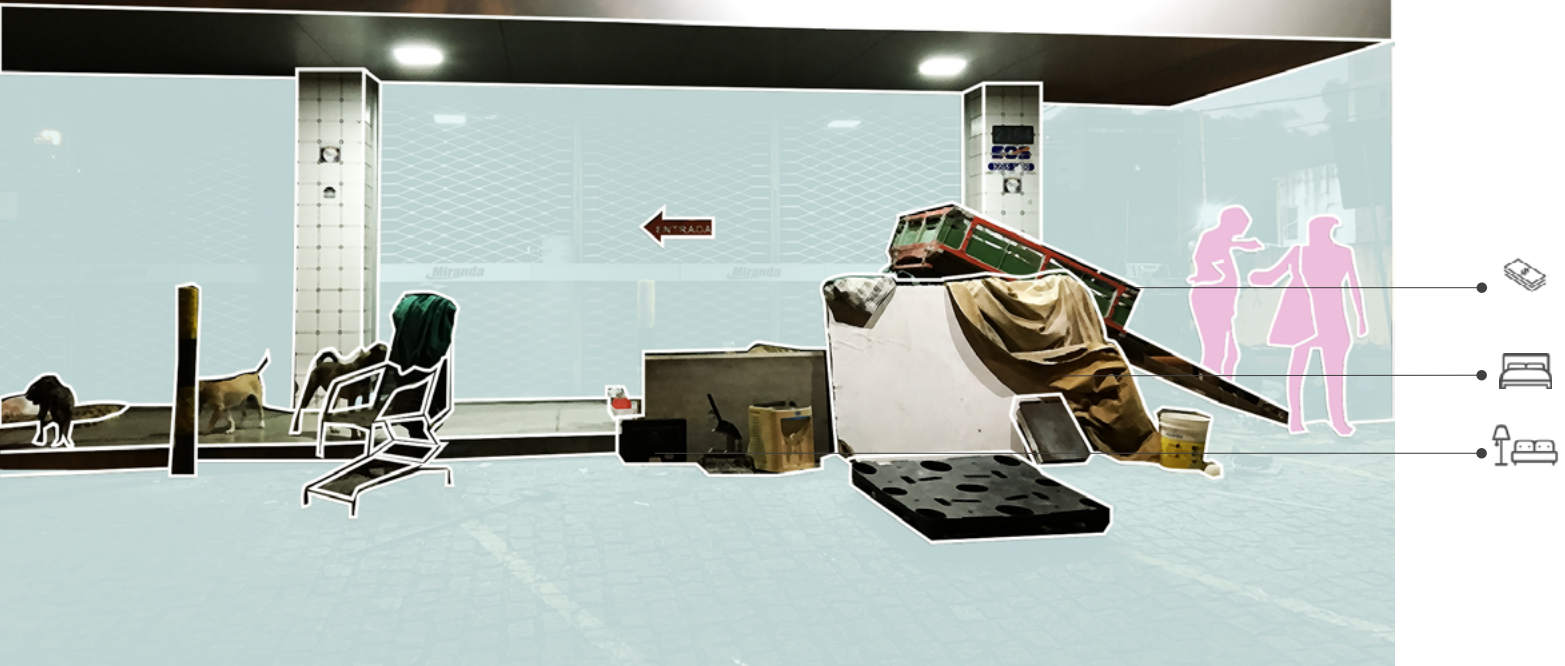
A disposição do mobiliário segue uma lógica que varia conforme o turno. O local de preparo de alimentos, durante o dia, é isolado por um tapume que o separa dos colchões e demais pertences, como forma de protegê-los da fumaça e fogo. Já durante a noite, como não há preocupação com o preparo, a área de alimentação se une ao espaço de dormir, ambos isolados da Avenida pelo mesmo tapume que divide a “cozinha” durante o dia.

Cozinha e repousa, esquina Av. Prudente de Moraes.
Natal-RN, Acervo da autora, 2019





Miranda



Durante o desenvolvimento da pesquisa, a esquina ocupada por Rosinha e Chico havia sido esvaziada. Mais à frente um pouco, na Av. Prudente de Moraes em direção à loja, foi possível ver duas das carroças de Chico, ocultas por dois carros numa calçada que servia de estacionamento para a antiga academia que funcionava no local. A placa “Aluga”, logo ao lado de um adesivo de “SOS segurança eletrônica”. Chama minha atenção na cena, onde também se encontram colchões e um cachorro repousando na escada.



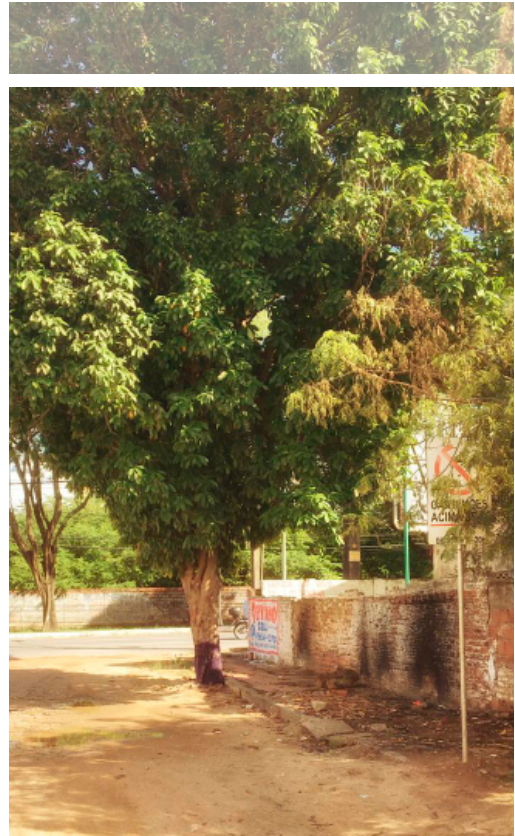
Encontrando novas salas de estar diurnas, Av. Prudente de Moraes, Natal-RN, Acervo da autora, 2019

Zé explica que foram expulsos da esquina pelos moradores do prédio novo que havia sido construído há menos de um ano. Segundo ele, um dos moradores do prédio era da polícia, se incomodou com a “bagunça” e ameaçou prendê-los. Mas Zé parecia tranquilo e reconhecia que não tardaria muito a retornar para lá. Essa convicção lembra a alegoria dos vagalumes trazida no início do capítulo. Ainda que os vagalumes de Didi-Huberman (2011) não remetam necessariamente aos moradores de rua, aquilo que o autor denomina de experiências clandestinas pode ser resgatado aqui. Tal como a prática clandestina dos vagalumes, a informalidade da moradia de rua mantém vivos seus signos e imagens e sobrevivem à total destruição da experiência submetida constantemente à censura. A violência da sociedade do espetáculo, quando arranca deles o pouco que possuem, não apaga, no entanto, sua reemergência. Quando as luzes do espetáculo tentam afugentar sua existência, seja por razões climáticas, remoções, processos de limpeza social, ou mesmo migrações individuais, rapidamente essas comunidades clandestinas ressurgem.

Morar na rua, mesmo causando estranhamentos, conflitos e choques, põe em questão as normatividades postas. Afasta-se do planejamento burocrático, pois se desenvolve a partir de suas próprias falhas. Mesmo que o grupo seja menos numeroso que o primeiro caso em que trazemos, as relações de adaptação do espaço para fins de moradia também se fazem presentes, sob diferentes necessidades e com outras estratégias, uma outra urbanidade, mas igualmente invisibilizada e marginalizada.



Reordenando o habitar sob a marquise.
Natal-RN, Acervo da autora, 2019.



Esquina da Av. Prudente de Moraes
desocupada, terrenos ainda para alugar.
Natal-RN, Acervo da autora, 2019

Novos espaços para o grupo de Rosinha.
Natal-RN, Acervo da autora, 2019



Tem que dizer que mora, se não, não ganha nada.

Minhas primeiras rondas exploratórias nas ruas de Natal foram à noite e apontaram para um conjunto numeroso de pessoas dormindo em frente a um grande supermercado na Prudente de Moraes, no bairro de Tirol. Eram sobretudo mulheres e crianças, abrigados sob a marquise de uma galeria de lojas. Na fase de adentrar o universo de Estudo, tive a oportunidade de conversar com algumas dessas mulheres, que, no entanto, revelaram possuir casa na comunidade Passo da Pátria.

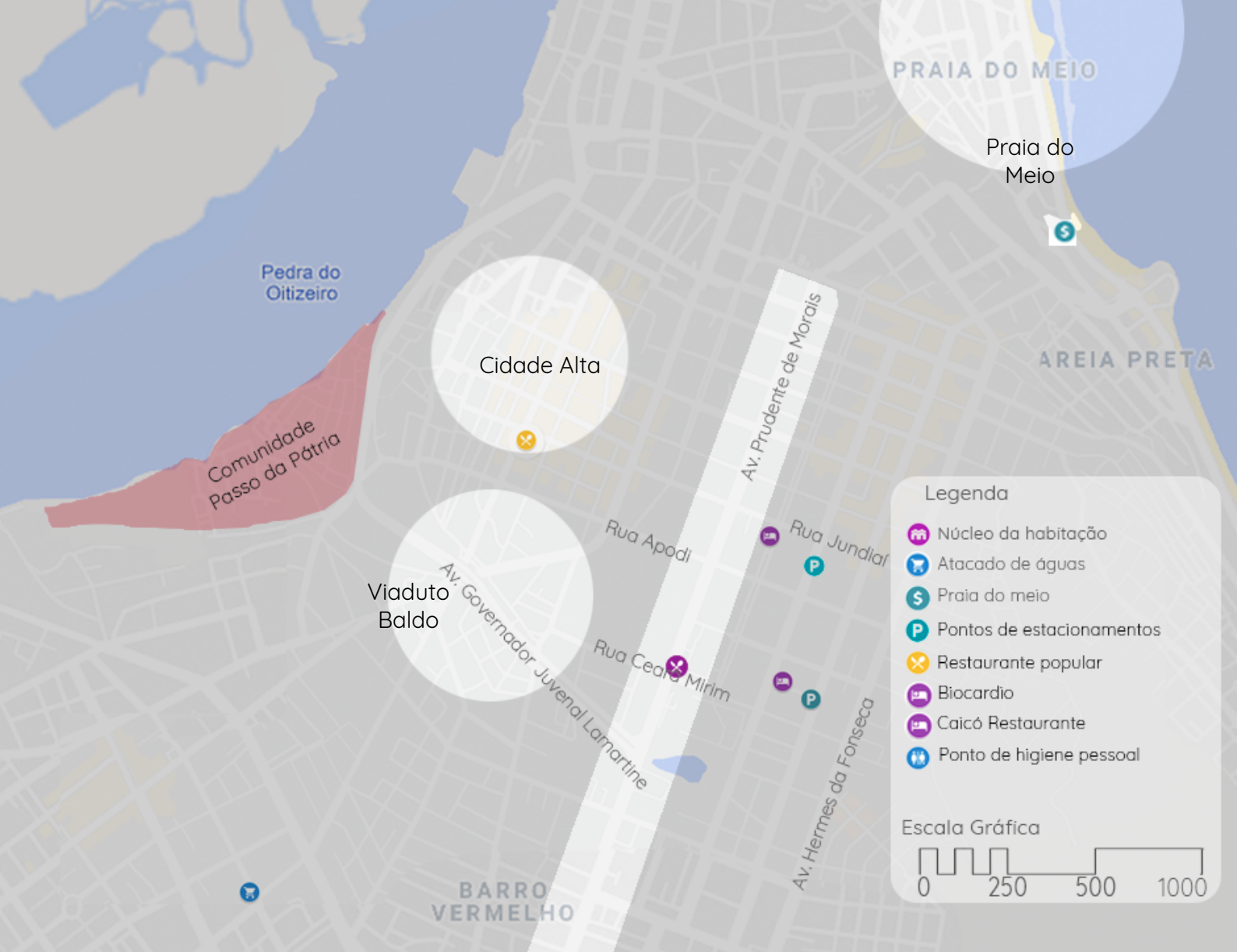
A primeira resposta que obtive foi a de que moravam nas ruas, mas, ao perceberem que eu não estava ali com finalidades filantrópicas, contaram que apenas fingem dormir ali para ganharem doações, já que a “prioridade é para morador de rua (...) tem que dizer que mora [na rua], se não, não ganha nada”. A postura das mulheres foi um pouco distinta da que eu havia observado até então. Era a primeira vez que a receptividade não tinha sido das mais amigáveis, de modo que foram poucas as informações que pude obter. Também não permitiram o registro fotográfico, mesmo eu insistindo que não exibiria seus rostos. Ainda assim, encontrei nas suas táticas de sobrevivência, certa semelhança com os que dormem nas ruas.

A marquise na frente do supermercado Nordesteão, também na Av. Prudente de Moraes abriga, portanto, pessoas que não dormem nas ruas, mas tiram delas seu sustento, e estabelecem ali seu cotidiano. A concentração de indivíduos em boa parte se justifica pela rota de ações filantrópicas na cidade, que também atraem moradores de rua do entorno.

A proximidade com o centro da cidade, onde há um restaurante popular, e com grandes escolas, clínicas e hospitais que lotam as ruas de carros durante o dia são os principais pontos de interesse mencionados em entrevistas.

Quanto à territorialidade da sua vida cotidiana, elas contaram que passavam a maior parte do dia em casa, e no final da tarde, buscavam água num depósito e vinham com as crianças para o sinal de trânsito do supermercado, onde se dividiam entre vendedores, pedintes no sinal e na saída do supermercado. À noite, quando o movimento da avenida diminuía e as lojas da galeria fechavam, elas dispunham lençóis e alguns papelões sob a marquise da galeria e ficavam esperando doações até mais ou menos 1h da manhã, quando retornavam às suas casas.

Nenhuma delas era moradora de rua, mas o uso desse estigma, como mecanismo de obtenção de ganhos, me levou a trazer essa experiência para o trabalho. O curioso é que, durante minhas observações de campo, cruzei com os mais diversos usos informais da rua, incluindo aqueles que são apropriados por quem as divide (o trabalho de pastorear carros, o rodo, a reciclagem e o trabalho de carroceiro com entulhos também é comum entre pessoas que não moram nas ruas, por exemplo), mas sempre que indagava sobre sua moradia, a resposta era de que residiam em bairros ou comunidades próximas, com destaque para o Passo da Pátria e Mãe Luiza.



Principais pontos de interesse trazidos em entrevista - agosto/2019

Realizei as entrevistas em agosto de 2019, com três idas distribuídas em duas semanas. Foram 12 entrevistados, sendo três moradores de rua, cinco habitantes da comunidade Passo da Pátria, e quatro da comunidade de Mãe Luiza. A concentração variava entre 20 a 25 pessoas durante os dias de semana e 6 a 8 pessoas nos finais de semana, quando a ação dos grupos filantrópicos no local era menor, ou até inexistente. Nesses dias, relataram, o movimento de carros também não trazia vantagens para os flanelinhas e era comum migrarem para outras saídas de supermercados e igrejas ao redor.

Dos que não moram na rua, as estratégias mais comuns apontadas eram de vender água nos sinais de trânsito e levar as crianças para pedir doações na saída do supermercado Nordestão. A água, segundo relatam, é comprada em um depósito de bebidas no bairro do Alecrim para então ser trazida em caixas de isopor, até as proximidades do supermercado.

Quanto aos três moradores de rua entrevistados, notei que, diferente do caso do Baldo e da marquise da loja Miranda, não há um engajamento diverso. Há um casal, vamos chamá-los de John e Yoko. Eles vivem de artesanato, John produzindo as peças e a Yoko vendendo. E há um homem de 52 anos, chamaremos de Moe. Moe sobrevive do serviço de flanelinha nas Avenidas Campos Sales, Afonso Pena, sobretudo em virtude das clínicas e laboratórios lá presentes.

Moe apenas espera as ajudas filantrópicas e, cerca de meia noite, leva seu lençol para dormir num restaurante abandonado próximo ao hospital Biocárdio. Segundo ele, lá ainda dormem mais três homens. Moe diz que seus ganhos variam de acordo com o ponto que ele consegue alugar do “cabeça do tráfico” (a diária, segundo ele, varia entre vinte a vinte e cinco reais).

John e Yoko, conforme relataram, antes dormiam na marquise do Banco do Nordeste, a uns 200 metros de lá, mas o acúmulo de pessoas que não moravam nas ruas findou afugentando as ajudas filantrópicas.

Lá no banco [do Nordeste] tá deixando de passar [ajuda] por causa disso, muita gente que não é de rua e ia pra lá e não deixava a gente pegar nada, tá entendendo, quando chega um carro voa todo mundo em cima, aí não sobra um pão, num sobra uma roupa, não sobra um lençol. Aí a gente vai e se muda (John, morador da marquise da Miranda, 2019).

O casal ainda menciona variar muito o local de moradia, semelhante à tipologia dos hippies trazida em Bursztyn (2003).

Quando a gente vai para [praia da] Redinha não vive de doação não, quando a gente vai, já é com coisa pra vender na beira da praia, com pulseira, arame, a gente mesmo compra nosso rango e como a gente conhece muita gente.

Quanto às instituições, relatam não usufruírem da ajuda institucional em virtude da localização, próxima ao viaduto do Baldo: “Muito tumulto, o pessoal quando tá bebo, muita confusão, aí eu procuro estar fora desses ambientes”.

Um bagunça, todos pagam.

Conforme a pesquisa de campo vai avançando, vamos percebendo que as informações se repetem. O último ponto de coleta de dados, realizado em setembro de 2019 situa estratégias similares aos entrevistados na marquise em frente ao supermercado Nordestão. Também na Prudente de Morais, sob a marquise de uma revendedora de planos de saúde, em frente à academia Smart Fit, encontro Thor, morador de rua há pouco mais de um ano, Hagrid, recém abrigado em kitnets no bairro do Alecrim, em troca de serviços, e Balu, que mora no Passo da Pátria e passa as noites ali, coletando ajudas filantrópicas.

Diferente do caso do Nordestão, onde os moradores de rua e não moradores de rua separam-se, em frente à Smart Fit, estão todos reunidos. De uma média de 15 a 20 pessoas que passam as noites ali, apenas seis efetivamente dormem nas ruas. As crianças são as mais interessadas em participar das entrevistas, mas, conforme o proposto pela pesquisa, opto por não entrevistar menores. Pergunto às mães, se há interesse delas em participar, mas recusam-se a falar. Thor, Hagrid e Balu, em resumo, foram os únicos que concordaram em dar seus relatos, o que me ajudou a construir uma narrativa sobre os três casos, diferentes, mas não destoantes.

Os três mencionam que foram motivos familiares que os levaram às ruas. Thor não quis ser específico, mas Hagrid e Balu falaram num divórcio difícil que fez com que, nas ruas, fosse possível mais possibilidades de vida. Hagrid vem de Parelhas, no interior do estado do Rio Grande do Norte; os outros dois são natalenses. Os três mencionaram que fazem uso das ruas para sobrevivência há pouco mais de um ano.

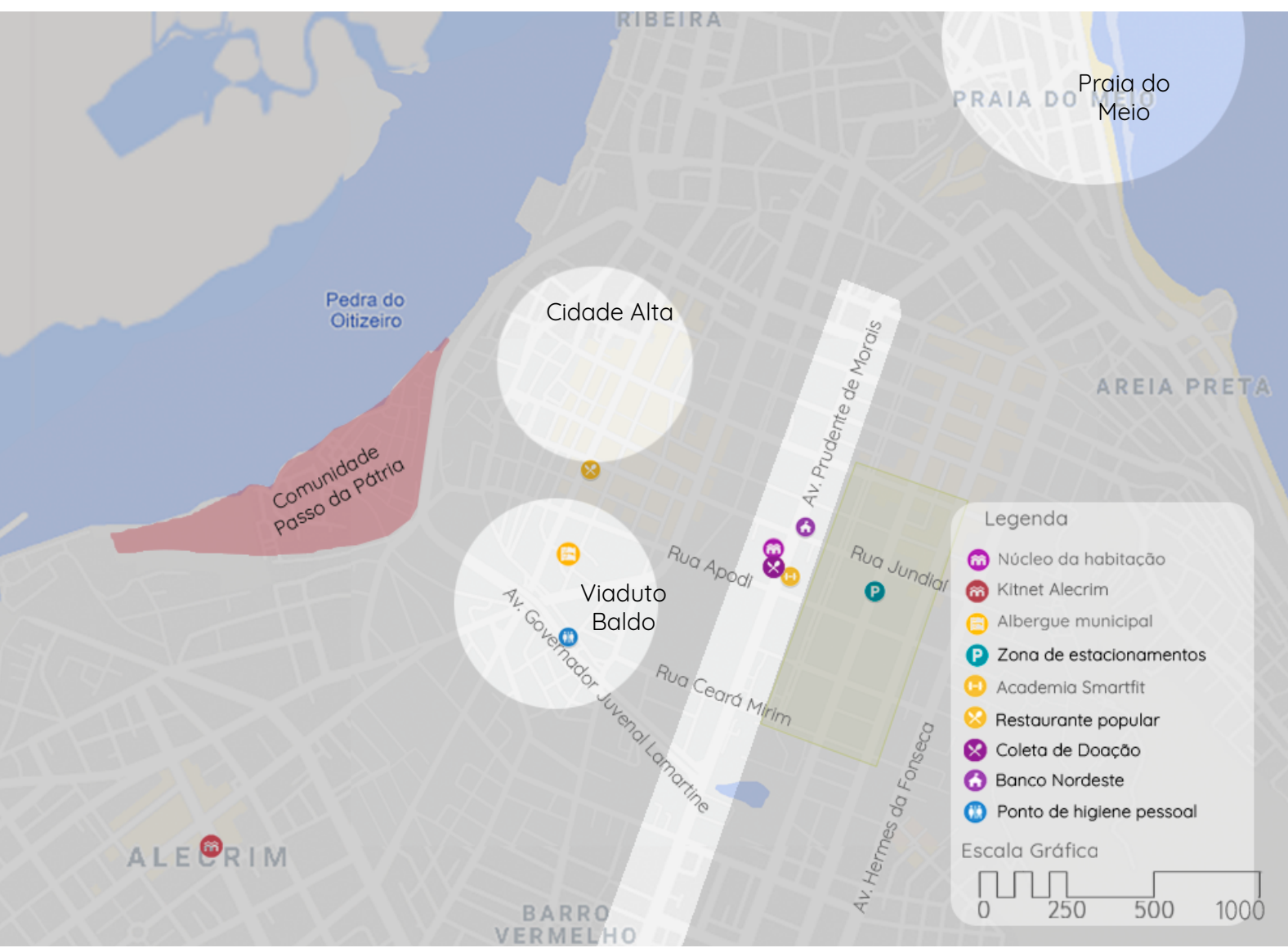
O primeiro local de moradia nas ruas, para Thor e Hagrid, foi no Banco do Nordeste, a cerca de 50m do ponto da entrevista. Eles afirmam que lá sempre houve uma convivência pacífica e ajuda de diversos grupos caritativos, mas há poucos meses, “estavam querendo fazer coisa errada lá, e o dono disse que não queria mais ver ninguém ali” (Thor, morador da marquise na Prudente de Morais, 2019). Perguntei o que seriam essas “coisas erradas”, mas tudo que me informaram foi que envolvia “tudo que não presta”.

A escolha do ponto justificava-se pela proximidade com a rota dos grupos caritativos e distância do Baldo e Ribeira, onde afirmam que “tem muita confusão, muita droga”

(Balu, morador do Passo da pátria, entrevistado em frente à Smartfit, 2019). Balu passou um tempo dormindo na Ribeira, mas acredita estar mais tranquilo com os grupos que habitam a Prudente de Morais. Também viveu cerca de seis meses sob a marquise do Banco do Nordeste, até encontrar uma casa na Comunidade Passo da Pátria. Mas a inconstância de seus rendimentos o motiva a buscar as doações noturnas dos grupos que continuam passando no ponto da entrevista. A presença da academia de ginástica, logo em frente, é outro ponto positivo mencionado pelos entrevistados, pois, como fica aberta das 5:30 às 23h, há sempre pessoas com doações passando por ali.

Para seus hábitos de higiene, Thor, único dos entrevistados que não está domiciliado, fala que utiliza com frequência o posto de gasolina próximo ao Viaduto do Baldo. A alimentação, além das doações, conta com um restaurante popular na Cidade Alta, próximo à Sede da Prefeitura de Natal.

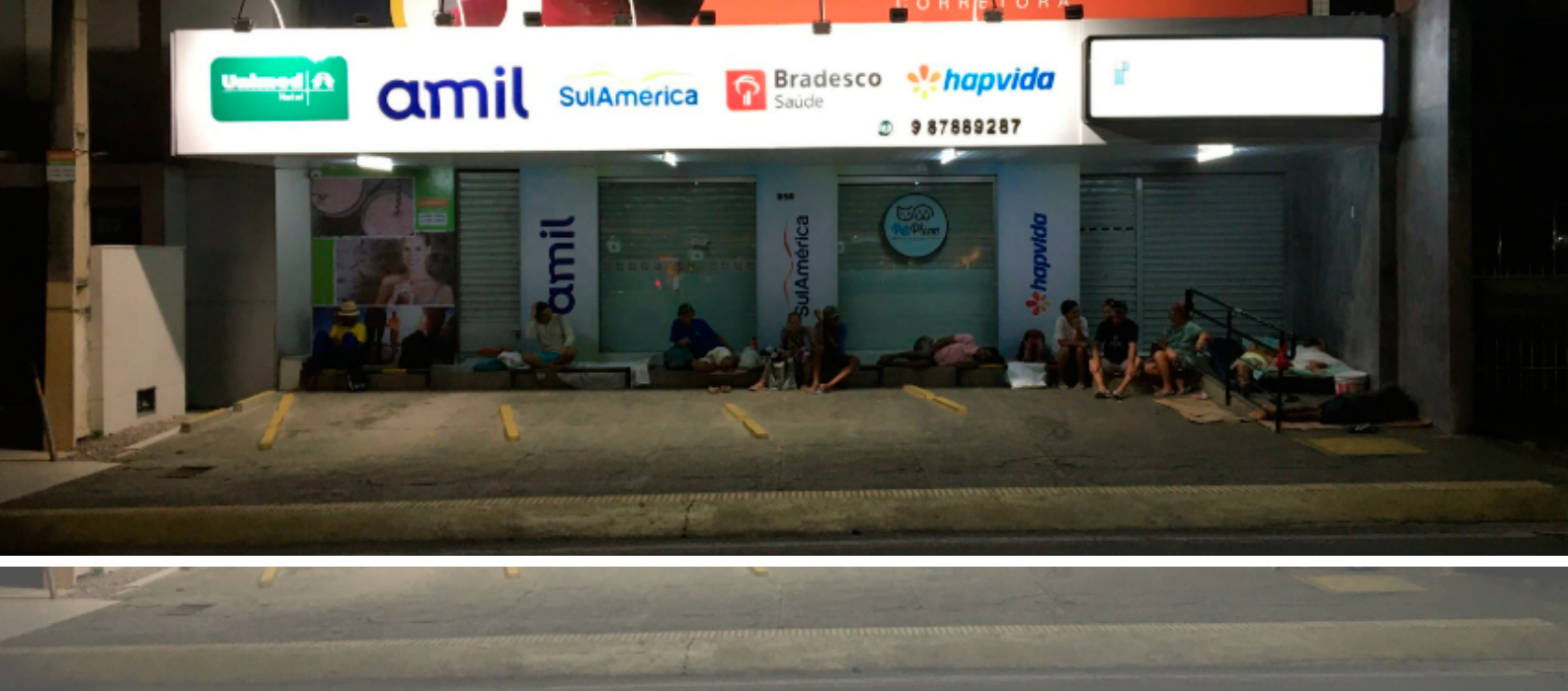
Principais pontos de interesse trazidos e entrevista - setembro/2019



Quanto ao trabalho, Thor e Balu concordam que o meio mais rentável de conseguir recursos na rua é pastorando carros. Hagrid, por outro lado, é chaveiro há 30 anos e já teve um ponto fixo, mas os custos eram muito altos e, depois da crise pessoal, advinda do divórcio, precisou fechar as portas. Hoje faz alguns serviços pontuais de chave com suporte de um fornecedor no Alecrim. Ele fala na importância do *networking* e faz questão que eu anote seu contato em caso de necessidade. Hagrid morou durante três meses nas ruas, mas em um de seus serviços pontuais de chaveiro, conheceu o dono de uns kitnets do Alecrim, que lhe ofereceu um quarto em troca de serviços de Assistente de Serviços Gerais (ASG): “faxina, manutenção, reparo. Faço de tudo um pouco e em troca tenho um quartinho lá, tomo banho. Venho para cá à noite porque têm muita doação”. Apesar de ter chuveiro onde mora, Hagrid também se beneficia do carro do banho às sextas-feiras, que às vezes oferece produtos de higiene pessoal.

Durante os finais de semana, afirma que não há distribuição de alimentos pelos grupos caritativos ali na Prudente de Moraes. Aos sábados, Hagrid conta com o café da manhã da Igreja Batista e a feijoada vegetariana (almoço), ambos distribuídos nas proximidades do Viaduto do Baldo. Aos domingos, perto da Prefeitura, os três conseguem café da manhã, almoço e jantar, com alguns grupos religiosos.





Marquise da revendedora de planos de saúde, Prudente de Moraes, 2019
Acervo da autora.

A distribuição dos indivíduos é linear, próximo à fachada da revendedora de planos de saúde e à grade de entrada da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército (ASSEN), logo ao lado. Mesmo os que não dormem nas ruas, levam alguns papelões para dispor no chão e descansarem enquanto esperam os carros com as doações. A abordagem é similar ao Nordeste: eles afirmam dormir nas ruas para conseguir prioridade na distribuição dos alimentos. Nessa nova localização, relatam que ainda não houve conflitos e é algo que tentam evitar, sobretudo desde que foram expulsos da marquise do Banco Nordeste.

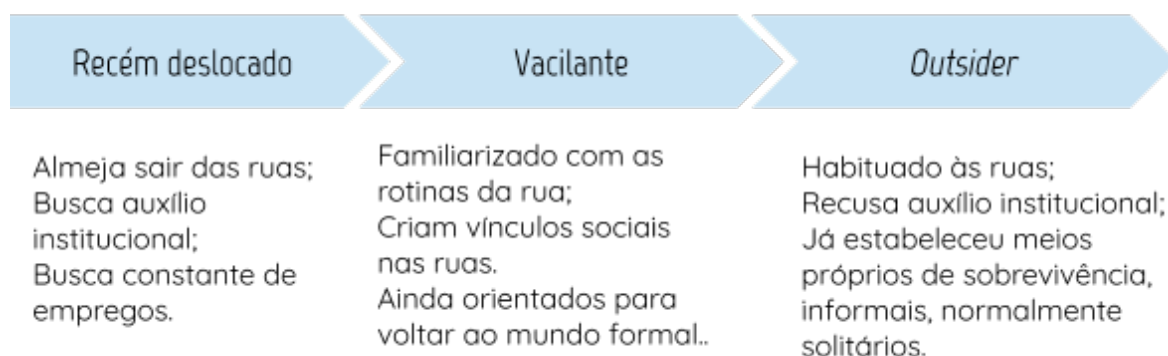
Da janela da cozinha do meu pai, é possível ver o vai-e-vem de Rosinha. Célia, responsável por fazer a faxina e o almoço na casa dele, estava se queixando que sexta-feira tinha ficado lá até as 18h e só conseguiu ônibus às 19h para então chegar em casa por volta das 20h. A história de Célia se repete em muitas famílias, mas estávamos conversando sobre Rosinha. Ainda sobre sexta-feira, ela comenta “ainda bem que sempre tinha gente naquela parada, porque se não estaria com medo de assalto”. E fala que quando passa das 18h, começam a chegar o pessoal que dorme na Miranda: “já me disseram que se ficasse tarde, que eu me aproximasse da Miranda porque dizem que lá não mexem com ninguém não”. Aí conto que conheço o pessoal que mora lá e comento que Rosinha é bem simpática. Célia responde: “eu tenho é medo daquela mulher, mas ela parece que manda nos homens tudinho (sic) ali”. Eu falo que Rosinha sempre foi receptiva nas minhas entrevistas, e, de fato, ela tinha um papel coordenador no grupo todo. Até um pouco empreendedor, eu diria. Eles aos poucos acumularam o suficiente para comprar

uma carroça e poderem escalar as vendas e agilizar a locomoção. Logo conseguiram o suficiente para a segunda, e hoje contam com três carroças e até um “funcionário”. Célia troca as horas do seu dia gratificações que recebem e há anos que as variações nessa remuneração não é significativa. Outro dia ela recebeu a ligação de uma prima dizendo que viram outro membro da família vendendo pipoca na parada. O desdém da prima dela me fez questionar por que parece motivo de vergonha vender pipoca a pessoas que esperam ônibus. Afinal, não há nada de indigno em comprar pipocas no atacado e vender no varejo pelo dobro do valor. Mas, a informalidade que envolve essas ações causam um preconceito que levam alguém que não sabe os motivos da venda de pipoca ligar para a sua prima e dividir a fofoca. A informalidade, estigmatizada, é repleta de riscos. Não me cabe compará-los, mas entender em ambos suas particularidades e os cruzamentos entre essas diferenças no meio urbano, que dão a Célia a sensação de não estar sozinha à espera de um ônibus nas escuras avenidas da cidade.

Os diferentes casos aqui trazidos sinalizam para uma diversidade de estratégias entre os moradores de rua e os que não moram nas ruas, mas tiram delas seus meios de sobrevivência. A literatura aborda algumas categorizações que nos são pertinentes. Snow e Anderson (1998), por exemplo, utilizam a linha temporal como definidora de suas rotinas habituais, distinguindo-os sobretudo em três momentos, conforme o tempo de vida nas ruas: os recém-deslocados, os vacilantes e os outsiders. Para os autores, quanto menor o tempo nas ruas, maior a tendência a crer e almejar a volta a uma rotina formal, de modo que as ocupações diárias se desenvolvem no sentido de buscar um emprego formal, e as rotinas são mais atreladas ao auxílio institucional, marcante no caso dos recém-deslocados. O outsider, no outro extremo, busca seus ganhos de forma

independente de instituições e não acredita sair das ruas. Snow e Anderson entendem uma transição recorrente entre as categorias, no sentido do recém-deslocado para vacilante e, posteriormente outsider:

Evolução observada por Snow e Anderson, 1998.
Diagrama da autora, 2019.



Bursztyn (2003), por outro lado, já os distingue conforme suas ocupações: há os flanelinhas; os albergados; os catadores nômades (que seguem eventos); os “mais ou menos sedentários”, sob pontes e viadutos; os errantes, mais solitários; os andarilhos (mais ligados aos pequenos delitos); os pivetes, que complementam a renda da família nas ruas; os catadores complementares; os foragidos da justiça; os hippies, ainda mais móveis, que vivem do artesanato e, por último, os pedintes de Natal, que se aproveitam das doações natalinas. Não abarquei a última categoria em virtude do tempo limitado nas realizações do campo, finalizado em outubro de 2019. Como vimos nos casos estudados em Natal, essa categorização apresenta limitações, uma vez que as estratégias variam conforme a ocupação e a oportunidade, podendo inclusive se aplicar a casos nos quais o indivíduo não mora nas ruas. Entretanto, algumas características trazidas em Bursztyn se fazem pertinentes, apontando para semelhanças entre os diversos casos da literatura e o estudo aqui trazido.

Encontramos Donatello e John, que se enquadram nos hippies. Donatello, apesar de já ter sido albergado em outras cidades e hoje oscile entre o Albergue Municipal de Natal e o viaduto do Baldo, ainda vive da venda de artesanato na praia e expressa o desejo de eventualmente sair para outra cidade. Donatello já vive há muito tempo nas ruas, podendo ser visto como um outsider na visão de Snow e Anderson (1998) e, apesar de usufruir diariamente dos serviços institucionais, não acredita que se adaptaria a morar numa casa novamente. John, por outro lado, não se utiliza do albergue, mas apresenta

um modo de vida outsider e uma estratégia de sobrevivência similar a Donatello, sem apego ao sistema domiciliar formal. Em tom de ironia, Donatello afirma: “acho bom, sabe como é, não acho ruim. Tem aquele ditado que se você não gosta do inimigo, se junta a ele” (Donatello, morador de rua do Baldo, 2019).

Outros, conforme a temporalidade trazida por Snow e Anderson, seriam recém deslocados (pouco tempo nas ruas), mas seu comportamento atrelado e naturalizado no espaço público apresenta sinais de vacilantes, pois, ao mesmo tempo que usufruem do auxílio de instituições assistenciais, não imaginam sua vida fora desse cenário.

Nos casos de Natal, os indivíduos situados nas marquises em frente ao Nordestão e à Smartfit enquadram-se na categoria de recém deslocados (Snow e Anderson, 1998), muito embora se mesquem com indivíduos abrigados informalmente em assentamentos urbanos não regulares, como a comunidade Passo da Pátria e que se utilizam diariamente das ruas para o seu sustento.

O aspecto que mais se repete na literatura e em minhas observações de campo é a preocupação que possuem em estar ligados a alguma ocupação, por mais informal e precária que seja. Apenas uma minoria se declara sem ocupação ou simplesmente pedinte. E, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília, a maioria das atividades realizadas em Natal está associada ao lixo e ao trabalho de pastorear carros.

Bursztyn (2003: 256), que traz experiências da moradia de rua em grandes capitais brasileiras, comenta ainda da importância das suas práticas diárias para a manutenção da cidade formal:

os trabalhadores da rua, em particular os catadores de materiais recicláveis, possuem importantes características necessárias ao mundo do trabalho da pós-modernidade. São ecléticos, versáteis, dependem pouco da proteção pública e se auto-empregam. Agregue-se a esses aspectos uma importante função que desempenham: a reinserção no circuito formal da economia de um grande volume de materiais que são despejados no lixo. São, nesse sentido, elos positivos da economia de recursos naturais e redução da degradação ambiental potencial.

Esse fator, para Bursztyn (2003), faz parte de um ciclo no qual o catador é uma peça fundamental e “não pode ser considerado como excluído; ele é, na verdade, um incluído, ainda que muito mal e marginalmente” (Bursztyn, 2003: 249). Assim, os moradores de rua configuram uma via alternativa e criativa no mercado de trabalho informal, que encontra no lixo matéria prima para sua bricolagem.

No caso do pastorador de carros, observo uma qualidade semelhante, visto que a carência e os elevados preços pelos estacionamentos fechados no centro da cidade levam as pessoas a preferirem estacionar nas ruas.

Ao transformar o sentido de um espaço ou objeto, o morador de rua vai além das oposições dicotômicas do formal x informal. Há, nas ruas, um caminho entre a clivagem social típica do junkspace e a mobilidade que o sistema viário em si proporciona, mas que não se esgota na sua simples oposição, pois toma partido e beneficia as duas frentes. Se, de um lado, aproveita-se da invisibilidade para manter a privacidade, também estrutura relações de vizinhança, oferecendo oportunidades e serviços de baixo custo para o habitante formal. Timão e Pumba, por exemplo, moradores do baixio do viaduto do Baldo, quando coletavam papelão nas calçadas da Av. Prudente de Moraes, foram chamados, por um dos lojistas do entorno, para um trabalho de limpeza de entulhos e lixo na manhã seguinte.

Para o morador de rua, privado de seus pertences, o corpo aparece como seu lugar de resistência, que perde sua base geográfica fixa. Transformando o espaço que lhe sobra e ressignificando o junkspace conforme sua necessidade de sobrevivência, elabora em ato, modelos alternativos de organização. Coexiste, na sua prática efêmera e fragmentária, com a ordem hegemônica do capital, mesmo que nem sempre de forma pacífica, já que podem causar estranhamentos e choques com o habitante formal. A seguir trataremos de como essa resistência pode guardar semelhanças com práticas anarquistas contemporâneas.

I.3 Quer beijar, beija; quer coisar, coisa

Para preservar a identidade dos entrevistados, optei por trocar seus nomes por alguns personagens reais e fictícios, reforço. Um deles é o Obama, tido por todos que habitam o Baldo como o líder do viaduto, e mora ali há quatorze anos. Trazido para as ruas depois de uma das crises do desemprego na construção civil, Obama sempre viveu em Natal, mas antes morava de aluguel no bairro do Alecrim. Seu envolvimento com drogas o levou à prisão. Quando solto, morou um tempo com a sua mãe, no Passo da Pátria, mas “devia muita satisfação” e então preferiu sair para estar livre morando sozinho, ainda que nas ruas. A liberdade, para ele, é benefício de todo morador de rua, o que o faz questionar se conseguiria morar numa casa convencional novamente. Nas ruas, afirma, há muitas oportunidades: “se você for um homem de atitude, tem muitas coisas: ou [você] pega um carrinho de reciclagem, ou pega uma caixa para vender uma água, tem um estacionamento pra pasturar (sic) um carro. De tudo tem. Deus deixa tudo na terra para você viver”. O pior revés para ele, no entanto, é o preconceito que sofre daqueles que não entendem sua realidade e já o classifica como vagabundo: “sabe o que é o desprezo? Não é bom não. Hoje em dia a palavra fere mais do que a pancada”, afirma.

Obama conta como respeita sua posição de líder para evitar o máximo de problemas para os moradores do Baldo, porque, diz, “às vezes aqui o remédio sou eu”.

Os “novos habitantes” que lá chegam são aceitos conforme a abordagem. Para Obama, “o que vale é a humildade. Humildade cabe em todo canto”. A preocupação principal é que ninguém se envolva

com atividades que possam pôr em risco a vida dele e dos demais. Relata:

porque aqui quando chega uma pessoa desconhecida, um negócio assim, (...) eu não sei o precedente das pessoas. (...) Não sei o que foi que ele fez lá fora. Se ele mexeu alguma coisa. Aí tá aqui, se tu tá junto dele, tu é igual a ele, se tu apoiar (...), por causa de um, todos pagam. Aí eu digo logo: é melhor você sair no amor, que na dor. Porque se você compra uma batatinha, uma batatinha podre, e bota no meio do saco, ela apodrece tudinho. Aí não pode, vai ficar no meio, pra tá apodrecendo, entrando na mente de um, na mente do outro. (...) muitos só vêm e pensam em dinheiro. Veio um aqui com 50 conto querendo mandar em tudinho.

Ele também fala que vários indivíduos que estão no albergue querem morar no Baldo, mas sempre arrumam conflitos e são barrados. “Sempre digo a eles: vocês têm tudo, ainda abusa da bondade. Taí, os irmão acordam você para comer, toma cachaça, curte sua parada, dorme a hora que quer, acorda a hora que quer. Quer beijar, beija, quer coisar, coisa”.

Sua liberdade nasce da necessidade, onde encontra meios de agir e modificar o real. Nesse momento, passa a explorar um mundo de possibilidades, criando-as, escolhendo entre elas e tornando-as reais.

Obama não possui muitas opções de escolha, sobretudo quando se vê diante do sistema das formalidades do sistema. Por outro lado, ao se deparar com todas as demandas sociais advindas da moradia de rua, a consciência individual de Obama se abre a uma consciência social, que lidera, mas conhece as demandas de seus liderados. Age, não por meio de uma imposição coercitiva que paralisa as individualidades, mas por uma racionalidade

tática e estratégica que articula o envolvimento de todos em seus máximos potenciais. A vida cotidiana dos moradores do Baldo depende desse nível de racionalidade, ainda que não exista uma clareza teórica dessas estratégias.

A sobrevivência motiva as diferentes formas de participação e colaboração entre os moradores de rua, principalmente por serem tão numerosos e diversos. A escala nuclear do viaduto articula continuamente com a escala da cidade. Percebi que essa articulação não se propõe a revolucionar as macroestruturas hegemônicas do junkspace, mas que esta modalidade de moradia persiste historicamente em diversas sociedades, originadas por diversas motivações, ainda que marginalizadas.

É na fissura do junkspace que se realiza a transformação da vida cotidiana. Se todo grande desastre ou guerra mundial abre espaço para revoluções no nível macroestrutural, na precariedade da moradia de rua suspende-se a ordem hegemônica, mesmo sob a estrutura do viaduto, auferindo seus ganhos dos resíduos do junkspace. Trouxe o caso de Obama, no Baldo, e casos de algumas marquises em Natal. Resgatei casos trazidos pela literatura e encontrei, na diversidade de táticas e estratégias de sobrevivência, um ponto comum que reside na subversão da ordem hegemônica: contrapontos à urbanidade formal, instauram urbanidades invisíveis nas tantas fissuras na cidade.

- Ao passo que, se tivesse a mínima parcela de bom senso, compreenderia que esse castigo é na realidade uma recompensa. Vai ser mandado para uma ilha, isto é, para um lugar onde conhecerá o mais interessante conjunto de homens e mulheres existentes em qualquer parte do mundo. Todas as pessoas que, por esta ou aquela razão adquiriram demasiada consciência de sua individualidade para poderem adaptar-se à vida comunitária; todas as pessoas a quem a ortodoxia não satisfaz, que têm ideias próprias e independentes; todos aqueles, numa palavra que são alguém. Quase lhe tenho inveja, Sr. Watson. (Huxley, 2009 [1932]: 345-346)

Mustafá Mond, um dos dez administradores mundiais de “Admirável Mundo Novo”, era dos poucos que conhecia a realidade antes do condicionamento moral imposto na civilização londrina fictícia de Aldous Huxley (1932). Nessa sociedade, todos eram condicionados, desde embriões, a aceitar a realidade sob a alienação nutrida por doses de soma, a ter prazer nos serviços mais desumanos, a ignorar o outro, a desprezar as relações amorosas, e, sobretudo, a legitimar Ford como divindade suprema do “progresso” científico e material. John, um dos personagens, considerado selvagem por ter crescido numa selva, onde não há tal condicionamento, entra em contato com essa civilização e, ao perder sua mãe, rebela-se contra toda a opressão daquele “mundo novo”. Sr. Watson (“civilizado”, segundo os dogmas da sociedade londrina de 632DF), juntamente com John e Bernard (também “civilizado”), como castigo, são destinados a uma ilha onde supostamente não teriam as regalias que possuíam na civilização: sem soma, sem condicionamento moral, longe daquela alienação que lhes condenava a

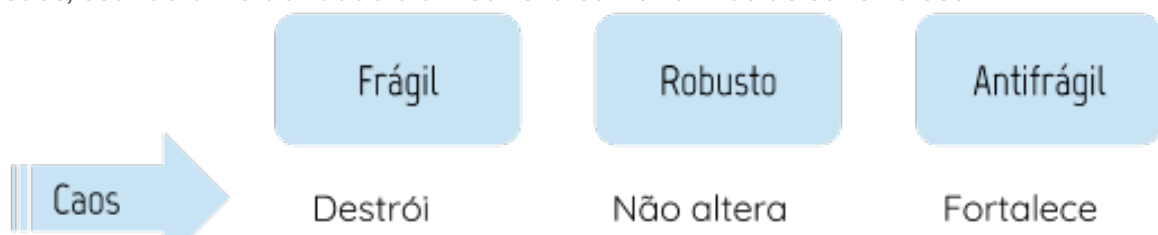
uma vida sem significado.

Os únicos capazes de distinguir essa liberdade eram o Sr. Mond e John, que a haviam experimentado previamente. Há quase 100 anos, Huxley antecipa desenvolvimentos tecnológicos nos campos da reprodução, manipulação psicológica e moral que na ficção coíbe qualquer revolta contra o sistema de castas. Na história, cada indivíduo, conforme sua casta, desenvolve sua função sem questionamento, deleitando-se diante da vida através de doses administradas de soma.

O mais curioso de tal distopia, onde a liberdade é vista como castigo, é perceber as aproximações entre os regimes de condicionamento moral e as manipulações explícitas na sociedade contemporânea, pelo uso da tecnologia, nas redes sociais, nos vícios do consumismo exacerbado e do sistema capitalista predatório. A elite política subjuga e exclui todos que não se submetem às suas normas. Ganha força num regime que não estimula o questionamento. Tudo lhes é dado como pronto, como verdade.

Nesse sentido, as transformações aceleradas nos modos de produção trazem consigo a necessidade de vislumbrar modos contra-hegemônicos de organização. A despeito dessas transformações, da lógica do capital e seus ciclos econômicos, estudos como os de Nassim Taleb (2012) acerca da antifragilidade assumem relevância aqui.

Taleb (2012) distingue três propriedades básicas de todas as coisas, numa tríade que as divide em frágeis, robustas e antifrágeis. Seguindo suas definições, num ecossistema suscetível à variabilidade e à imprevisibilidade, frágil seria tudo aquilo que se danifica, ou mesmo rompe, diante de perturbações, a exemplo de taças de champanhe, que podem permanecer intactas por muito tempo, até um descuido ser capaz de quebrá-las. Para o autor, algo frágil é incapaz, por si próprio, de superar crises ou enfrentar dificuldades. Nesse sentido, também conceitua os itens robustos “que não quebram nem se aprimoram” (Taleb, 2012: 111), ou seja, dificilmente são afetados pelas perturbações. Sua ênfase, no entanto, é dada ao antifrágil, o oposto de frágil, pois se beneficia do caos, usando a instabilidade e a incerteza como formas de se fortalecer.



Distinção dos níveis de fragilidade, Taleb, 2012.
Diagrama da autora, 2019.

Ampliando a abordagem ao ordenamento urbano, Taleb (2012) ainda discute como a centralização de sistemas de decisão – nas mãos do estado-nação – tende a fragilizá-los. Segundo ele, a maior parte das posições de poder atualmente são designadas a pessoas que não assumem riscos pessoais sobre sua gestão, ao que o autor denomina “ausência da pele em jogo” (Taleb, 2012; 518):

O pior problema da modernidade reside na maligna transferência de fragilidade e de antifragilidade de um lado a outro, com um dos lados recebendo os benefícios e o outro recebendo (involuntariamente) os danos; essa transferência é facilitada pela lacuna, cada vez maior, entre o ético e o legal. Esse estado de coisas já existia antes, mas, hoje, tornou-se mais grave – a modernidade o abriga especialmente bem (Taleb, 2012: 519)

Na cidade contemporânea, evidenciam-se os cargos políticos de gestores que dificilmente se relacionam com o espaço urbano: a maioria usuária de transportes individuais, com segurança privada, planos de saúde, filhos matriculados em escolas privadas, pouco dependentes da eficiência do aparato público. Por outro lado, as constantes mudanças sociais, bem como os avanços na tecnologia tornam a vida cotidiana cada vez mais instável, demandando um posicionamento antifrágil das municipalidades e dos cidadãos. Para Taleb (2012), caso a decisão sobre um espaço coubesse a quem dele efetivamente depende e nele estabelece seu cotidiano, a tendência seria de que o sistema como um todo fosse menos frágil à desordem, convertendo a instabilidade em oportunidade para inventividade, já que a incerteza deixa de ser vulnerabilidade, e torna-se opcionalidade. O autor explora sua tríade em exemplos mitológicos e inclusive científicos sobre a evolução das espécies que se beneficiam com a aleatoriedade e volatilidade (até certas doses).

Destaco aqui os parâmetros organizacionais desse conceito. Taleb (2012) aponta como norte para um ambiente antifrágil, o envolvimento direto dos tomadores de decisão no sistema. Ainda que não situe seu argumento precisamente na moradia de rua, a antifragilidade é trazida como possível chave de leitura para o entendimento dos arranjos informais que se adaptam aos mais diversos espaços, tempos e contextos ao longo da história, reinventando-se diante da multiplicidade de cenários marginalizantes aos quais são expostos.

Tem-se, de um lado, propostas de ordenamento urbano fragilistas que, na maior parte das vezes, tratam a cidade de modo uniforme, para afastar ou conter o imprevisível e, do

outro, o imprevisto materializado na apropriação informal do espaço urbano. A prática do morador de rua emerge, dessa forma, como a antítese antifrágil do planejamento formal em meio à precariedade.

No entanto, o senso comum enxerga tais manifestações como perigosas e socialmente incômodas. O informal, renegado em abordagens higienistas de planejamento, depara-se com medidas e códigos de zoneamento, que limitam a liberdade individual. Dessa forma, os que usam os resíduos espaciais subutilizados das infraestruturas urbanas e marquises como moradia ou mesmo como lugar de trocas comerciais e subsistência, são invisibilizados no convívio urbano.

Bauman e Donskis discutem sobre os efeitos da modernidade na supressão da autonomia moral e política do indivíduo. Na sociedade que preza pelo consumo, as mídias sociais e a contínua vigilância extinguem o anonimato da vida privada, reduzindo ainda mais as individualidades na direção da homogeneização espetacular: “uma vez que somos mercadorias, nos vemos obrigados a criar uma demanda de nós mesmos” (Bauman e Donskis, 2014: 37).

76

Nesse sentido, De Certeau (1996), em sua abordagem sobre a invenção do cotidiano, também aborda tal controle e imposição homogeneizante dos fortes sobre os fracos, que subtrai dos últimos sua autonomia. Isso porque a própria lógica dos regimes burocráticos marginaliza aquilo que os ameaçam, demandando uma constante reinvenção das práticas insurgentes. Assim, o autor trabalha na noção do “lugar praticado”, do “poder e querer próprios”, que espacializa os mecanismos de apropriação desviantes dessa homogeneização. Esses conceitos, ainda que não desenvolvidos para pensar a vida nas ruas, nos parecem adequados em nossa contextualização.

A vida cotidiana de um morador de rua se desenvolve dentro do campo de visão vigilante da ordem formal do Estado e do poder capitalista. Seu “lugar praticado” é oriundo, nos termos de De Certeau, da “arte do fraco”, isto é, que sem um programa estabelecido e, diante da ausência de poder, ressignifica o espaço. Dessa forma, cria num ambiente a priori desfavorável, uma situação que lhe favorece.

Essas formas de ação, anti-frágeis, baseiam-se na diversidade de indivíduos - leia-se, urbanidade - e na apropriação ativa da cidade, cuja liberdade tem sido sistematicamente criminalizada pelo Estado e demais grupos dominantes. Essa mudança de perspectiva pleiteia pela ação direta dos habitantes na construção do espaço urbano, diante

da falência do planejamento inclusivo. A prática do morador de rua, sem conhecer a literatura de Taleb ou De Certeau, rompe em ato os arquétipos estabelecidos pela conjuntura neoliberal e reivindica a anti-fragilidade.

Na sua ação descentralizada, expressa nas diferentes formas de apropriação aqui trazidas, o foco é voltado para a tomada de decisões consensuais, que incluem a participação dos indivíduos. O espaço deixa de ser concebido sob a forma fixa do planejamento, adequando-se à flexibilidade natural da evolução urbana.

No que toca a essa oposição às hierarquias, assemelham-se à práxis anarquista, ainda não apoiada nos teóricos seminais do movimento. Desenvolvem sua urbanidade, seus vínculos sociais e relações de trabalho alternativamente ao regime soberano do Estado, mesmo quando almejam por moradia fixa, pois, conforme afirmam, seus problemas não se resumem à ausência dela.

Pautado em ações descentradas, que se conformam às necessidades do momento e dos habitantes que são afetados no espaço, o embasamento prático anarquista pode guiar reflexões acerca dessas urbanidades. Trata-se de um movimento plural, com uma diversidade de táticas, objetivos, mas cuja articulação possibilita a colaboração de grupos que discordam em certos aspectos em prol do respeito ao individualismo e à autonomia.

A respeito desse movimento, Epstein (2001) e Wigger (2016) concordam sobre a dificuldade que a prática descentralizada encontra ao esbarrar com as estruturas de poder soberano. E, apesar das transformações dos movimentos anarquistas ao longo do tempo, mantêm-se as premissas de organização descentralizada, e a propaganda pelo ato, baseada em decisões consensuais e auxílio mútuo, em oposição aos monopólios protegidos pelas elites estatais. Para o movimento anarquista, o futuro é aberto, de modo que a sociedade deve estar em constante adaptação aos cenários das necessidades políticas do momento.

A anarquia não se refere à falta de ordem, mas à ausência do autoritarismo coercitivo, diferente dos regimes de orientação política de esquerda ou direita, que não nos deixa opção diferente da submissão ao poder estatal. O Estado detém o monopólio do uso da força e da justiça, da manipulação das ofertas de crédito que afetam diretamente os preços dos bens de consumo, da provisão de redes de saneamento e coleta de lixo,

podendo valorizar ou não determinadas áreas da cidade conforme os seus interesses (e, sobretudo, dos lobistas que os financiam). Existe um claro preconceito de que o anarquismo é uma visão utópica de um sistema sem classes. Ora, não seria mais utópico ainda confiar que um quadro de alguns poucos representantes possam resolver os problemas causados pela sua própria dominação? A precariedade dentro da qual está imersa essa massa populacional sem moradia responde francamente a essa questão.

Walter (2009), quando discute o pensamento anarquista e suas diversas vertentes, ilustra o equívoco em enxergar o anarquismo como filosofia política negativa e destrutiva, se a realidade atual - sob o comando de uma autoridade - é tão repleta de caos e desordem, que condena à invisibilidade e exclusão aqueles que não possuem condições de participar do sistema.

Assim, se a desigualdade socioeconômica tem origem na institucionalização das relações de poder e coerção, transformar essas relações representa trabalhar conjuntamente pela realização da liberdade na direção da emancipação dos direitos individuais em relação ao Estado. O anarquismo requer improvisação e experimentação, tentativa e erro. Tal incerteza se faz necessária para o desenvolvimento de formas duráveis de organização, independente de autoridade ou sistemas de coerção, mais próximas do anti-frágil (Taleb, 2012).

Onde a diversidade é exaltada, o trabalho assume um valor de contribuição social, beneficiando moradores de rua e outros habitantes da cidade que se valem dos seus serviços. Tais condições imateriais, exploradas na moradia de rua, demonstram que, quando marginalizado, o indivíduo escapa das prescrições formalistas e edifica nele seu próprio espaço. A urbanidade invisível assume o contraponto ao junkspace (ou seria o anti-junkspace?), ainda que tão severamente oprimido.

As experiências da práxis urbana anarquista trazidas pela literatura são plurais e, ainda que algumas delas tenham sido bastante efêmeras, outras permanecem ativas, sinalizando para estratégias que possam contribuir para a valorização da diversidade e a criação de espaços alternativos à alienação. A literatura ainda não as relaciona com moradores de rua, mas essa breve contextualização traz aspectos que se repetem nas nossas observações de campo, nessa apropriação que mantém uma ordem coletiva, não coercitiva, no espaço.

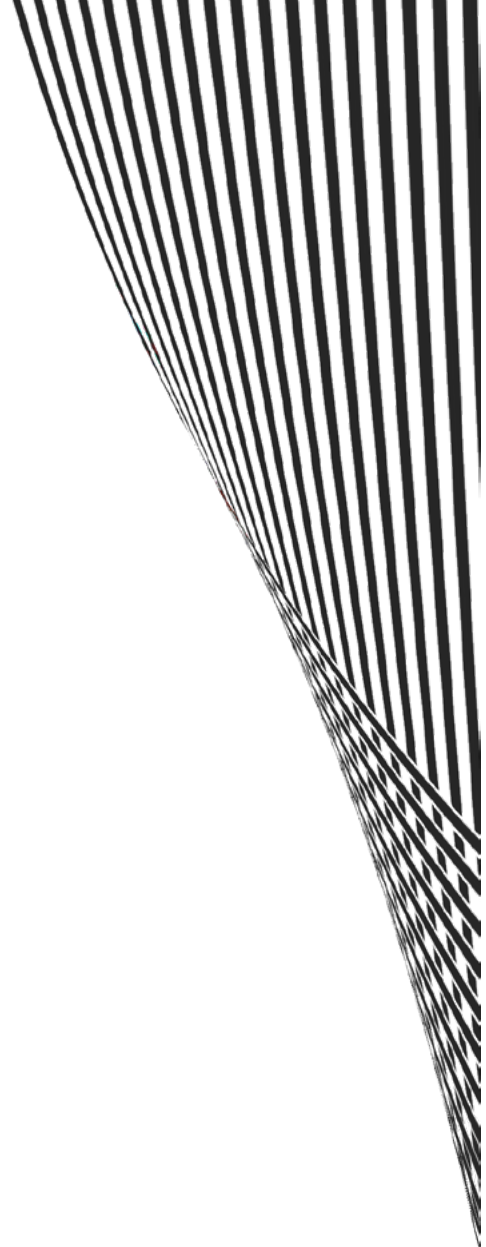
A mobilização anárquica não se compromete apenas com a crítica da ordem social existente, mas formula visões de alternativas capazes de transcender em ato essa ordem. Não há, portanto, um destino utópico no que se propala em termos de anarquismo. Do contrário, estimula-se a mobilidade, a fluidez e constante envolvimento que busquem maximizar a autonomia dos indivíduos, a liberdade coletiva, reduzindo hierarquias rígidas que sistematicamente privilegia poucos. O anarquismo vai além do anti-estatismo. Segundo Wigger (2016: 133), para o movimento anarquista, as contribuições políticas estão ligadas à práxis comunitária contra a violação dos direitos individuais. Desse modo, busca-se uma apropriação direta do indivíduo em relação à cidade.

As ações do morador de rua guardam semelhanças experimentais à ação direta anarquista. As ocupações de ordem provisória e indeterminada - pois estão sujeitos à contínua expulsão - dos espaços autogeridos e autoplanejados, resistem, para fins de sobrevivência, na condição limite da precariedade, às relações sociais coercitivas do poder hegemônico. A ausência do seu sucesso, ou mesmo intenção contestatória, não diminui sua relevância na criação de urbanidades.

Os moradores de rua, em meio à sua fragilidade, desafiam diariamente as estruturas hegemônicas, num engajamento coletivo construído momentaneamente. Não oferecem um plano urbanístico, nem propõem uma revolução da vida cotidiana; tampouco os projetos anarquistas o fazem. Mas agem continuamente, de baixo para cima, e contrapõem-se às macroestruturas, ainda que esbarrem (tal como os pró-anarquistas) na macroescala do domínio hegemônico da elite estatal. Marginalizados da ordem formal, sugerem a emancipação às estruturas opressivas e homogeneizantes do junkspace, evocando uma realidade alternativa que preza pela autonomia na produção do espaço.

A seguir, trataremos de como se estrutura essa ordem formal no meio urbano.





2

O *SCRIPT* DO
ESPETÁCULO

2.1 Junkspaces cênicos

A curiosidade me guiou no aprofundamento das relações que ocorrem paralelamente à cidade formal, levadas a cabo na primeira parte deste trabalho, mas tal marginalização não é novidade. Desde o discurso higienista exaltado na urbanização do século XX, os grandes centros são ordenados aos moldes do capital. No contexto europeu, por exemplo, Lefebvre (2006 [1974]) comenta sobre o zoneamento excludente do plano moderno de cidade: os espaços residenciais, comerciais, de lazer, espaços para os "marginais". Diante disso, para o autor, a vida cotidiana esvai-se na escala da centralização burocrática:

O capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o "mundo da mercadoria", sua "lógica" e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das auto-estradas, dos aeroportos, das redes de informação. Nesse espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu (Lefebvre, 2006: 51).

Nas cidades contemporâneas, como vimos, tais relações persistem. O "berço da acumulação", resgatado em Koolhaas (2010), como a semente do *junkspace*, o excesso repetitivo e artificial, ainda prevalece sobre as microestratégias anti-hegemônicas de produção do espaço. Koolhaas (2010), resgata em grande parte a crítica lefebvriana. Para o autor, hoje se produz arquitetura como nunca antes, reflexo da massificação do consumo do espaço, que seduz e oculta a repetição.

Para Koolhaas (2010), o *junkspace* (ou espaço-lixo) é fruto de toda a produção arquitetônica pós-moderna, na qual "mais é mais". A todo momento, novos edifícios e obras viárias são construídos, acumulando-se nas cidades contemporâneas como suporte às mais diversas formas de financeirização do espaço: "domínio de ordem fingida e simulada, um reino de transformação (Koolhaas, 2010).

Por outro lado, como vimos no primeiro capítulo, há uma multiplicidade de relações sociais não-hegemônicas que se interpõem e se chocam em meio a esse acúmulo. Os movimentos da informalidade que tratamos adentram a formalidade em suas diferentes estratégias e táticas que oscilam conforme seus desejos e necessidades, trazendo à cena componentes inesperados, como abrigos de papelão, cobertores nas calçadas, jornais, carrinhos de supermercado e objetos resgatados do lixo e doação, cujo acesso – já que se dá via mercado – lhes foi primeiramente negado.



Trânsitos e coexistências - Natal - Frankfurt
Fontes: (Esquerda) Página instagram RN Invisível
(2018)

(Direita) <https://www.usatoday.com/story/news/world/2017/12/19/fines-homeless-germany/965174001/>

Tais relações, oprimidas pelo saber do planejamento racionalizante, já eram objeto da crítica moderna. Lefebvre (2006), focado na vida cotidiana, aborda a conversão do urbano como mercadoria que mascara as contradições sociais para hipertrofiar o poder centralizador. Manipulado na abstração instrumental do que denomina “espaço concebido”, o urbano reúne em si o espetáculo da alienação e a violência, numa prática autoritária que nega o que escapa à reprodução de mais-valias.

Para Marx (1988), a mais-valia refere-se à parcela de trabalho não pago apreendido pelo proprietário dos meios de produção. O termo não deve ser confundido com sua utilização no corpo da teoria da renda da terra. Aqui, utiliza-se do conceito de mais-valia urbana como o incremento de valor da terra advindo de benfeitorias feitas no território (Brasil, 2001). O problema reside no fato de que pouco dessa valorização é recuperada para o bem-estar da sociedade, auferindo rendas apenas aos grandes investidores imobiliários.

A exemplo disso, as infraestruturas urbanas, como viadutos e rodovias, consideradas melhoramentos do solo urbano, incrementam o preço da terra sem que essa se configure necessariamente como ambiência para a diversidade de pessoas e atividades, isto é: para a urbanidade, nos termos aqui propostos. Ao contrário, configuram mais camadas do *junkspace*. Estrutural para a reprodução capitalista na cidade contemporânea e, para Koolhaas (2001), aparentemente, única forma possível de

urbanismo do século XXI, o *junkspace* é a primazia da proliferação do consumo material sobre a criatividade, que promove desorientação. É o comprimido de soma Huxleyana.

Esse acúmulo também é abordado no conceito de “cultura da congestão”. Para Koolhaas (1997), que situa sua abordagem em Manhattan (Nova Iorque), a congestão é fruto de uma ideologia urbanística da hiperdensidade contemporânea. A concentração de pessoas cresceu a tal ponto, que as respostas do funcionalismo moderno não são suficientes para explicar a metrópole de hoje. A congestão, para o autor, organiza várias cidades em uma só cidade. Várias culturas e ideologias, num só espaço, realizado em combinações sem precedentes, que gera situações “desde as mais naturais até as mais artificiais - onde e quando desejadas” (Koolhaas, 1997: 125), onde a criação e a destruição estão inegavelmente entrelaçadas. Sem juízo de valor ou tampouco no intuito de propor soluções utópicas, Koolhaas (1997), em seu “manifesto retroativo”, demonstra como essa cultura, que encontra no arranha-céu seu estado da arte, materializa-se na retícula urbana como forma de auferir maiores rendimentos imobiliários.

Em Nova Iorque, Koolhaas dialoga com a crítica debordiana para discutir um certo urbanismo espetacular. Dados os fins especulativos da produção arquitetônica novaiorquina, o único suspense, defende, “vem da intensidade constantemente crescente da performance” (Koolhaas, 1997: 15). Dessa forma, aponta para a rendição da vida ao planejamento urbano, nutrido por uma “parafernália da ilusão” que subjuga a natureza ao artificialismo do aparato tecnológico.

Reproduzido nos grandes centros financeiros mundiais e, em menor escala, nas metrópoles brasileiras, essa lógica de planejamento artificial direciona o ordenamento urbano. Assim como a reprodução de mais-valias extravasa no urbano, suas contradições também são visíveis, produzindo uma paisagem que reflete a acumulação e a desigualdade. As concentrações urbanas e as “congestões” seguem o fluxo do capital e o poder se dissimula nas práticas institucionais que priorizam o desenvolvimento de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras.

Além disso, o Estado, em tese mediador dos conflitos urbanos, responsável pela provisão de infraestrutura urbana, produz localizações que conduzem à ocupação desigual do espaço. Como forma de evitar crises, lança constantemente obras públicas de longo prazo que absorvem o capital sobreacumulado. Na leitura de Harvey (2015: 87), “há cada vez mais capital embutido no espaço como capital-terreno, capital fixado na terra”. Pautada pelo poder dos detentores da propriedade privada, o Estado produz cidades onde “o bem-estar em favor dos pobres foi em larga medida substituído por subvenções públicas ao capital” (Harvey, 2015: 94), penetrando em segmentos da vida

político-econômica, apenas como forma de criar um clima favorável aos negócios.

Harvey (2015) trata de como a economia capitalista se apropria do solo urbano e faz dele ambiente de acumulação de rendas, na maioria das vezes desatento às necessidades da população mais carente de espaço no meio urbano. Assim, o desenvolvimento do espaço produtivo, a favor do mercado, aliena o impulso criativo da apropriação, num planejamento impositivo e excludente.

As cidades se inserem, portanto, nessa lógica impositiva, visando sobretudo à atração de capitais e à valorização dos interesses do mercado. O espaço é convertido em espetáculo, criando cenários pasteurizados, Disneylândias e junkspaces, com o intuito de fascinar, suprimindo as individualidades e reproduzindo espaços vazios de trocas humanas, no qual o indivíduo permanece anônimo e sem significado. A passividade do usuário, imposta pelas relações de consumo que homogeneizam seu comportamento, banalizam a experiência urbana.

Para Koolhaas (1997), essa primazia do consumo é latente na lógica da quadrícula de Manhattan, que produz uma equivalência arquitetônica de tal forma que:

cada bloco pode agora transformar-se em um enclave auto-contido do sintético irresistível. Esse potencial também implica um isolamento essencial: a cidade não mais sofre com uma textura mais ou menos homogênea - um mosaico de fragmentos urbanos complementares -, mas cada bloco agora está sozinho como uma ilha, fundamentalmente por conta própria. Manhattan se transforma em um arquipélago seco de blocos (Koolhaas, 1997: 97).

Esse “arquipélago seco”, equivalente a espaços onde o valor de uso se submete ao valor de troca, produz ambientes cuja passividade do usuário é imposta pelas relações de consumo e seu comportamento se disciplina sob um arranjo de gestos predeterminados.

Debord (1967), anterior a Koolhaas, já se referia a essa manipulação midiática, quando elaborou a “Sociedade do Espetáculo”, fundamentado nas bases do movimento Internacional Situacionista (IS) europeu. A IS volta-se à construção de situações pelos próprios indivíduos no espaço, onde liberariam seu próprio potencial para a realização dos seus anseios. Profundamente questionador da modernidade na qual vivia, Debord (1967) defendia que o espetáculo não é meramente um conjunto de imagens, mas uma relação social mediada por simulacros que, ao unificar a sociedade pelo consumo, também materializa o afastamento entre os seres, criando uma pseudocoletividade em torno da acumulação de mercadorias. Isso porque, quando seduzida por imagens, a sociedade do espetáculo segue e é coletivamente dominada pelas provocações da

mídia.

Essa conjuntura, instrumental para o avanço do capitalismo, ainda hoje concretiza, por meio da criação de ícones urbanos e imagens artificiais, a ideologia desenvolvimentista espetacular, nos termos debordianos. Adaptada aos novos contextos informacionais, lança mão dos novos instrumentos tecnológicos a fim de forjar a pseudocoletividade em prol da validação dos mega-empresendimentos. Contínua, em diferentes modos, manipulando desejos e dissimulando um planejamento que esmaga a vida cotidiana em barreiras físicas, mas sobretudo simbólicas: largos vazios destinados a estacionamento e infraestruturas viárias intransponíveis de concreto, além de muitas vezes distanciar a moradia da massa trabalhadora dos centros produtivos. A circulação humana, mais um subproduto da circulação das mercadorias, otimiza-se para impulsionar os lucros e a cidade: volta-se ao trânsito veloz, com maiores avenidas e viadutos que coíbem - ou pelo menos restringem - as interações humanas.

Attila Kotanyi e Raoul Vaneigem (1961), também na esteira situacionista, tratam do planejamento urbano como uma ideologia comparável à Coca-Cola, que inventa necessidades “e consegue apagar a evidência: essa informação, esse divertimento e esse modo de habitar não são feitos para as pessoas, mas são feitos sem elas, contra elas” (Kotanyi e Vaneigem, 1961: 139).

Mesmo advindo de uma crítica ao planejamento moderno na década de 1960, muitas contradições ressaltadas pela IS ainda se fazem presentes na reprodução contemporânea de mais-valias urbanas. Fundado no isolamento, desde o automóvel até os celulares de hoje, o sistema de espetacularização persiste na desarticulação social e constrange qualquer criação ou apropriação não-hegemônica que destoe do modo de produção vigente.

O avanço das cidades frequentemente nega a escala humana, sobretudo na construção massiva de viadutos, fragilizando a animação social no espaço público. O cotidiano impregna-se por uma overdose de estímulos: as grandes vias construídas para abrigar cada vez mais carros, *outdoors* e sinais luminosos para abrigar anúncios publicitários, e o trânsito, apesar de ocupar a maior extensão das áreas livres na cidade, isolam cada vez mais os indivíduos, diante das barreiras que estabelece.

Koolhaas (2010) fala da cidade que se produz a partir das facilidades que a tecnologia proporciona. O acúmulo não é só estético, mas também simbólico. Culturas de outros países podem ser experimentadas sem que para isso seja necessário o deslocamento, a exemplo da culinária oriental, presente mesmo nas gôndolas de supermercado ocidentais. Colônias de imigrantes produzem suas próprias espacialidades, onde



Zíperes viários -
Viaduto do Baldo, Natal
Acervo da autora, 2019

inclusive o idioma de origem é conservado. O autor conduz um discurso também exagerado, mas que põe em pauta a tênue fronteira entre o cultural e o artificial, pois o atravessamento desse limiar é banalizado. Para Koolhaas, atravessar continentes nunca foi tão fácil; o mundo real nunca pareceu tão irreal e o ciberespaço tão “irresistível”.

O *junkspace* (ou espaço-lixo) é “aditivo, estratificado e ligeiro, não articulado em diferentes partes, mas sim subdividido, esartejado como a carcaça de um animal – pedaços amputados de uma condição universal” (Koolhaas, 2010: 73). Essa soma, para o autor, faz do urbanismo o programa político de países inteiros que tentam consolidar regimes de desorientação planejada e desarticular a luta de classes. Na corrida tecnológica, grandes obras arquitetônicas e urbanas se inserem, nem sempre solucionando problemas urbanos, mas criando elementos cenográficos para a manipulação coletiva e promoção das cidades.

Essa manipulação, para Koolhaas, resgata o entretenimento como novo “teatro escolhido da megalomania”, ou seja, o novo cenário do espetáculo debordiano que, em Koolhaas (2010: 97), “organiza regimes herméticos de exclusão e concentração máximas”. A generalização dos pensamentos de Koolhaas e Debord - e até na ficção de Huxley, como vimos no capítulo 1 - concordam no esmagamento da autonomia individual e coletiva.

O *junkspace*, ao criar comunidades, “não de interesses comuns ou livre associação, mas de estatísticas idênticas” (Koolhaas, 2010: 97), converte indivíduos em dados, para

facilitar ainda mais sua manipulação. Ocorre, assim, o controle do *junkspace* sobre as pessoas, e a criação de novas demandas que maximizem rendas. Ao final de seu texto, o autor provoca: “o que aconteceria se o espaço começasse a olhar para a humanidade?” (Koolhaas, 2010: 110).

Para Koolhaas (2001), a única forma de se libertar da manipulação do *junkspace* seria mediante a anarquia. Esse rompimento parece improvável na macroescala. Entretanto, há na microescala a outra face do espetáculo: a apropriação livre do espaço que conhece os ritmos do *junkspace* e dele depende, mas instaura uma ordem paralela, não submissa aos princípios dominadores.

Nos espaços precarizados e esquecidos pelo Estado, condicionados pelo abandono, está o outro lado da cidade cenográfica, aqui recortados pela moradia de rua. Feios e perigosos para a burguesia dominante, sobrevivem dos restos indesejáveis em meio ao espaço que lhes resta. Atentos aos fluxos da cidade formal, com táticas e estratégias para seu sustento, os moradores de rua se fazem presentes, ativos nos centros urbanos. Suas territorialidades próprias e a manipulação informal do espaço sinalizam para a individualidade e a experiência, a despeito da alienação do *junkspace*.

Harvey (2015) alerta para o simplismo em olhar para a produção do espaço como “mero movimento rumo à homogeneidade na cultura global mediante a troca de mercado” (Harvey, 2015: 97). Defende a existência de contramovimentos e trocas de consumo não capitalistas que reagem à influência homogeneizadora dos mercados globais. Para o autor, mesmo sem a ênfase na moradia de rua, a atual fase de interpenetração cultural caracterizada pelos intensos e rápidos fluxos de informações, tecnologias, mercadorias, artefatos e pessoas não minam a imprevisibilidade das apropriações informais, ainda que estas sejam movidas por impulsos da globalização capitalista.

Reposo meio ao trânsito - Nova Iorque
<https://www.npr.org/2018/05/24/614103115/queens-n-y-residents-fight-3rd-homeless-shelter-in-their-neighborhood>

<https://www.economist.com/united-states/2017/03/23/new-york-has-record-numbers-of-homeless-people>



Estabeleço, portanto, a contraposição entre a potência criativa do espaço e o excesso de regulações normativas no espaço público. Se Harvey (2015) acredita que condições desiguais são oportunidades para organização e ação políticas, Koolhaas (2010) vislumbra o fim das distinções entre os territórios e o monopólio da sedução sobre as individualidades. Para Koolhaas, a homogeneização totalizante do *junkspace* deixa pouco ou nenhum espaço para a autonomia. Entretanto, em sua crítica, oculta o não planejado e informal que se dá imbricado no *junkspace*, mas numa ordem paralela a ele.

Harvey (2015), na linha lefebvriana, considera a exploração desses caminhos paralelos como possíveis dentre as estruturas fixas que se consolidam na cidade. Demonstra que, uma vez construídas, tanto materialmente - vias, muros -, como simbolicamente - instituições, desigualdades -, as estruturas formais resistem cada vez mais às mudanças, mas não eliminam o pensamento de uma realidade aberta, e a busca por possibilidades. Harvey (2015) reconhece a dificuldade em lidar com tensões de diversificação cultural e das abissais desigualdades de renda, mas entende que a compreensão dessas potencialidades e desafios é crucial para a reformulação de um pensamento político adequado à cidade contemporânea.

Isso porque é na informalidade que se produz o espaço imprevisto, sem controle hierarquizante, que transforma o cotidiano com o que tem à disposição. Koolhaas fala na indiferenciação dos aeroportos e shoppings centers, sem cor, sem significado, constantemente higienizado. Mas há nesses espaços “anti-sépticos”, pois, constantemente limpos, trânsitos informais que transgridem a indiferenciação, criando e recriando fronteiras conforme suas necessidades. O *junkspace* e o seu resíduo são, portanto, instrumentos de sobrevivência, expressando uma urbanidade alternativa, aqui denominada “invisível”, pois se dá em meio à exclusão social à qual estão sujeitos.

A apropriação coletiva dos espaços residuais do *junkspace*, ainda que transitória e fugaz, vai de encontro à obsessão pelo consumo capitalista do espaço, pois cria nas fronteiras marginais do *junkspace* diferentes mecanismos e estratégias de sobrevivência. Alguns valem-se de aeroportos, ou estações rodoviárias e ferroviárias - o que estiver mais próximo -, para atenderem às suas necessidades, como, por exemplo, às questões de higiene pessoal.

Zhenya Yakut, morador de rua de Moscou, criou um *vlog* em 2015, com ajuda de um jovem transeunte, Andrei Water, que concordou em filmar sua luta cotidiana para encontrar comida, um abrigo para dormir e uma forma de se ocultar da polícia. Diante da popularidade alcançada pela rede social, Yakut relata para a TV Moscow 360 como gerenciava suas atividades diárias, acordando antes das cinco horas da manhã para conseguir comida no lixo antes que o caminhão da limpeza passasse. Vítima do alcoolismo que o levou para as ruas, fala, no entanto, da liberdade de movimento e de escolha que a vida na rua proporciona, além da capacidade de adaptação que pessoas na mesma situação possuem. Do descarte extrai alimento, roupas, acessórios, mas também apropria-se do consumo midiático. Encontra no “espetáculo” do ciberespaço a notoriedade que o permitiu compartilhar a sua história.

O regime hegemônico que estrutura o *junkspace* não prevê tais formas de improviso. A apropriação criativa de Yakut, assim como a de outros excluídos do convívio formal, contrapõe-se à ordem formal do *junkspace*, mas tira proveito de sua previsibilidade e repetição. Dos ritmos cíclicos dos habitantes formais, os moradores de rua criam seus ritmos próprios. Estão próximos ao supermercado, por saberem que de lá saem as famílias carregadas de sacolas recheadas. Sabem os horários do caminhão de lixo, os percursos mais visados pelos filantropos, traçam estratégias em meio aos “gulags do consumo”.

E, quanto mais rigidamente calculado o *junkspace*, mais sujeito está à apropriação dos informais. Ainda que marginalizados, diante de um sistema regulador que os atrofia, os moradores de rua, buscando pela sobrevivência diária, reinventam o *script* do espetáculo e organizam seu próprio sistema socioespacial, sua urbanidade invisível.

Terreno vazio, calçada cheia, Natal.
Acervo da autora, 2019.





Banheiro, lavanderia e estações de metrô – São Paulo (esquerda) e Moscow (direita). Profissão Repórter (2017); Canal do morador de rua de Moscou, Zhenya Yakut (2015).

Nesse sentido, diferencio as duas ordens que atuam na produção material da cidade: as dos ritmos informais, e as racionalizantes, oriundas dos códigos e normas estatais. Por mais antagônicas conceitualmente, ambas estão entrelaçadas no espaço urbano. A apropriação simbólica pelo morador de rua é exemplar dessa simultaneidade. Continuamente expulsos pela municipalidade ou pela força policial, insistem em retornar e fazer dos resíduos subutilizados do *junkspace* o seu abrigo. Vimos como ressignificam baixios de viadutos, marquises de loja, nos horários de repouso, calçadas de intenso fluxo para potenciais doações, sinais de trânsito, pontos de ônibus e outros eixos de passagem, produzindo territórios polifuncionais, com múltiplos valores simbólicos.

91

The best junkspace to shave.
Fonte: bbc.co.uk/news/blogs-news-from-elsewhere-33239364



Essa tomada do espaço improdutivo pelos moradores de rua faz emergir uma urbanidade constantemente adaptada ao uso dos que a produzem, mas marginalizada em sua invisibilidade. As fronteiras criadas pela espacialidade excludente das cidades contemporâneas, ao desafiarem sua sobrevivência, ordenam diferentes categorias de relações sociais, nas quais os indivíduos não são mais meramente anestesiados pela produção artificial da cidade, mas sujeitos ativos de expressão das coletividades.

Entendi como muito dessa apropriação resulta de diversas demandas de uma dada parcela da população, em grande parte já marginalizada antes de ir para as ruas, mas que encontra no espaço público um meio de sustento pleno, em meio à precariedade. Muitos relatos obtidos em entrevistas diretas e em fontes secundárias como vídeos, reportagens, e publicações antropológicas, realizadas em diferentes contextos geográficos, apontam para um padrão prévio de desemprego e subemprego e histórias de vida marcadas por relações abusivas e conflituosas em suas moradias originais ou mesmo nas residências temporárias oferecidas pelo município.

Um desses relatos, obtidos do programa Profissão Repórter (edição de 12 de julho de 2017), conta a história da travesti Larissa, que morava há um mês embaixo do Minhocão, no Centro de São Paulo, quando fez a entrevista, e que pediu para não ser identificada porque a família, de Belém, não sabia da sua situação. Ela, por exemplo, relatou ter sofrido ataques transfóbicos em albergues e, por isso, preferia dormir na rua. A dissertação não minimiza a problemática habitacional, tampouco intenciona romantizar os processos sociológicos de exclusão social aos quais esses habitantes estão submetidos. Mas, enquanto as políticas públicas não têm capacidade de abrigar dignamente essa população, exploro como é dada a urbanidade invisível, que mesmo refletindo a exclusão social, se faz presente na cena urbana como método criativo de apropriação na cidade.

No primeiro capítulo, mostrei como o sistema viário é um dos principais recursos desses distintos modos de apropriação. Catadores, artistas de rua, vendedores de carregadores telefônicos, comerciantes de água, de frutas e flanelinhas têm no espaço físico das vias sua subsistência econômica. Mais profundamente, comunidades inteiras tecem seu arranjo social sob marquises, estruturas de viadutos e suportes similares e lá desenvolvem a maioria de suas atividades cotidianas. As motivações e trajetórias prévias às ruas são múltiplas, assim como são diversos os modos de adaptação e as perspectivas futuras de estarem com um emprego e uma casa própria, mas há também os que não desejam ser incorporados dentro da lógica formal. Todos, à sua maneira,

criam espacialidades imprevistas pelo planejamento formal, e, em sua diversidade, têm no espaço urbano seu ponto de encontro. Nessa convergência, extraio a urbanidade invisível, fio condutor desta dissertação.

Quando negado o direito à moradia formal, o indivíduo estabelece na rua uma relação privada imersa no espaço público, pois dele depende. Cria territorialidades articuladas a táticas de sobrevivência e resistência contínua à exclusão a qual está submetido. Trata-se de enxergá-lo não apenas como acúmulo estratificado de um sistema hegemônico, mas como substrato multidimensional passível de ser corrompido pelas diversas apropriações informais.

2.2 O palco do habitar

PARÊNTESES DA INFORMALIDADE

“Era só o que eu queria; que chegasse alguém aqui me dando uma casinha...” (Rosinha, 2018).

Rosinha tem 38 anos e estava com Safira, seu cachorro, cuidando dos pertences do grupo que ocupa a esquina da Av. Prudente de Moraes. Rosinha é casada, tem três filhos. Conheceu o marido nas ruas, onde mora há mais de 27 anos. Ziraldo, também é casado, tem cinco filhos, e mora num condomínio bem próximo há mais de 10

anos. Tanto a ocupação de Rosinha quanto o prédio onde mora Ziraldo, sofreram transformações e reformas ao longo do tempo para melhor se adequarem ao cotidiano do grupo de Rosinha e dos vizinhos de Ziraldo. No caso da ocupação do grupo de Rosinha, muitas dessas transformações foram decorrentes de assaltos e

93

Banho no canteiro, Natal/RN.
Fonte: Página instagram RN
Invisível (2018)



furtos: “às vezes passam uns vagabundos querendo tirar da gente”, diz. Rosinha ocupa uma calçada lindeira a um muro de um terreno abandonado e de frente para outro, igualmente abandonado, próximo a uma das mais movimentadas ruas da cidade. É ela quem fica responsável de vigiar os pertences do grupo durante o dia, quando o marido e os demais trabalham catando entulho. Enquanto o comércio está fechado, à noite e durante os finais de semana, ela ocupa a calçada sob a marquise de uma loja de eletrônicos também na Av. Prudente de Moraes, a menos de 100m dali, onde consegue mais visibilidade e doações. Ziraldo permanece no mesmo lugar. Em nossas conversas sobre as dificuldades de morar ali, Rosinha me contou que uma vez o dono do terreno da frente (que há mais de 10 anos é anunciado para aluguel), apontou uma pistola “deste tamanho”, num gesto de grandeza, dizendo que “estouraria o miolo de quem pulasse o muro”. Nem ela nem ninguém do grupo havia tentado ocupar o terreno, mesmo antes da ameaça, relata. “Ao invés de chegar: *tome, fica aí, quando vier alguém alugar, aí vocês saem para outro lugar*, não, quanto mais esse povo tem, mais miserável é”. Rosinha improvisa um forminho à lenha com pedaços de móveis que o marido encontrou nos entulhos, dispõe de um colchão sobre caixas de madeira e, quando tem a oportunidade, pendura uma rede entre a árvore e o muro do terreno. Ziraldo tem uma cozinha grande, fogão elétrico, mesa de vidro, geladeira e

freezer sempre cheios. Rosinha normalmente se alimenta de doações das pessoas que por ali passam, vizinhos que dão marmitas, ou coisas que ela mesma cozinha. Em que difere o habitar entre Ziraldo e Rosinha? O piso da casa de Ziraldo certamente é diferente do calçamento mal acabado de Rosinha. Ziraldo também não precisa atravessar uma avenida e caminhar 100m com colchões diariamente para dormir. Ele não sofre com a discriminação que Rosinha sofre e nem precisa ficar longe dos filhos se não quiser. Já os filhos de Rosinha moram com a irmã porque a lei não permite a exposição de crianças à mendicância, e ela perderia a guarda. Rosinha vive em condições claramente mais precárias e está sujeita a muito mais riscos que Ziraldo, típico profissional liberal bem sucedido de classe média. Mas ela sobrevive. Vive. Habita. Maneja a sala de estar, cozinha e a área de serviço numa calçada, e o quarto de dormir na outra calçada, a 100m de distância. Diariamente muda o cenário. Ela preferia estar em outro lugar? Provavelmente. Até Ziraldo prefere. Teria ela direito à uma moradia mais digna? Sem dúvida. Rosinha não é menos cidadã que Ziraldo ou que os donos dos terrenos vazios entre os quais vive, apesar de não ser tratada como tal. O ponto aqui não entra no mérito das condições de exclusão às quais Rosinha está sujeita (essa questão será tratada mais à frente), mas no de sua atividade produtora de espacialidades.

Inseridos no *junkspace*, cada um a seu modo, Ziraldo, mesmo com o volume de impostos que paga, não precisa possuir o domínio estratégico do espaço público que Rosinha tem. Ela, mesmo não estando criticamente embasada em uma postura política, cria, junto ao seu grupo, uma urbanidade nas duas calçadas, subvertendo o que foi

planejado pela ordem dominante. Imita alguns usos e funções da cidade formal, mas, em essência, constitui uma espacialidade fluida e flexível que escapa do controle burocrático e foge à acumulação de capital, pois busca no espaço apenas o necessário para a sua sobrevivência.

MAIS UM SALTO

Segaud (2016) questiona os sentidos do espaço habitado como construção social. Para a autora, o espaço segue uma organização coerente com a cultura, economia de cada sociedade, isto é, há particularismos nas suas diferentes escalas, a despeito da tendência uniformizante da globalização. Segaud (2016) defende a autonomia conforme interesses, valores e estratégias dos indivíduos na sociedade. Por outro lado, “nossa civilização tecnicista, racional e urbana tende a especificar cada vez mais os espaços, compartimentando-os para acolher os dispositivos técnicos e espaciais do urbano” (Segaud, 2016: 22). Desse modo, a autonomia no meio urbano se choca com os processos funcionalistas de produção de cidades. A casa, focalizada como puro contendor, é reduzida à noção de propriedade, “e não como lugar possível de desenvolvimento do indivíduo” (Segaud, 2016: 38), reprimindo a criação autônoma do habitante.

Segaud (2016), seguindo as elaborações conceituais de Lefebvre (2002), mostra como os espaços são percebidos, vividos e representados pela sociedade de maneira distinta daquela do observador, pondo em xeque as elaborações teóricas estruturalistas acerca dos modos de habitar na cidade e relativizando as convenções que definem os modos de apreensão do espaço. Para ela, assim como em Lefebvre (2002), é a partir do trivial, da transformação do cotidiano em objeto científico que as ciências sociais encontram a fortaleza das formas construídas habitadas (Segaud, 2016: 48).

Heidegger já discutia a noção de habitar como “traço fundamental do ser” (Heidegger, 2002a: 8), condição inerente à sua existência. Para ele, atravessar os espaços já implica uma noção de habitar, sua “de-mora junto às coisas e aos lugares” (Heidegger, 2002a: 8). A casa, definida em Bachelard como “primeiro mundo do ser

humano” (Bachelard, 1957:201), possui, portanto, corpo e alma, de modo que antes de materializar-se, já existe no campo dos pensamentos:

todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. (...) a imaginação trabalha nesse sentido quando o ser encontrou o menor abrigo: veremos a imaginação construir “paredes” com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusões de proteção ou, inversamente, tremer atrás de um grande muro, duvidar das mais sólidas muralhas (Bachelard, 1957:200).

Em outro texto, Heidegger (1954) defende a existência do ser está vinculada ao espaço e ao relacionamento com o outro. Ele explica o Raum, ou Rum, lugar arrumado, livre para ser povoado, fundamental para o “Ser-aí”: “o homem é a medida que habita” (Heidegger, 1954:2). O Raum reúne. É necessário para a existência humana. Sem espaço, para o autor, a liberdade esvai-se.

Lefebvre (2006), na esteira Heideggeriana, associa a produção do espaço e sua apropriação diretamente ao habitar, referindo-se à transição entre o público e o privado, expresso nas atividades práticas do cotidiano. Entende que, para o indivíduo ou grupo, mais do que um vínculo de propriedade, habitar implica em apropriar-se do espaço, fazer dele sua obra, ou, nas palavras de Bachelard (1957: 227), “a casa vivida não é uma caixa inerte (...) transcende o espaço geométrico”. Os três autores, situados historicamente na modernidade, apesar de não tratarem da moradia de rua, apontam para a conexão entre o corpo e o espaço, na qual o habitar é instrumento de memória e existência.

Já na contemporaneidade, ao tratar do viver na rua, Segaud reconhece que na rua esses atributos substituem o habitar cotidiano, “reproduzindo, de certo modo, as qualidades de um sistema doméstico” (Segaud, 2016: 132), marcando com seus objetos familiares cada lugar conforme o uso e reconstruindo permanentemente as fronteiras entre espaços privados e espaços públicos.

Rosinha, e os outros personagens trazidos no primeiro ato, são exemplos claros disso. Partindo dos horários e ritmos da cidade formal, reproduzem diariamente seu espaço doméstico, conforme suas necessidades, compondo no espaço público funções cotidianas que não foram previamente imaginadas pelo planejamento urbano hegemônico. O junkspace, que se supunha antisséptico e homogêneo, excluindo grande parcela da participação social no ordenamento do espaço, rompe-se nos ritmos de Rosinha, e nas outras territorialidades alternativas dos moradores

de rua. E das fissuras advindas dos trânsitos informais, emerge a apropriação do morador de rua.

Ao apropriarem-se, os indivíduos transformam e extrapolam os limites da habitação formal. Tomando, sobretudo, o que o meio lhes oferece e a sociedade formal descarta, os moradores de rua dão novos sentidos ao objeto e ao espaço como estratégia de sobrevivência. Constroem sociabilidades que se materializam entre si e com sua vizinhança, seja ela avessa ou solidária a eles.

Para o morador de rua, a relação entre dentro e fora da casa também não é a mesma pretendida pela sociedade formal. A única relação de propriedade que se revela, concerne ao corpo, nível mais íntimo das singularidades que se prolonga no território: “não comprei nenhuma rua nem aluguei. A rua é de todos”, defende Donatello, um dos entrevistados em nossa pesquisa, que vive sob o Viaduto do Baldo, em Natal (2019).

Entretanto, o Estado, de modo geral, age na reimposição da forma hegemônica da propriedade, do poder. No caso brasileiro, quando oferece moradias para desalojar a população moradora de rua, não provê possibilidades de subsistência, não convergindo, portanto, num processo civilizatório, e ferindo, muitas vezes por meio da violência, o próprio corpo, obstáculo que deve ser eliminado: “vir perguntar: você quer moradia? [a gente] quer moradia. Mas só moradia, [a gente] não quer. Tem que ter um meio de trabalho” (Obama, morador do baixio do Baldo, Natal, 2019).

Lefebvre (2001 [1968]), num espectro europeu, desde a crítica ao planejamento moderno, já condenava a convergência dos “urbanismos” dos pensadores humanistas, dos administradores e dos promotores de vendas que, apoiados na construção de uma ideologia, traçaram uma estratégia unitária de dominação que transformou a cotidianidade em objeto de consumo. O protagonismo do capital na produção do urbano, no entanto, mobiliza, até hoje, seus principais atores - Estados e empreiteiras imobiliárias - a tirar da terra o maior rendimento possível, transformando-a numa sucessão de blocos de condomínios de apartamentos, sob uma imagem do habitar como lugar de felicidade.

A esse respeito, Baptista (2005) trata da naturalização da casa burguesa, centro da felicidade e segurança, como única possibilidade de habitar a partir do século XIX, embasada por um modelo midiático que estigmatiza a rua (o fora) como símbolo de perigo e barbárie, em contraponto ao lugar protegido da casa dentro dos limites da

propriedade privada.

Desse modo, ao tentar reprimir as práticas informais dos moradores de rua, sobretudo quando os expulsam de suas ocupações, sem lhes deixar outra alternativa, o Estado coíbe outras práticas urbanas. Ignora demandas e experiências que fogem aos limites fixos da alvenaria. Que escapam ao projeto e crescem onde não se espera, cuja condição móvel ressignifica a todo momento o espaço e cria nos resíduos espaciais oportunidade de construção da vida cotidiana. Empreendidas por indivíduos e comunidades que se deslocam continuamente, fazem do espaço público e da invisibilidade social sua estratégia de sobrevivência. Nas ruas, enquanto vivem precariamente, por mais excluídos e pouco engajados politicamente, edificam sua urbanidade invisível.

Vimos como, em cidades brasileiras, sem limites físicos de ocupação, em marquises, infraestruturas viárias, bancos de praças, entre outros espaços ociosos, porém suficientemente seguros e acolhedores para seu abrigo, instalam lonas, papelões ou qualquer outro material que esteja à disposição de sua inventividade. O caráter ao mesmo tempo contínuo e fragmentário dessas comunidades desafia o urbanismo formalista das políticas públicas que, a despeito do discurso democrático e participativo da lei, não chega a contemplar as diferentes práticas urbanas de habitar a cidade, criando barreiras a urbanidades.

No Brasil, com a aprovação do Estatuto das Cidades (Brasil, 2001), que consiste na Lei Nacional de desenvolvimento Urbano, foram estabelecidos diversos instrumentos de gestão urbana que preveem a “participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” (Brasil, 2001). Entretanto, ainda que o discurso respalde a construção democrática da cidade, a gestão urbana, atendendo ao Estado capitalista. Souza e Rodrigues (2004), a esse respeito, assinalam que a gestão urbana, atendendo ao Estado capitalista, está a serviço das classes dominantes, com ênfase na proposição de projetos e em negociações que se revertem em benefício dos grandes capitais privados.

Entre as principais “estratégias” apontadas por Souza e Rodrigues (2004), estão o monumentalismo e o embelezamento em padrões globais que têm, nas últimas décadas, assumido posição de destaque nas intervenções, preterindo os pressupostos participativos e mais ancorados às realidades locais. Daí o crescente incentivo na

promoção de megaempreendimentos imobiliários e de infraestrutura viária, com a inserção de grandes passagens de nível na forma de viadutos estaiados que viram cenário para cartões postais, mas também barreiras físicas para as antigas vizinhanças.

Nesse sentido, cria-se, nacionalmente, um cenário de manipulação midiática, cuja noção de participação sob forma de lei, como no Estatuto das Cidades, é mais um elemento do espetáculo, retórica para promoção de programas habitacionais. Participam uns, excluem-se outros. Os que não podem pagar o preço da terra são condenados a situações precárias de moradia, seja em ocupações de favelas, barracos e, em último caso, sob marquises e viadutos.

Jordi Sanchez-Cuenca (2017), a esse respeito, entende que o direito à cidade vai além da materialidade da moradia, mas o quadro jurídico e a institucionalização de um instrumento muitas vezes não garantem o acesso a esse direito. Primeiro porque a imposição do sistema neoliberalista no espaço urbano, por si só, gera espacialidades excludentes. Segundo, porque o movimento social por moradia vai muito além de reivindicar o estado físico da casa (Sanchez-Cuenca, 2017). Existe uma dimensão que a lei ainda não consegue amparar, a dimensão que não possui espaço físico, mas nem por isso carece de urbanidade.

No nosso caso, o caráter contínuo, porém em constante mutação das apropriações informais, desafia a implementação de “novas políticas” de gestão urbana, ainda que participativa. Na prática, ao homogeneizar a precariedade, a aplicação da lei, por mais que seja intuída de discurso democrático e participativo, não contempla as diferentes categorias de construção do habitar aqui trazidas, inviabilizando a efetivação do direito à cidade.

Assim, no Brasil, as iniciativas de provisão habitacional de moradia, por mais positivas e relevantes que sejam, reforçam a necessidade de envolvimento de diversos agentes e setores institucionais para sua realização, criando barreiras à autonomia desses indivíduos.

Além disso, os instrumentos legais de participação popular nessas decisões são pouco divulgados e, deixando de conhecer os mecanismos para agir no espaço urbano, as pessoas muitas vezes deixam de exercer seu direito e se omitem da interferência na produção do ambiente coletivo. A cidade, assim, resulta como um tabuleiro de xadrez onde a lógica burocrática e excludente determina as regras e a população que mais

necessita de ações e políticas públicas, sem voz ativa, é privada do direito à cidade. A imagem formalmente construída do habitar, por sua vez, limita-se a uma tabela de cálculos e prescrições, cujos lotes reproduzem a monotonia da quadrícula, e a mídia produz um imaginário que associa o progresso à grande casa no condomínio fechado. Os moradores de rua, quando entregam sua vida privada no espaço público, põem em cena diferentes aspectos da crise habitacional. Demonstram como nem o mais paternalista dos gestores é capaz de incluí-los em suas agendas; põem em xeque o engessamento das ordens espaciais do planejamento, pois as contradizem em seus trânsitos diários; exibem uma luta constante pelo mínimo, diante da marginalidade que lhes é imposta e, sob essa imposição, criam uma ordem própria, autônoma em meio à precariedade.

A casa para o morador de rua existe, muito embora organizada de modo diferente da habitação formal. A marquise, o viaduto, ou a lona como teto (por isso evitamos a terminologia “sem-teto”), delimita o lugar de dormir. O fogão improvisado com tijolos também se dispõe em lugares protegidos da chuva, mas distante dos móveis que possam queimar. A sala de estar varia conforme a sombra e o clima durante as tardes. Cada um, a seu modo, dispõe seus pertences conforme lhe convém no momento. A liberdade aparece na moradia de rua não como projeto utópico, mas como único meio de luta diária pelo mínimo, que supera a teorização moderna acerca do habitar.



Esse cenário vai além da materialidade da casa como objeto construído. Kasper (2006), ao observar as práticas dos habitantes de rua em São Paulo, aponta para a emergência do território como elemento fundamental do habitar. Para ele, “por mais ‘domésticas’ que sejam as atividades exercidas, o mero fato de acontecer na rua as reconfigura” (Kasper, 2006: 70). Dessa forma, essas populações excluídas se fazem presentes não em dados institucionais ou mapas cartográficos, mas em suas práticas diárias. Manifestam-se nas abordagens recorrentes em sinais de trânsito e nos estacionamentos de rua - em suas territorialidades transitórias, mas nem por isso menos urbanas. Transformam o cenário da cidade conforme suas necessidades cotidianas e anseios. Criam seus vínculos de urbanidade que garantem sua subsistência independente do sistema formal de trabalho. E, fora das estatísticas, produzem vivências livres na cidade, na sua capacidade inventiva de habitar a cidade em sua práxis urbana.

Assim, em meio à coerção da ordem dominante - que tenta impor a razão positiva às práticas corpóreas - é nos espaços residuais da cidade onde produzem a espacialidade própria dos seus habitantes. Um caminho parece se abrir: da construção da sociedade urbana como obra, e não como produto; de espaços e tempos concretos e não abstratamente calculados em termos de deslocamento e relações de trabalho e consumo.

Entretanto, apesar de usuários da cidade, a prática informal no espaço público costuma ser desacreditada pelas municipalidades, a despeito de todo o discurso participativo dos marcos regulatórios. A lógica dominante inscrita não só nos tratados de arquitetura e urbanismo, mas também nas referências presentes na legislação, insistem em induzir a cultura da casa própria como meio de dignificar o indivíduo, dificultando cada vez mais o entendimento de outros mecanismos de moradia como alternativas insurgentes.

Os excluídos do mercado habitacional ocupam espaços residuais e são vistos como enfermidade. A solução mais frequente, expulsá-los de seus assentamentos, não necessariamente os integra ao sistema formal de habitação e, quando o faz, deliberadamente condena às periferias distantes os que não são capazes de se manter formalmente nos centros urbanos, reproduzindo a segregação das cidades. Valença (2014) mostra como, no Brasil, o habitar converte-se em fomento à casa



Alerta Copacabana
J'aime cette Page · 31 octobre 2017 · 9

VOZ DO MORADOR

"Rua Bolivar encostados na loja da Tim que fechou. Todos os dias dia e noite. Entre N S. De Copacabana e Leopoldo Miguez. Desde que a loja fechou."

40 22 commentaires 6 partages

Isto mesmo... geralmente esta lotado de desocupados!! Até a padaria...

J'aime · Répondre · 50 sem

E essa poltrona aí certamente foi algum morador de algum prédio q se desfez e largou na calçada, facilitando ainda mais o acúmulo de móveis com os moradores de rua

J'aime · Répondre · 50 sem



Alerta Copacabana Exatooooo

J'aime · Répondre · 50 sem

Absurdo ! Moro nesta esquina com a Leopoldo miguez ! Não basta o acampamento perto do cinema ? Até tem uma que fica costurando ! Absurdo ! Qq dia ela vai conseguir uma máquina de costura !

J'aime · Répondre · 50 sem

Afficher une autre réponse



Alerta Copacabana 😄😄😄😄😄😄😄😄

J'aime · Répondre · 50 sem

Luxo tem até sofá. Moram bem.

Copacabana está cheio, eles parecem cupim nunca acaba, esquina de Siqueira Campos com Avenida Nossa Senhora está cheio o dia todo, não adianta reclamar só RIO GUANDURSRSRD

J'aime · Répondre · 50 sem

Cristina Van Bavel

J'aime · Répondre · 50 sem

Um inferno.

J'aime · Répondre · 50 sem

Hoje parece que tiraram

J'aime · Répondre · 50 sem

E muito luxo desses cracudos que não podem ver alguma coisa fácil já rouba roubaram o meu celular enquanto dei um vacilo e virei as costa na praia de ipantema

J'aime · Répondre · 50 sem

1 réponse

Claro tem uns ignorantes q levam quentinhas, tds os dias....

Denúncias de moradores de Copacabana acerca dos assentamentos informais.
Fonte: <https://facebook.com>

própria que incute na população a necessidade de buscar, via mercado, os meios para garantir sua moradia. Impõe-se, segundo as conveniências políticas, um conceito de habitar ligado diretamente à burocracia estatal e aos instrumentos de aquisição da propriedade, por meio dos programas habitacionais financiados por bancos ligados ao governo. E, sob esse sistema, lhes resta o contentamento com os espaços pelos quais são capazes de pagar, ou a completa subversão ao sistema, habitando as brechas da cidade, nas ruas, ou ainda a periferia precária onde o acúmulo de capital não foi suficiente para coibir sua resistência e os programas governamentais pouco eficazes em incluir a massa populacional sem moradia. Nesse sentido, Smith (2000: 135) também contribui:

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada com fúria. Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares – para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais. As pessoas expulsas também são apagadas pelas desesperadas campanhas pessoais dos que têm casa para não verem os sem-teto, mesmo quando tropeçam em seus corpos nas calçadas. Esse apagamento em curso da visão pública é reforçado pelos estereótipos da mídia que ou culpam as vítimas – e, portanto, justificam sua invisibilidade estudada – ou afogam-nos num tal sentimentalismo lúgubre que faz deles párias sociais, desamparados, o patético Outro, eximido de responsabilidade cívica ativa e com sua condição de pessoa negada.

Mesmo não tratando de cidades brasileiras, a crítica de Smith pode se desdobrar aqui, dada a vulgarização da exclusão social. Tais imposições ideológicas ignoram as práticas de vivência não apoiadas nas vias tradicionais de acesso à “casa-própria”. O direito à cidade, no nosso caso, coloca-se como superação dessas ideologias formalistas. Quando o corpo é tomado como essência do habitar, o indivíduo se coloca como instrumento de luta pela realização de um direito que lhe é privado. Não idealiza um projeto utópico, tampouco realiza uma revolução, mas estabelece na cidade, seus tempos e espaços de afirmação de liberdade.

A moradia de rua não está imune às suas contradições e conflitos, e até imita certos conteúdos da ideologia estatal, sobretudo quando já experienciaram a moradia formal. Mas, fora dos limites da propriedade, fornece caminhos alternativos de apropriação e uso do espaço, ainda que emergenciais. Esse diferente tipo de habitar não nega o *junkspace*, o ressignifica: converte o seu resíduo em abrigo. Mostra que não só é possível habitar sem a habitação cercada por alvenaria, base ontológica da arquitetura ocidental, como é possível resistir e perdurar, por mais aparentemente efêmera e frágil que seja sua arquitetura.

Para Bachelard (1957: 201), a casa “mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida”. Para os moradores de rua, as marquises e viadutos ganham sentido análogo, não só no momento em que deles se utilizam para cobrir seu abrigo, mas nas territorialidades que estabelecem na vizinhança, e nas estratégias que criam no espaço público. Todos esses autores inspiram a imaginar amplas possibilidades de habitar na cidade, a despeito da ideologia dominante. Estendendo o pensamento para o morador de rua, ele não só imagina, mas materializa tais possibilidades em suas práticas. O informal (natural), na apropriação, e o formal (artificial, planejado pela ordem hegemônica), no cenário do qual se apropria, misturam-se constantemente na vida cotidiana, num fluxo contínuo de crescimento de um e enfraquecimento do outro.

Da mesma forma, nos resíduos espaciais, as fronteiras entre o interior e o exterior, o íntimo e o público, fluem numa territorialidade oscilante, cujos limites invisíveis resguardam o habitar. É na rua onde estabelecem o lar. É no fora onde criam seu interior.

Reconhece-se, portanto, a ambos como elementos do social, eixos contraditórios do *junkspace*. O informal, ênfase do presente estudo, não existe numa bolha, mas habita o espaço num movimento contra-hegemônico de expressão autêntica do cotidiano. Uma urbanidade, que incorpora a liberdade que transcende o planejamento, e cuja simplicidade instrumental esconde uma grande complexidade de processos e práticas urbanas. Diferentes sistemas de valores políticos e socioeconômicos contra-hegemônicos que se mostram no *junkspace*.

2.3 A cena da utopia: urbanidade

A cidade ideal dum cachorro
Tem um poste por metro quadrado
Não tem carro, não corro, não morro
E também nunca fico apertado

A cidade ideal da galinha
Tem as ruas cheias de minhoca
A barriga fica tão quentinha
Que transforma o milho em pipoca

Atenção porque nesta cidade
Corre-se a toda velocidade
E atenção que o negócio está preto
Restaurante assando galetto
Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes

A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças
Deve ter alamedas verdes

A cidade ideal de uma gata
É um prato de tripa fresquinha
Tem sardinha num bonde de lata
Tem alcatra no final da linha

Jumento é velho, velho e sabido
E por isso já está prevenido
A cidade é uma estranha senhora
Que hoje sorri e amanhã te devora

Atenção que o jumento é sabido
É melhor ficar bem prevenido
E olha, gata, que a tua pelica
Vai virar uma bela cuíca

Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
Fossem somente crianças

Cidade Ideal - Chico Buarque

João Sette Whitaker Ferreira citou essa música em uma palestra para o Ted Talks (2014), ilustrando o desejo de Chico Buarque por uma cidade construída e habitada por crianças, como nada menos que a busca por cidades abertas, plurais, que, como no imaginário infantil, são livres, sem os freios impostos pelo convívio social. A cidade de Chico Buarque é uma cidade para todos, construída coletivamente, próxima da cidade da vida cotidiana vislumbrada por Lefebvre (2002).

Lefebvre (2002) defende a produção de espaços e tempos concretos - não abstrações ideológicas impostas pela ordem hegemônica -, fruto das ações e decisões humanas. Ao apontar para um conteúdo utópico, o autor não coloca a utopia como realidade distante, mas posta no aqui e agora, aberto à experimentação. Para Lefebvre, a renovação do pensamento passa pelo resgate da vida cotidiana, que enxerga na corporeidade o novo centro, a ser alcançada pelas práticas urbanas diárias que atendam às necessidades e desejos humanos, e superem o pragmatismo.

Heidegger (1954), anterior a Lefebvre, associa o ser no lugar (“Ser-em”) ao campo de compartilhamento com o outro (“Ser-com”) que se sedimenta no espaço. Nesse sentido, o compartilhar e repartir são mais remotos que o urbano, uma vez que a sobrevivência das primeiras sociedades humanas já dependia dos mecanismos de cooperação e repartição dos alimentos. Dessa forma, o espaço, o ser e o convívio social (o “ser-com” o outro) são indissociáveis.

Entretanto, ignorada ou mal compreendida, a apropriação coletiva informal assume uma situação de fraqueza, marginalizada. O “ajuste espacial” trazido em Harvey (2015) como pretexto para a naturalização da segregação socioespacial é fruto do projeto ideológico das elites políticas. Estas, validadas pelo carisma de seus discursos democráticos, fragmentam o espaço metropolitano e fragilizam a sociabilidade numa postura defensiva que enxerga como única solução para a pobreza, afastá-la de sua vista.

Urbanidade refere-se, segundo Aguiar (2012), à hospitalidade dos espaços, a como os espaços da cidade acolhem as pessoas. A urbanidade, para ele, é “material, palpável, visível. Algo que vem da cidade, algo que o urbano exala” (Aguiar, 2012: 78). O modo como ela é apreendida, no entanto, depende dos aspectos culturais e históricos da sociedade e do indivíduo que a experimenta e dela se apropria. Sua vivência e sua sensibilidade têm direta influência no desejo ou repúdio pela urbanidade, pois diz respeito à materialização da relação entre o espaço e o indivíduo. Aqui, não é o espaço que emerge como hospitaleiro à vivência, mas a livre apropriação informal que adapta, em meio à hostilidade, o meio para seu cotidiano, atribuindo-lhe a capacidade de

acolhimento defendida por Aguiar.

Netto (2012) acrescenta como a nossa experiência do mundo e do Outro é frequentemente mediada pela cidade sob a forma de ações estabelecidas em lugares e espacialidades. A urbanidade, para ele, consiste no conjunto complexo de práticas do espaço vivido, que toma forma na estrutura urbana. Essa experiência depende das condições de continuidade e integração (ou segregação) do seu tecido, mas também dos fatores imateriais supracitados (sobretudo sócio-culturais), que perpassam as cidades no tempo. Assim, a condição plena de urbanidade seria a que permitisse a “coexistência e o bem-vir das alteridades” (Netto, 2012:37), isto é, uma estrutura heterogênea que converge em si diferentes modos de ser e possibilita o encontro e reconhecimento do Outro. Nessas condições materiais e imateriais do encontro, tempos e espaços apropriados estariam diretamente relacionados às experiências humanas que compõem a urbanidade: “a intersubjetividade, a relacionalidade entre sujeitos ou atores é confirmada: não se trata do meu mundo privado ou do seu, mas o mundo da nossa experiência em comum” (Netto, 2010: 11).

A urbanidade, portanto, pressupõe a possibilidade da experiência coletiva no meio urbano que a envolve. Realiza-se, portanto, na ligação entre espaços e atos, resistindo às forças de desintegração e segregação socioespacial. Tais processos, apesar de não induzidos exclusivamente pelo espaço, dependem dele para o encontro: “o reconhecimento do Outro em sua alteridade e uma efervescência de interação livre de restrição” (Netto, 2012: 51).

A conceituação proposta pelos autores é a que mais se aproxima da nossa abordagem. No entanto, Aguiar e Netto, mais voltados a aspectos morfológicos, deixam de evidenciar as fronteiras invisíveis construídas pelos moradores de rua que subvertem a morfologia imposta. A rua - linha axial por excelência de um sistema formal - é convertida num emaranhado de espaços convexos que se transformam diariamente com múltiplas possibilidades de apropriação e permanência.

Vimos como a segregação socioespacial inibe a copresença entre diferentes grupos no tecido urbano, o que substancialmente reduz as possibilidades de interação e simultaneidade. Como resultado, aumenta-se, nas grandes cidades, o que Harvey (2015: 201) chama de “um universo metropolitano de crônico desenvolvimento geográfico desigual”:

Assim, a riqueza se movimenta, seja se afastando ainda mais da cidade, rumo a ex-urbes que excluem explicitamente o pobres, os desprivilegiados e os marginalizados, seja se fechando por trás de altos muros, em “privatopias” suburbanas ou “comunidades fechadas” na área

urbana. Os ricos formam guetos de opulência (suas “utopias burguesas”) e solapam conceitos de cidadania, de pertinência social e de apoio mútuo (Harvey, 2015: 201).

Harvey mostra como esse “desenvolvimento” leva à perda da diversidade. Ao tratar do tema, em Baltimore, o autor toma como exemplo a proposta de um rico advogado para um “campus de sem-teto”, fora da cidade, apoiada pela prefeitura, que procurou demolir as concentrações de pessoas de baixa renda. Fala ainda como em Baltimore, os únicos investimentos públicos voltados para os mais pobres na década de 1990 eram direcionados à ampliação de instituições correcionais. Para o autor, aos cidadãos é negado o direito de escolha do tipo de cidade que se deseja habitar, de modo que parece impossível transformar essa situação, sobretudo diante da impotência implantada pelo sistema hegemônico: “trata-se da racionalidade suprema do mercado *versus* toda irracionalidade de tudo que não seja o mercado” (Harvey, 2015: 205).

No Brasil, diferentemente, tal ordem emerge tanto institucionalmente, na carência de participação social, mas sobretudo na proliferação dos espaços privatizados e monitorados voltados ao consumo: shopping centers, condomínios fechados, entre outros enclaves, cujo acesso é constantemente vigiado e controlado. Dessa forma, não necessariamente distantes geograficamente, a relação de segregação socioespacial muitas vezes se dá por uma rua ou muros fortificados. Kasper (2006), no seu estudo sobre a moradia de rua, em São Paulo, entende como a ideologia da segurança e do medo são suficientes para motivarem o isolamento, garantindo a separação das classes sociais, mesmo sem a oposição centro-periferia.

Assim, diante de um modelo econômico individualista do consumismo exacerbado, a cidade tende a reproduzir valores que pormenorizam a noção de coletivo. Ferreira (2014) enumera alguns desses valores, como (1) a correspondência entre áreas com maior infraestrutura e menor densidade - similarmente às “privatopias” nos termos de Harvey, mas aqui em pleno centro urbano; (2) a negligência estatal em prover saneamento, drenagem, terra, entre outras condições de vida real à população mais pobre; (3) a difusão da imagem de que a cidade informal não funciona, a despeito da observação de Ferreira, de que há mais elementos nelas de uma cidade tolerante e solidária do que na cidade formal, produzida pelo dinheiro e (4) o predomínio do espaço para carros e conseqüente esvaziamento das ruas pelos pedestres que se isolam em fortalezas de condomínios fechados.

Para Ferreira (2014), as cidades da riqueza são cidades de enclaves e não da boa urbanização: “mais estéreis e menos humanas que as cidades supostamente piores das periferias distantes e mais pobres”. Apesar de generalista em sua crítica, ele lembra a importância de deixar de fingir que a cidade dos pobres não existe e de abrir caminhos

de resgate da cidade pública, sobretudo o resgate do espaço deixado para os carros e becos abandonados. Aqui, são esses os espaços apropriados e ressignificados, pela prática insurgente dos moradores de rua.

Entretanto, a estigmatização da informalidade como perigosa fragiliza a urbanidade, pois abre espaço para intolerância e violência, pontos que Netto (2012) aponta como danosos à urbanidade. Isso porque, se o convívio vai além do quadro normativo, a naturalização da alteridade é indispensável para a sua efetivação. Nesse sentido, a não aceitação do diferente ou, pior, o uso do poder de polícia mediante mecanismos de atenção e controle ao que se distancie do espectro formal do planejamento hegemônico pode coibir a interação social no meio urbano, abrindo espaço, inclusive, para o estabelecimento de práticas autoritárias e exercícios assimétricos de poder.

Habitar a rua muitas vezes é a única opção que lhes sobra em meio aos diversos problemas sociais que enfrentam. As contradições são inúmeras dentre essas populações. Fichas criminais, longos históricos de alcoolismo, ainda que as próprias prisões possam ser resultado de uma marginalização que estampa na imagem no morador de rua um estigma de perigoso e potencial criminoso.

Inibir a coexistência das alteridades fortalece ainda mais esses estigmas e leva ao que Aguiar (2012) denomina “desurbano”, concretizado na reprodução dos centros de consumo da sociedade do espetáculo, típicos *junkspaces*. Aguiar conceitua desurbano como hostil ao corpo, resultado de um planejamento pautado por ideais rodoviaristas e de segregação socioespacial. Esse conceito não é absoluto, pois um ambiente convidativo para um, pode ter efeitos de desurbanidade para outro. A tendência é, no entanto, que quanto mais convidativo o espaço seja para diferentes corpos, mais próximo da urbanidade que aqui pretendemos ele seja.

A urbanidade, portanto, ocorre se o espaço urbano potencializa encontros e copresença entre as alteridades, ou seja, entre indivíduos com diferentes estilos de vida num mesmo espaço. A desurbanidade, no outro extremo, ocorre em espaços urbanos que restringem ou limitam essa copresença, seja diante da construção de barreiras físicas, como muros, ou simbólicas, como a marginalização social.

Para Aguiar (2012), o desurbanismo brasileiro é alimentado em ciclos de novas tendências desurbanas, que legitimam a vigilância em massa, num processo que Bauman e Donskys (2014) denominam “colonização do privado”. Para Bauman e Donskys, a copresença, hoje, se dá com maior intensidade nos espaços privados, pontuados por câmeras de segurança, catracas, porteiros e guardas, subordinando os indivíduos a um filtro que escolhem quem entra e quem sai (quem pertence ou não

àqueles espaços).

Aguiar (2012) também ressalta o papel do automóvel nessa promoção do desurbano: a cidade, cada vez mais rodoviarista, entende a velocidade como parâmetro para sua efetividade, hostilizando o espaço público do pedestre. A imagem do progresso urbano, para o autor, redundava em avenidas asfaltadas, viadutos e passarelas que convertem a cidade num espaço de passagem rápida e eficiente entre um estacionamento rotativo e outro. Fragiliza-se, assim, o potencial de encontro e copresença das ruas, que se convertem em mais um item do *junkspace*, mera ligação entre espaços privados. A dimensão humana pouco a pouco se perde na ordem formalista do planejamento, o que se agrava com o aumento da violência urbana.

Temos até aqui que a urbanidade depende do vínculo entre as diversas escalas do ordenamento urbano e as gradações entre o individual e o coletivo. É, portanto, resultado da interação entre os elementos móveis - a saber, pessoas e atividades - e os atributos materiais fixos - edifícios e infraestruturas. Hillier e Hanson (1984), voltados à morfologia urbana, atentam para a capacidade de geração de padrões de movimento proporcionados pela rede viária e para a importância da sobreposição de escalas locais e globais para a urbanidade. Ainda que a consciência do posicionamento em relação ao todo esteja presente no habitante urbano, é na escala local que se dá a apropriação, o acolhimento, e, em termos lefebvrianos, a vida cotidiana. Os autores também defendem a importância das relações entre grupos de valores afins (moradores e vizinhos - comunidade real) e com o "estranho", que carrega em si valores de outras comunidades. Ao tratarem da urbanidade, concordam que o espaço é cenário para a ação humana; condição para a sua vitalidade; fundo para a copresença. Dessa forma, o arranjo espacial cria possibilidades de interface entre moradores, visitantes, que têm por fim o estabelecimento da heterogeneidade.

Assim, dado que não é condição apenas morfológica do espaço, para que se realize o bem-vir das alteridades, indício primário de urbanidade, derivam-se cinco aspectos fundamentais: (1) os fatores culturais e históricos da sociedade; (2) a continuidade e a integração do tecido urbano; (3) a naturalização das alteridades; (4) a percepção estética do indivíduo na cidade e (5) a presença de elementos atratores de atividades. Tais premissas materiais e imateriais permeiam as escalas local e global, numa espacialidade que acolhe o corpo e convida o estranho a participar da urbanidade.

Esse vínculo entre as propriedades materiais do espaço físico e o comportamento humano, face ao outro, é aqui parâmetro para o entendimento das manifestações de urbanidade.

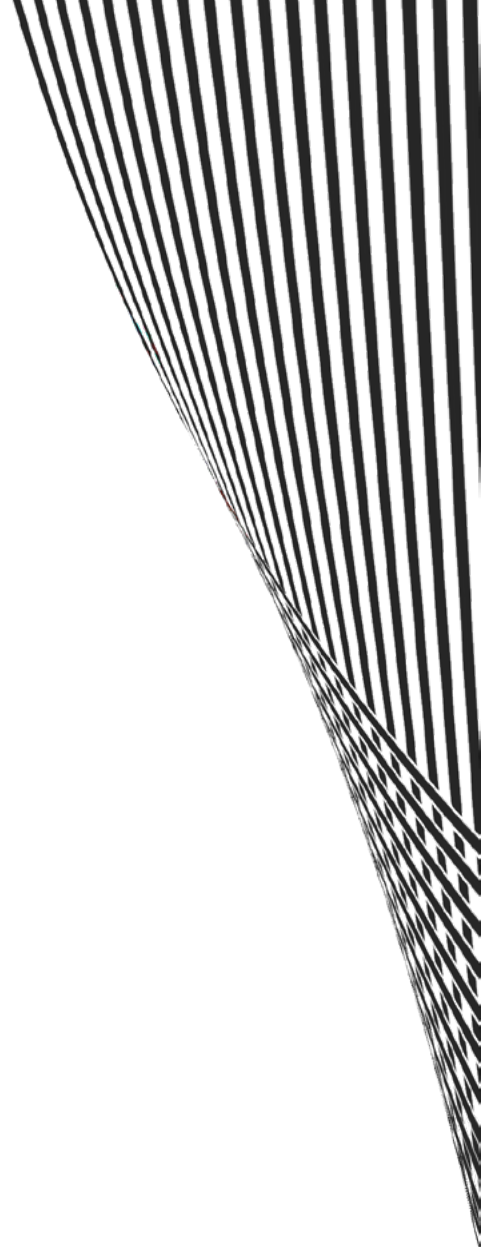
Ampliando a abordagem para os processos de ocupação de espaços públicos e as apropriações dos moradores de rua, ambos conformam, em meio ao conjunto limitado de recursos, uma derivação sem fim de invenções e improvisos. Recuperam o que os outros descartam, sem um projeto particular ou fórmulas fixas, mas abertos às possibilidades.

Os moradores de rua criam no *junkspace* brechas, passagens, que ainda não sucumbiram completamente ao olhar do planejamento central. Usam as vias de circulação não apenas para o deslocamento, mas para criarem espacialidades de subsistência e abrigo, que possibilitem a copresença entre os habitantes formais, pois deles auferem grande parte de seu sustento. Nas suas estratégias diárias, misturam-se ao formal, numa urbanidade invisível, fluida entre as fronteiras do planejamento excludente. Exibem no espaço improdutivo seu valor de uso. Mesmo inconscientemente, suas táticas de improviso resgatam o ritmo corporal não mercantilizado, num esforço de transformação contínua do cotidiano.

Os sujeitos sem moradia fixa, sem projeto ou planejamento prévio, presentificam o horizonte utópico lefebvriano. Seu abrigo, a partir do inesperado, transforma a rigidez das estruturas e infraestruturas de concreto e toma partido do que está disponível para, em meio à precariedade, tecer sua urbanidade.

O capítulo seguinte, portanto, tratará das questões que tocam esses sujeitos, as origens dos processos excludentes que historicamente destinaram essa população a estabelecer moradia nas ruas, bem como o que toca sua condição de exclusão e invisibilidade, da qual se aproveita para compor novos cenários, destoantes do espetáculo debordiano. O título do capítulo ilustra sua posição ativa na composição desses cenários, mas também criadora de narrativas contemporâneas. Não são meros atores, pois se consolidam “por trás das cortinas” do *junkspace* espetacular, onde criam e recriam seu próprio *script*.





3

ORA CENÓGRAFOS,
ORA DRAMATURGOS

“I think it’s the human spirit inside of all of us that has an enormous capacity to survive”.

Amanda Lindhout

A pobreza e a segregação, sob as mais diferentes formas, são constantes na evolução das civilizações. Hoje, espraiadas no ambiente urbano, por meio da moradia de rua, tendem a causar mal-estar na população domiciliada, que a enxerga como um revés social, sendo objeto, no limite, da caridade. Snow e Anderson (1998), ao tratarem dos meios desviantes de vida nas ruas e suas estratégias de sobrevivência, trazem um panorama histórico das origens do desabrigo norte-americano, contextualizadas desde a cidade inglesa pré-industrial, onde a mendicância - às vezes combinada ao roubo e à prostituição - foi onipresente, como meio comum de subsistência para as pessoas empobrecidas e organizacionalmente sem vínculos, até a América do Norte contemporânea, onde os autores aprofundam sua pesquisa.

A historiografia internacional trazida por Snow e Anderson (1998), uma das pioneiras sobre o tema da moradia de rua, traz uma percepção das transformações ideológicas que acompanharam esse fenômeno. Inicialmente romantizada sob perspectivas religiosas, até denegrida pelo movimento humanista do Renascimento do século XIV, que valorizava o trabalho e o sucesso, a condição da moradia de rua passou por processos de criminalização na Inglaterra, como forma de impedir movimentos migratórios e coagir ao trabalho mal remunerado. Os autores explicam como os valores da pobreza e da preguiça ganharam estigmas de perigo que validaram ações como caças humanas, enforcamentos e chicoteamentos, previstos em leis europeias no século XVI, até que, durante o período colonial, grande parte dos mendigos ingleses são exportados para as colônias e passam a ser explorados como trabalhadores e criados. A partir daí, relatam, as diversas flutuações nos níveis populacionais da moradia de rua norteamericana, cujo aprofundamento mais recente se deu a partir das crises econômicas da década de 1980, com o aumento das migrações e as renovações urbanas de áreas marginais, antes ocupadas preponderantemente pelos desabrigados de guerra, ou afrodescendentes fora do mercado de trabalho.

Hoje, mais etnicamente diversos, mais numerosos, e mais visíveis, tornaram-se objeto de pesquisa mais intensa, embora o próprio teor dos estudos, levantado pelos autores, tenha cunho demográfico, sem que haja uma compreensão etnográfica de suas rotinas

de sobrevivência e particularidades. Mesmo sabendo a importância desses estudos estatísticos, busco um outro viés. Partindo dos contextos mais abrangentes, até os cenários brasileiros, este item abordará as diferentes origens dessa condição precária que exclui uma massa populacional do convívio urbano formal.

3.1 Tramas da precariedade

alguém é inocente apenas por não saber? um imbecil sentado no trono estaria isento de toda responsabilidade pelo simples fato de ser imbecil? (...) Édipo não sabia que dormia com a própria mãe e, no entanto, quando compreendeu o que tinha acontecido, não se sentiu inocente. Não pôde suportar a infelicidade provocada por sua ignorância, furou os olhos e, cego, deixou Tebas.

A insustentável leveza do ser (Milan Kundera),

Kundera contextualiza seu romance no leste europeu pós Segunda Guerra Mundial, quando o regime comunista, munido de um discurso igualitário, dominou a cena, cerceando a liberdade dos habitantes. O autor argumenta sobre a possível inocência que os entusiastas do comunismo afirmavam possuir por não saberem das atrocidades do regime, quando convertido para uma peça ideológica de manipulação e autoritarismo. Extraíndo da cena a abordagem sociológica da relação entre a ignorância e a inocência, observamos o reflexo negativo da manipulação de ideologias estampado não só em regimes de esquerda, mas também nos sistemas capitalistas, voltados para acumulação de riquezas.

Nesse sistema, o desenvolvimento da riqueza depende da manutenção do que Marx (1988) chama de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”, isto é, uma redundância populacional que supera o crescimento de capital global de modo a criar uma massa de excluídos do acesso ao mercado e aos meios de produção. Diante da incapacidade de o poder público em prover políticas abrangentes de inserção socioeconômica, essa parcela da população finda sendo relativizada sob as lentes da sua condição precária e não como alternativa, ainda que nem sempre benquista, de criação de urbanidades.

Avoluma-se, assim, a cena do pauperismo urbano, transgredindo grande parte dos valores exaltados pelas elites, a começar pela propriedade privada. Ao passo que o processo de acumulação de riquezas se expande, junto ao crescimento das desigualdades, cresce a parcela de pessoas “jogadas no desemprego (...), desnecessárias ao circuito econômico” (Bursztyn, 2003:28), submetidas a uma degradação da condição de vida que configura sua marginalidade estrutural. Marx denomina essa parcela populacional de subproletariado urbano, pois se encontra

situada na categoria de superpopulação estagnada: “parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular” (Marx, 1988: 873).

Dessa forma, seguindo a visão marxista, estabelece-se, em um polo, a acumulação da riqueza e, no vértice oposto, a acumulação da miséria. Ao tratar dessa polarização, Peter Hall (2013) remonta ao século XX, quando o planejamento passa a tratar com repugnância ou piedade o que chama de “subclasse urbana”, segregando o pobre, o viciado, as pessoas “excepcionais em geral” (Hall, 2013: 593). Não compartilho das terminologias “subclasse” (Hall, 2013) ou “subcultura”, trazidas por Snow e Anderson (1998), mas buscar essas fontes historiográficas de análise nos faz compreender seu contexto macroeconômico. Associada à moradia de rua, tal conjuntura não é recente, mas sua penetração no cotidiano de todos os cidadãos, sobretudo devido ao seu crescimento e expansão territorial.

Nessa perspectiva, Harvey (2015) aponta que hoje a miséria global alcança números inéditos, mas configura uma composição populacional mais heterogênea e diversa em relação ao que se observava nas primeiras fases da revolução industrial europeia. Para Harvey, tal diversidade cultural, cuja dispersão geográfica é ainda mais evidente, encontra maiores entraves à articulação de um movimento social unificado, mesmo que, por outro lado, hoje esteja “vivendo em condições de exploração bem maior, no agregado, do que ocorria há vinte anos” (Harvey, 2015: 93). Isso porque, ao que sinaliza o autor, o Estado perdeu parte do seu tradicional controle da mobilidade de capital - hoje dominada, sobretudo, pelo capital financeiro -, lhe restando meramente o papel de facilitador dos negócios, de modo que “o bem-estar em favor dos pobres foi em larga medida substituído por subvenções públicas ao capital” (Harvey, 2015: 94).

Para Harvey (2015: 232), nos países entregues ao neoliberalismo, as desigualdades de renda e riqueza geram profundos contrastes inter-regionais e cria entraves à coesão social, levando à destruição de culturas inteiras, além da clara degradação do meio ambiente. Atento ao processo de desindustrialização de Baltimore, o contexto da segregação abordado por Harvey exemplifica o que ocorre em diversas cidades contemporâneas.

Guardando suas particularidades históricas e contextuais, a expulsão dos pobres também é sintomática de projetos de renovação urbana ou processos desenvolvimentistas empreendidos em outras cidades. Assim como no caso de Austin (trazido por Snow e Anderson, 1998), foram essas renovações, sobretudo no contexto norte-americano, que ocasionaram a disseminação dessa população em zonas de maior faixa de renda, onde se aproveitavam das ruas para tirar seu sustento, boa parte

desenvolvimentistas empreendidos em outras cidades. Assim como no caso de Austin (trazido por Snow e Anderson, 1998), foram essas renovações, sobretudo no contexto norte-americano, que ocasionaram a disseminação dessa população em zonas de maior faixa de renda, onde se aproveitavam das ruas para tirar seu sustento, boa parte através da mendicância. Assim, excluída do mercado, essa população marginalizada é alvo de políticas higienistas e, inclusive, punitivas, que chegam ao limite de prender moradores de rua sob pretextos de “proteção social” contra a “delinquência nas ruas”.

Wacquant (1999), a esse respeito, ao explorar as políticas penitenciárias norte-americanas e europeias de forma mais abrangente, e os discursos que legitimam a violência contra a delinquência na rua, mostra como o senso comum penal apoia-se na criminalização da miséria, de um lado, e na normatização do trabalho assalariado precário, de outro. Em Nova Iorque, caso mais marcante em seu estudo, demonstra como políticas de “tolerância zero” inspiraram globalmente medidas de perseguição permanente aos pobres nos espaços públicos.

Baseadas na tese de que combater pequenos distúrbios cotidianos eliminaria as grandes patologias criminais, essas políticas, de eficácia não comprovada, segundo Wacquant (1999), reforçaram a ideia de que a pobreza era terreno natural para o crime e deveria ser combatida por meio da punição, isentando o Estado “de suas responsabilidades na gênese social e econômica da insegurança, para chamar à responsabilidade individual os habitantes das zonas ‘incivilizadas’” (Wacquant, 1999: 18). Aos moradores de rua, abandonados pelo Estado assistencial, coube o símbolo da decadência social e moral, o “subproletariado que suja e ameaça”, alvo central dos esforços políticos em “restabelecer a ‘qualidade de vida’ dos nova-iorquinos que, ao contrário, sabem se comportar em público” (Wacquant, 1999: 19).

Esse ideal de “limpeza social”, exportado para diversos países europeus e latino-americanos, incluindo o Brasil, desviou as políticas públicas do tratamento das causas da criminalidade nas classes pobres (e da pobreza em si) para direcioná-las à penalização das suas consequências, validando o autoritarismo que encarcerou “os inúteis e os indesejáveis da ordem social nascente” (Wacquant, 1999: 34). Isso resultou no que o autor chama de “atrofia deliberada do Estado social” e, conseqüentemente, uma “hipertrofia distópica do Estado penal”, sobretudo com as tendências de encarceramento em massa e fomento da indústria privada carcerária:

Ao mesmo tempo, a implantação das penitenciárias se afirmou como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e de fomento do território [nos Estados Unidos]. As populações das zonas rurais decadentes, em particular, não poupam esforços para atraí-las: “Já vai

longe a época em que a perspectiva de acolher uma prisão lhes inspirava esse grito de protesto: *Not in my backyard*. As prisões não utilizam produtos químicos, não fazem barulho, não expelem poluentes na atmosfera e não despedem seus funcionários durante as recessões". Muito pelo contrário, trazem consigo empregos estáveis, comércios permanentes e entradas regulares e impostos. A indústria da carceragem é um empreendimento próspero e de futuro radioso, e com ela todos aqueles que partilham do grande encerramento dos pobres nos Estados Unidos (Wacquant, 1999: 60).

Destarte, ao punir e neutralizar os "insubmissos à nova ordem econômica", os pobres e prisioneiros deixaram de ser onerosos para as políticas sociais, para serem "rentáveis" à ordem econômica, suportando a ideia de "prisão como moldura e esquadro para o emprego desqualificado" (Wacquant, 1999: 70). Tal conjuntura alinha-se ao que indica Harvey (2015: 205), sobre os processos de segregação socioespacial, que afastam a pobreza das vistas da elite socioeconômica.

No caso de Austin, Snow e Anderson (1998) tratam de como essas práticas punitivas tornam-se ainda mais opressivas à medida em que a população de moradores de rua cresceu no começo da década de 1980. Tendo início a partir do fenômeno "não no meu quintal" ("*not in my backyard*"), essa reação foi antes conduzida pela população local, segundo os autores, limitando ainda mais suas opções de sobrevivência, além de exigir a ampliação da vigilância e contenção policial, culminando com a criação de uma força tarefa voltada exclusivamente ao controle dos moradores de rua.

Ao abordarem o discurso institucional de um dos guardas encarregados dessa força tarefa, Snow e Anderson (1998) mencionam como o principal problema residia, não na criminalidade dos moradores de rua, mas na percepção pública dessa condição:

Aplicada aos moradores de rua, a contenção é uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam no senso de ordem pública, restringindo sua mobilidade ou âmbito ecológico e reduzindo sua visibilidade pública. Seu objetivo, como disse um policial sem pensar, é "manter os moradores de rua longe das vistas dos outros cidadãos" (Snow e Anderson, 1998: 167).

Dessa forma, não só omissa na proteção dos moradores de rua, o aparato legal corrobora para sua opressão, restringindo ainda mais suas atividades de subsistência. Esse espectro, no entanto, antes de diminuir sua presença nas ruas, estrutura novos comportamentos e rotinas adaptativas, sugerindo, para Snow e Anderson (1998), que a essência que distingue a vida nas ruas como uma "subcultura" não esteja num conjunto de valores compartilhados, mas no seu destino em comum:

Ser morador de rua na América [do Norte] não significa só ter descido ao nível mais baixo do sistema de status; significa também se defrontar com dúvidas desgastantes sobre valor próprio e o significado da

existência (...) alimentadas por encontros com os domiciliados que constantemente fazem os moradores de rua lembrarem de onde se situam em relação aos outros (Snow e Anderson, 1998: 321).

Por outro lado, diferente do contexto imigratório que se evidencia na Europa, e da colonização de povoação e a exploração do proletariado industrial que contextualizou a história da pobreza norte-americana, no Brasil, a historiografia mostra um contexto diferente. Telles (1999) aborda uma ordem de classe hierárquica e paternalista que justificou a adoção de mecanismos de violência policial numa tradição oriunda da cultura escravocrata e de conflitos agrários, fortalecidos ainda por décadas de ditadura militar e repressão contra qualquer subversão interna. Esta tradição dicotomizou a sociedade entre os disciplinados, em uma esfera, e os “inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulamentado” (Telles, 1999: 5), na outra, resumindo diferentes vertentes da pobreza, trabalho precário, exclusão e criminalidade numa só lente de análise. Assim, similarmente ao que traz Wacquant, ainda que em cenários distintos, no contexto nacional, persiste uma luta contra os “insubmissos” e “desnecessários”, no lugar de se empreender esforços contra a pobreza e a desigualdade. Se repete a incapacidade do poder público em promover políticas de inserção, o que aprofunda a insegurança social, normatiza a economia informal e alimenta a violência.

Advindos de um contexto estrutural de marginalidade, no Brasil, assim como nas cidades europeias e norteamericanas, os moradores de rua se fazem presentes desde o próprio nascimento das cidades e das ruas como elemento estruturante da vida urbana, conforme explica Bursztyn (2003). O autor, que situa o Brasil paralelamente ao cenário global, defende que, desde o século XVII, as ruas configuraram-se como locais de sobrevivência, já que não havia trabalho, habitação ou comida para todos. E, apesar de não ser fenômeno recente, está em franco crescimento, e não poupa nem os países mais ricos, mas se faz latente sobretudo nos países periféricos, onde “um contingente ainda maior de pessoas não encontra um modo de se engajar diretamente no sistema econômico mais dinâmico” (Bursztyn, 2003a: 30).

Dessa forma, segundo Bursztyn (2003a), sobretudo a partir da década de 1980, o novo pobre emerge nos países ricos, não mais na posição marginal, mas “fora do sistema econômico e social prevalente”, diante do desmoronamento dos sistemas de proteção social, o que o autor chama de “terceiromundização do mundo, inclusive no primeiro mundo” (Bursztyn, 2003a: 33). Rompem-se, portanto, os vínculos entre o mundo da riqueza e da pobreza, sendo o último, para Bursztyn (2003a: 36), “um mundo à parte - compartilhando do mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os outros, os incluídos”.

Na rua, esse “mundo à parte”, onde se dá o que chamo urbanidade invisível, os

indivíduos desenvolvem suas estratégias de sobrevivência. Pastoram carros, reciclam papelões ou latinhas de alumínio, comercializam frutas, doces, eletrônicos e limpadores de parabrisa nos sinais de trânsito, nas calçadas com auxílios de carrinhos ambulantes, desarticulando a ordem urbana clássica de comércio, mas ainda tirando proveito dela, uma vez que se instalam nas entradas dos shoppings centers e esquinas densamente movimentadas, aproveitando-se, inclusive, dos engarrafamentos que permitem maior tempo para interação entre o habitante formal e o comerciante ou prestador de serviços informal.

A perversidade desse “mundo à parte” reside, para Bursztyn (2003a) no fato de que, uma vez excluídas do trabalho, essas pessoas vão sendo rebaixadas na hierarquia social, “perdendo vínculos que possam permitir uma reinserção” (47). Isso soma-se à perda dos laços familiares, autoestima, entre outros aspectos que dignificam a condição humana e possibilitariam um caminho de volta. Fora do mundo do trabalho, também estão alijadas de muitos dos serviços de proteção estatal:

Não contribuem para o sistema previdenciário, não são candidatos ao seguro-desemprego. Ainda que tenham acesso a serviços de saúde, estão fora da universalidade de vários instrumentos (Bursztyn, 2003a: 47).

Nesse ínterim, mesmo compartilhando de um limite territorial comum, como parte de sua estratégia de sobrevivência, os moradores de rua, em sua livre apropriação, não escapam, contudo, à hostilidade e violência dos que os temem e se queixam da sua presença. Bursztyn (2003a), nesse sentido, mostra aproximações entre o Brasil e o cenário global, ao tratar de como essa população, desnecessária ao circuito econômico, é vista como um risco (de segurança), além de configurarem custos em políticas sociais.

No entanto, no Brasil, muito do que perpetua essa condição tem substrato, não só da consolidação estrutural da pobreza e desemprego dessa massa de excluídos, como nos contextos norteamericanos e europeus, mas também de uma conjuntura familiar que envolve todos os membros da família nesses pequenos serviços informais. Bursztyn (2003b), ao abordar a relação entre as migrações e a vida nas ruas nas cidades brasileiras, compara os perfis dos moradores de rua no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Se, de um lado, no cenário global, há uma concordância da literatura em apontar para razões oriundas do mundo do trabalho - sobretudo a partir da industrialização -, no Rio de Janeiro e São Paulo, tal como ocorre em Natal, essas razões relacionam-se à desvinculação sociofamiliar e, em Brasília, a migrações familiares de uma população rural miserável, diante do estrangulamento das condições de sobrevivência no campo. Segundo o autor, ir para as ruas de grandes cidades representa, em Brasília, uma busca, não pela moradia, mas pela sobrevivência:

Apesar da péssima qualidade de vida a que têm acesso no Distrito Federal, 80% alegam que suas vidas melhoram, pois Brasília oferece, em termos de estratégia de sobrevivência, maiores possibilidades. Muitos, 88%, afirmaram que em Brasília não passavam fome, pois, por meio da coleta de material reciclável e da mendicância, obtinham renda suficiente para as suas necessidades básicas (Bursztyn, 2003b: 238).

Como, para Bursztyn, nas ruas, as possibilidades de auferir renda são maiores para crianças e adolescentes, do que aquelas formalmente oferecido para menores, ou informalmente concedido para os adultos, não só muitos chefes de família encontram como única opção de sobrevivência levar seus filhos para as ruas, como os próprios menores, são inseridos em contextos familiares desestruturados, optam por sair de suas casas para se submeter à vida nas ruas. Daí decorrem outras variáveis, como a exclusão progressiva da educação formal, já que as ruas são, na maior parte, incompatíveis com as escolas, principalmente, de acordo com Bursztyn (2003b), em virtude do caráter nômade de sua moradia. Consequentemente, essas crianças e adolescentes incorporam de maneira totalizante os vícios da rua durante a vida adulta, pois é lá onde estabelecem a única forma de vida que conheceram.

Para Nascimento (2003), em seu estudo a respeito da exclusão dos moradores de rua no Brasil, na impossibilidade de recuperar os vínculos que outrora se desfizeram, os moradores de rua elaboram novas estratégias de sobrevivência que transformam o modo como a sociedade os representa: “deslocam-se de uma representação de diferença, de diversidade, para uma dessemelhança” (Nascimento, 2003: 68). Isso, para o autor, faz com que não só se tornem objeto de discriminação social, como sejam estigmatizados como socialmente ameaçantes, “bandidos em potencial”.

Assim, Nascimento (2003) demonstra como o excluído nem precisa cometer atos de transgressão para ser alijado do convívio social: “a condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente” (Nascimento, 2003: 59). Uma vez excluído, perde gradativamente os vínculos societários, pois não é mais reconhecido pela população formalmente domiciliada como semelhante. Isto é, aos moradores de rua, fora da ordem, não lhes são garantidos direitos que são próprios, além de a própria demanda de mercado ser na direção de reprimi-los, ao que adverte Nascimento (2003: 62): “a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade”, tornando-se “objeto de extermínio”.

A relação de causa e efeito entre a violência e a pobreza, reproduzida no imaginário contemporâneo, uniformiza os indivíduos numa representação de violentos e ameaçadores à segurança pessoal. Sobre a construção desse imaginário, no Brasil, Nascimento (2003: 80) contextualiza que, originalmente restrita ao mundo rural (sob a ideia do pobre como “Jeca Tatu”),

Nos anos 1960-1970 o pobre já se avoluma no espaço urbano, mas é tido como um malandro, que não gosta de trabalhar. (...) No anos 1980-1990, em que a pobreza tornou-se sobretudo urbana e metropolitana (em termos de volume, pois as situações de maior miséria permanecem no campo) e, portanto, mais visível, a sua representação pelos mais favorecidos transformou-se completamente. Agora o pobre é representado como um bandido em potencial. Suas imagens são, sobretudo, as dos moradores de rua e, entre estes, os pivetes, que cheiram cola e roubam os transeuntes nas praças e ruas das grandes cidades. Sua figura mais ilustrativa é a do bandido urbano, "indivíduo geralmente escuro e nordestino".

A esse respeito, Lessa (2003: 13-14) contextualiza o controle social desde a multiplicação dos pobres e livres no interior das cidades brasileiras escravagistas:

À polícia foi conferido o direito de controlar a vadiagem, ou seja, foi-lhe concedida autoridade para vigiar a livre circulação na cidade - um imenso poder sobre o pobre urbano. Quem não tivesse residência e meio de subsistência comprovados podia, ao arbítrio da autoridade policial, ser colocado em trabalhos forçados.

Nesse sentido, desde a abolição da escravatura, não só a violência contra a pobreza se aprofunda, como também sua espacialização no cenário urbano. A precariedade, nas cidades brasileiras, desde a instalação das primeiras favelas, se faz inserida sob diferentes ordens espaciais em meio às brechas do planejamento formal. Multiplicam-se ocupações informais em áreas de risco e preteridas pelo mercado imobiliário, mas também nos percursos diários dos formalmente domiciliados. Quando estabelecem moradia nas calçadas, nos sinais de trânsito, nos espaços residuais de infraestruturas viárias, sob marquises e qualquer outro aparato que possa servir de teto, os moradores de rua fazem parte do mesmo espaço físico dos habitantes de maiores faixas de renda, porém, criam seu habitar alternativamente à moradia formal. Numa presença sempre renovada após as ações de remoção, é no espaço coletivo que o morador de rua exerce suas atividades produtivas, voltadas sobretudo à subsistência imediata.

Nascimento (2003) enxerga que, no contexto da exclusão, aos moradores de rua restam duas opções: conformar-se com a situação de destituição material ou transgredir as leis vigentes, num contorno que se aproxima à violência urbana. Aqui, por outro lado, observei uma terceira escolha: o desenvolvimento de vínculos de sociabilidade próprios e a criação de novos ritmos espaciais, comunitários e individuais, em territórios desviantes do regime formal, ainda que paralelamente a ele.

No mesmo sentido, Lessa (2003: 16) lembra de como as redes de comércio e serviços informais estão "complexamente imbricadas em sua afluente", uma vez que "dá suporte aos serviços lícitos e ilícitos desejados pelas elites". De forma análoga, Snow e Anderson demonstram como as formas não convencionais de subsistência material são preferidas



Conveniências da precariedade, habitantes formais contratando os serviços dos moradores de rua. Acervo da autora, 2019.

nas ruas de Austin. Os autores constatam que, diante da incompatibilidade dos horários de trabalho formal e horários de assistência institucional, além de serem vítimas frequentes de exploração e falta de pagamento, os moradores de rua enxergam na informalidade meios mais confiáveis de auferir seus ganhos diários. Entendidos a partir da sua privação - os “sem-teto” -, aqueles que vivem das ruas não são privados apenas do teto, mas de reconhecimento. Mais do que a insalubridade de suas instalações, a precariedade para eles, conforme apreendi em seus discursos se traduz no risco permanente de despejo e roubo, na constante exposição à violência, mesmo enquanto dormem, na vulnerabilidade máxima, na qual o único pertence que lhe cabe é a roupa do próprio corpo.

Kasper (2006), nesse sentido, elabora percursos etnográficos nos principais assentamentos de moradores de rua em São Paulo, que resistem em meio aos constantes desmontes da municipalidade. O principal deles, “o rapa”, conduzido pelas subprefeituras e operado por forças policiais, consiste na “destruição periódica de seu habitat e o confisco de seus pertences” (Kasper, 2006, 80). Em um dos relatos de suas visitas de campo nas calçadas próxima à estação de Belém (São Paulo), onde morava Lazar há quase três meses, conta:

Volto dia 19 de outubro [de 2004]; chego às 10h45. Lazar está na rua, em frente ao seu barraco, me reconhece e me cumprimenta de longe (...). Ele mostra o novo barraco, explicando que o rapa passou (dois dias depois de minha última visita) e demoliu tudo; conseguiu, no entanto, salvar a maior parte de suas coisas, mas do barraco só sobrou uma lona, e ele teve que retirar e construir um menor. Da cozinha não sobrou quase nada, senão a fogueira (Kasper, 2006: 53).

A opressão também se faz presente em situações corriqueiras, que mesmo sem embasamento legal, subtrai dos que menos têm, seus bens mais íntimos, conforme demonstra esse relato jornalístico:

No 1º dia de junho [de 2016], Ana Paula de Jesus Souza, moradora de rua, teve sua carroça levada pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). Dentro dela havia objetos pessoais e até exames médicos. No dia seguinte foi a vez de sua calcinha ser levada. “Tomei banho, coloquei minha calcinha ali no pezinho de goiaba, escondidinha, para não ficar exposta, né, e eles pegaram minha calcinha e levaram, acredita?” (...) “De dez anos que eu tenho de rua, eles já levaram mais de 20 vezes minhas coisas. Assim de levar tudo, deixar só a roupa do corpo”, contou Ana Paula (G1, São Paulo, 2016).

Em Natal, casos semelhantes se sucederam. O viaduto do bairro de Igapó, na região Norte da cidade, antes habitado, foi desocupado logo antes da fase inicial das entrevistas. Rosinha, por sua vez, expulsa da esquina onde habitava, em virtude de novos moradores que chegaram a um edifício recém inaugurado, migrou para a marquise de uma loja vazia, e poucos meses depois foi novamente retirada, passando a habitar a calçada do outro lado da rua.

Kasper (2006) aborda como em São Paulo também há uma demanda da população domiciliada para “tirar as pessoas da rua”:

Economicamente falando (...), eles são verdadeiramente redundantes, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma “razão racional” para a sua presença contínua... A única resposta racional a essa presença é o esforço sistemático para excluí-los da sociedade “normal”. (...) As queixas ao seu respeito concernem, na maioria dos casos, as suas dejeções, o exercício público de suas atividades corporais, a sujeira e o fedor de seus corpos, quando não é sua simples presença na paisagem que incomoda (Kasper, 2006: 193-195).

Os relatos são múltiplos, e, em cidades, contextos e tempos diferentes, apontam para o entendimento comum de que, para o morador de rua, a condição mais atroz advenha, não da falta de moradia formal, mas da agressão advinda da própria sociedade excludente. No documentário “À margem da imagem”, também em São Paulo, Mocarzel (2003) mostra as estratégias cotidianas dos moradores de rua. Os principais medos relatados são relativos à própria sociedade formal, ao que Cascavel, um dos entrevistados, confirma: “não somos nós que colocamos fogo no povo da rua, é a sociedade que coloca fogo no povo da rua”.

Essas contínuas tentativas de impedir a presença da população de rua ainda reverberam nos dispositivos repelentes da “arquitetura antimendigo”, também chamada de “arquitetura hostil”: os bancos que impedem o repouso deitado, as pedras sob viadutos que inviabilizam sua ocupação, além das diversas barreiras e obstáculos que criam situações adversas a quem não tem onde morar, na tentativa de tornar o espaço público inabitável. Pautados pelo desejo de um ambiente urbano “limpo”, são concebidos no sentido de repelir ou filtrar sua utilização.



Arquitetura antimendigo, Londres (mas poderia ser qualquer cidade do mundo).

Fonte: http://www.blogdoconsa.com.br/2016/03/as-cidades-que-odeiam-seres-humanos_5.html

Assim, o planejamento urbano formal avança no sentido de negligenciar a complexidade de necessidades trazidas pela moradia de rua, criando normas padronizadas que atendem a uma demanda específica, mas evitam uma pluralidade enorme de circunstâncias, com leis, atos e intervenções urbanas hostis à liberdade de apropriação da cidade. Esses casos demonstram como essa população está exposta às mais diversas formas de violência, que ameaçam constantemente suas estratégias de resistência. No Brasil, o caso mais emblemático deu-se em 2004, no massacre da praça da Sé, no centro de São Paulo, quando sete moradores de rua foram executados enquanto dormiam. Segundo reportagem da Rede TVT, dos cinco policiais e um segurança acusados como os responsáveis pelas execuções, apenas dois foram presos, pois foram condenados pelo assassinato, um mês depois, da única testemunha que havia sobrevivido ao massacre, a moradora de rua Priscila Machado.

Pessoas em situação de rua na Praça da Sé, região central de São Paulo

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil. Disponível em:

<https://mtst.org/noticias/com-responsaveis-ainda-impunes-massacre-da-se-completa-14-anos/>



Destarte, apesar do avanço jurídico mediante a promulgação de marcos legais, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053/09), em resposta às pressões e lutas protagonizadas pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), articulado e fortalecido no contexto desse massacre, a omissão histórica do Estado é contínua, ao que se apreende nas narrativas até hoje. Em reportagem no contexto dos 14 anos do massacre, Walter, morador de rua na praça da Sé, relata ainda sofrer intervenções pelo “rapa”: “A violência policial te pega (sic) dormindo: é spray de pimenta, pancada à vontade” (TVT, 2015).

A naturalização dessa opressão, portanto, persiste no contexto nacional, e se institucionaliza em equipamentos sociais, como albergues e centros de assistência psiquiátrica que, em teoria visam retirar as pessoas da rua, mas não oferecem reais possibilidades de transformação de suas vidas, conforme a literatura - e o discurso dos moradores de rua entrevistados - nos mostram. Essas políticas, sociais, ao imporem o saber técnico e seus valores, silenciando a voz da população, confirmam o caráter de centralidade do controle estatal, atuando sob a lógica do mínimo como forma de suavizar as tensões sociais.

Os albergues, ainda que idealmente proponham um abrigo, estão comumente lotados e são mantidos sob regras rígidas de disciplina e controle social, restritivas aos dependentes químicos, de modo a não modificarem, portanto, as bases do sistema excludente, ou serem capazes de minimizar os efeitos e causas da exclusão, sustentando e cronificando a situação de rua. Até alguns postos de saúde, por sua vez, dificultam o atendimento dos sem documentos de identificação, burocratizando o acesso a serviços públicos ordinários.

Bursztyn (2003b), no Brasil, e Snow e Anderson (1998), nos Estados Unidos, concordam com a dificuldade em compatibilizar os horários rígidos dos albergues, com as rotinas de subsistência nas ruas, a exemplo dos mecanismos de catação de lixo que pressupõem um horário antes do cronograma da coleta do governo. Além disso, ambos autores demonstram como a própria referência do endereço do albergue os estigmatiza, dificultando oportunidades de emprego, além de os diferenciar no acesso a outros serviços públicos, como de saúde, por exemplo.

Ao tratar dessas relações e respostas estabelecidas entre a cidade formal e a moradia de rua, Snow e Anderson (1998) categorizam quatro tipos de respostas principais, sejam elas institucionalizadas ou não. A primeira delas, na qual se incluem os albergues, denomina-se “acomodadora”, pois é voltada para o sustento das necessidades básicas dos moradores de rua (alimentação, eventuais doações, banhos e abrigos). A segunda,

“restauradora”, volta-se ao tratamento do problema sob uma perspectiva médica, com destaque aos centros de reabilitação para dependentes químicos. A terceira, “exploradora”, diz respeito às orientações do mercado, que tira proveito da situação de precariedade para conseguirem mão de obra barata. Em Austin, os autores destacam centros de plasma que ofereciam remuneração para doação de fluidos sanguíneos para pesquisa científica, além de algumas agências de trabalho temporário. O quarto tipo de resposta trazida pelos autores agrupa as respostas de “exclusão, contenção e expulsão”. Advinda da abordagem “não no meu quintal”, esta última envolve assédios e contenções que partem tanto de associações de bairros como do departamento de polícia, que muitas vezes prendem os indivíduos, sem respaldo jurídico, em virtude meramente da sua posição social (Snow e Anderson, 1998).

Para Snow e Anderson (1998), muito embora existam vertentes positivas de algumas dessas respostas, não há, em nenhuma delas, um mecanismo que permita aos indivíduos sair da situação de precariedade em que vivem. Nem mesmo os centros de trabalho temporário garantem soldos suficientes para que os moradores de rua deixem de depender das ruas para tirarem a maior parte do seu sustento. Além disso, as perspectivas exploratórias e mal remuneradas fazem com que muitos indivíduos sintam-se ainda mais compelidos a buscarem outras formas menos convencionais de auferir seus ganhos diários.

Ao extrapolarmos os resultados dos estudos conduzidos alhures para o contexto local, observamos que, guardadas algumas distinções culturais, os tipos de resposta da sociedade formalmente domiciliada à moradia de rua, se repetem nas diversas situações aqui estudadas. No caso de Natal, por exemplo, as entrevistas que realizamos concordam que as respostas oferecidas pela municipalidade (como instituição) e pela sociedade civil, ainda que os ajudem em certos casos, não oferecem reais possibilidades de reinserção formal, nem são capazes de atendê-los em suas reais necessidades, excluindo da assistência, por exemplo, os usuários de álcool e drogas.

aí mesmo ó [apontando pro Centro Pop¹] se você tomar uma dose na hora do almoço e chegar, aqui ele manda soprar. Você assopra e se ele sentir cheiro do álcool você não almoça. Eu não faço mais nem questão. Ai muitas vezes o saco de lixo aí (sic). Se você ver o saco de lixo que sobra pros cachorros... (Popeye, morador do baixio do Baldo, 2019).

Assim como Snow e Anderson constataram em Austin, em Natal, observamos que, uma vez compelidos à moradia de rua, dificilmente retornam aos contextos formais de moradia:

Quem chega nesses cantos não consegue sair mais pra resolver sua vida. Sei que eu to aqui, fazendo confusão pela outra gostosinha² que o

cara levou (Baixinho, morador do baixio do Viaduto do Baldo, Natal, 2019).

Numa pesquisa anterior, realizada também em Natal, entre os anos de 2013 e 2016, pelo Departamento de Psicologia da UFRN, em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH - UFRN), foi revelado, a partir de uma amostragem de 159 pessoas, que 77,2% delas afirmam ter pelo menos uma atividade laboral, ainda que informal e marcada pela precarização. Muito disso, no entanto, segue distorcido por um imaginário coletivo alimentado pela mídia que estereotipa esses sujeitos como danosos e preguiçosos - daí a necessidade constante de monitoramento e práticas higienistas para manter “a ordem” - e os culpabiliza pela condição na qual se encontram, ignorando os processos econômicos e de omissão do Estado de Direitos que levaram à reprodução dessa conjuntura.

Paiva et al. (2014), a esse respeito, abordam as origens das políticas públicas nacionais no que concerne a essa população. Os autores remontam ao primeiro estágio que caracterizava o Estado violador, cujas ações eram voltadas à higienização social, “em que as pessoas que viviam em situação de rua eram violentamente retiradas dos centros urbanos, sendo muitas vezes encaminhadas para instituições totais, como presídios e hospitais psiquiátricos” (Paiva et al., 2014: 157).

Ainda que, no Brasil, existam movimentos sociais voltados para essa população, sua articulação ainda é frágil, sobretudo dados dois fatores: (1) diversidade de pessoas que compõem essa população, em boa parte oscilante e efêmera, advinda de processos migratórios e/ou estruturais do desemprego ou de desvinculação familiar, e (2) das demandas emergenciais de sobrevivência desses indivíduos. Por outro lado, segundo Paiva et al. (2014: 159), é importante entender essa população como “importante sujeito político, viabilizador de denúncias às violências e injustiças, das quais vivem e sentem na pele, enquanto sujeitos oprimidos que estão no espaço urbano”. Isso porque, como defendemos aqui, a sua principal força não está no movimento social em si, mas nos trânsitos que cria em seu cotidiano oscilante, cujos novos vínculos de sociabilidade e urbanidades invisíveis - ao serem visibilizadas - rompem a ordem hegemônica.

Ensaiei aqui, uma desconstrução do entendimento dicotômico acerca das condições de vida na cidade, no sentido de diluir as noções de centro x periferia, legal x ilegal, cidade dos ricos x cidade dos pobres, entre outras, naturalizadas sob um pensamento binário que contrapõe essas populações numa polarização conflituosa. Essa dicotomia, oriunda

¹ O Centro Pop, em Natal, é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, localizado no bairro Barro Vermelho, Zona Leste da cidade, e voltado para assistência de jovens, adultos, idosos e até crianças e adolescentes (desde que estejam acompanhados de seus

do planejamento hierárquico, tende a interpretar a alteridade como inconveniente, ou mesmo, inadequada, desconsiderando a legitimidade das práticas urbanas que desviam desse racionalismo do planejamento institucional.

Se, por um lado, o senso comum enxerga que a presença da informalidade acarreta a decadência de um bairro, as reflexões trazidas até aqui apontam para o inverso, ou seja, é a decadência econômica sistêmica (traduzida sobretudo no crescimento do desemprego) que aprofunda a precariedade da vida nas ruas. E, como nem sempre o planejamento formal é capaz de conter os ritmos próprios da informalidade, nem tampouco seu espraiamento na cena urbana, essa população que subverte os valores hegemônicos finda excluída do ponto de vista social.

Além disso, as políticas públicas, inscritas num funcionalismo induzido pela lógica da mercadoria, traduzem na cidade essencialmente um valor de troca e inibem a liberdade criativa da prática urbana de seus habitantes. Nos centros brasileiros, muito desse funcionalismo também se faz presente. O item a seguir explora alguns dos esforços institucionais que, no caso brasileiro, buscaram definir os rumos da população excluída, sem que esta seja incluída nos processos de tomada de decisão. Chamaremos esse processo de tomada de decisão centralizada e burocrática de Inclusão Excludentemente Dirigida, pois é pautada sob um discurso inclusivo e democrático que se efetiva na práxis excludente do planejamento urbano.

3.2 Parênteses da Inclusão Excludentemente Dirigida

No quadro brasileiro, a lógica do planejamento urbano formalista reverbera em programas habitacionais que, por mais inclusivos que pareçam ser - e, em muitos casos, tragam, inclusive, benefícios à população -, ainda dependem do mercado para a sua efetivação, ditando localizações conforme a produção de mais-valias urbanas. A exemplo disso estão as iniciativas de provisão habitacional para a população de menor renda, tais como o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e as políticas do Banco Nacional de Habitação (BNH/1964-86) e, mais recentemente, o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, mas cujos recursos vêm sendo reduzidos desde 2014, diante da crise financeira do país.

Valença (2014), a esse respeito, sinaliza para a inconsistência dessas políticas no país, o que “ao longo de décadas, determinou que as periferias fossem ocupadas muitas vezes por esparsos assentamentos, enquanto os centros tradicionais - abandonados pelas elites e pelo Poder Público - fossem adensados por trabalhadores e problemas” (Valença, 2014: 344-345). Assim, grandes conjuntos foram construídos nas periferias das cidades, sem provê-las de infraestrutura adequada e serviços que pudessem estabelecer novas centralidades, criando padrões dispersos de expansão urbana. Por outro lado, ainda que estabelecidos em áreas de grande centralidade, os padrões de moradia popular em boa parte redundaram no arquétipo precário e insalubre “como cortiços, vilas, pensões, quartos de aluguel, favelas, estruturas provisórias nas ruas, viadutos, pontes, etc.” (Valença, 2014: 345), resultado do que chamamos de Inclusão Excludentemente Dirigida.

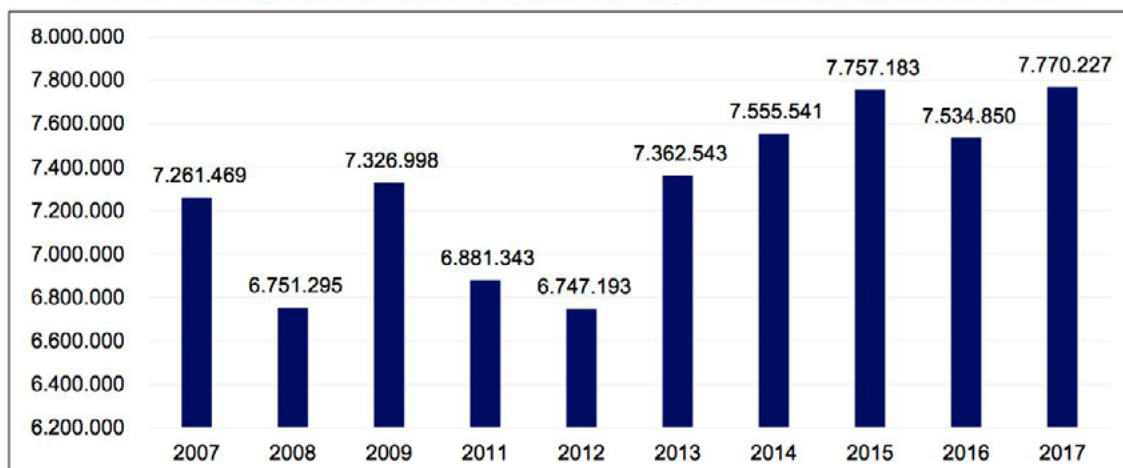
O movimento em torno da reforma urbana ainda avançou num conjunto de marcos regulatórios, tais como a Lei 11.124/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS, 2005), e a Lei da Assistência Técnica (Lei 11.888/2008), que buscam, em teoria, contribuir no sentido da justiça social e do Direito à cidade. Assim, desde a aprovação do Estatuto da Cidade (2001), estabeleceram-se estratégias legais de regulação territorial e ampliação do acesso à terra urbanizada, sobretudo para habitação popular:

Entre esses marcos, é necessário destacar a inclusão dos parágrafos 182 e 183, da política urbana, na Constituição de 1988, seguido da Emenda Constitucional n. 26/2000, que fez da moradia um direito social fundamental. Depois vieram o Estatuto da Cidade (2001), a MP n. 2.220/2001, da regularização fundiária, a criação do Ministério das Cidades (2003), o Programa Nacional de Regularização Fundiária (2003), a campanha nacional para a elaboração dos novos planos diretores participativos (2005), a criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHJSS, 2005), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007), o Programa Minha Casa, Minha

Vida (PMCMV, 2009), a sua versão II (2011), a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2011-12), entre outros (Valença, 2014: 346-347)

Entretanto, mesmo que a constituição de 1988 busque assegurar o direito à moradia (dispositivo inserido no texto constitucional em 2000), não só o déficit habitacional é tratado conforme as conveniências políticas e econômicas do arranjo institucional, como a noção de habitar herda um caráter patrimonialista da terra, cujo fomento à casa própria, incute na população a necessidade de buscar, via mercado, os meios para garantir sua residência (Valença, 2014). Além disso, dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontam que, em 2017, registrou-se um recorde no déficit habitacional do país. Segundo os dados, o número cresceu 7% em dez anos, e agora é de 7,78 milhões de moradias. A redução no crédito para financiamento dos programas de provisão habitacional é apontada como um dos fatores que tem contribuído para a problemática, aliado à questão do desemprego, aumento no custo dos aluguéis e redução na renda familiar.

BRASIL - Evolução do Déficit Habitacional Total (Número de Unidades) - 2007-2017



Fonte: FGV.

Esses mecanismos, portanto, ignoram o que chamamos de urbanidades invisíveis, que não se apoiam nas vias tradicionais de acesso à “casa-própria”. Invisíveis que são, essas práticas tampouco compõem a tabela de componentes da metodologia de análise do déficit habitacional³, de modo que até os estudos estatísticos são omissos em sua interpretação, daí a escolha em não adentrar com mais profundidade aqui nas questões das políticas e programas habitacionais.

Assim, mesmo não tratando da moradia de rua, cabe trazer o debate lefebvriano do direito à cidade no sentido de que o morador de rua, ainda que de forma não

³ O estudo da FGV (2017) inclui como componentes de análise a habitação precária (imóveis rústicos ou improvisados), a coabitação familiar, o ônus excessivo no aluguel e o adensamento excessivo (cômodos cedidos ou alugados, impropriamente ocupados como domicílios, segundo a pesquisa).

politicamente estruturada, age, em suas práticas cotidianas como força elemento criador de urbanidades. Ensaia, mesmo sem saber, uma reinvenção da vida social urbana que se dá pari passu entre utopias experimentais e paralelamente ao projeto formal de sociedade. Entender essas urbanidades invisíveis não traz saneamento para todos, nem transporte para os confins da cidade, nem moradia. Tampouco recupera o papel do Estado em prover o bem-estar social. Mas pode sinalizar novos caminhos, ou, nos termos lefebvrianos, novos horizontes possíveis, os quais estamos interessados em conhecer.

Não busco negar a provisão habitacional nos meios institucionais dos programas sociais, tampouco nego a importância do dinheiro para a manutenção dessa população dentro do contexto capitalista, afinal, é com dinheiro que eles compram aquilo que necessitam imediatamente. Enxergo, porém, uma subversão contínua da ordem que lhes é imposta, uma vez que reproduz no espaço uma ordem paralela, um regime próprio baseado nas demandas coletivas e nos vínculos de sociabilidade que estabelecem na precariedade.

3.3 Bastidores da invisibilidade

- Exatamente. Uma colônia secreta. Uma cidade entre as cidades, seus habitantes vivendo a olhos vistos.
- O quê? Fazendo o quê? Como?
- Desvistos, como ul-qomanos para os besz e vice-versa. Caminhando pelas ruas desvistos, mas olhando os dois. Além da Brecha.
(Mieville, 2014: 88)

Mieville (2014) nos oferece um mundo fictício pós-soviético: uma cidade, sobreposta a outra cidade. Em “A cidade e a cidade”, a lei comum a Beszel e Ul Qoma obriga os habitantes a desver os cidadãos da outra cidade, ou uma entidade maior, a Brecha, irá puni-los severamente. Existe, assim, uma comunidade de cidadãos que, diante da hegemonia da Brecha, aprendeu a “não ver” ou mesmo “desver” seus vizinhos, ainda que ocupem o mesmo espaço geográfico. A interface entre os habitantes de ambas as cidades tem um sentido simbólico que vai além da espacialidade do campo visual. Ambos partem de um mesmo território, mas pertencem a nações diferentes, com idiomas, aeroportos e até alfabetos distintos, que inibem a co-presença que naturalmente existiria se não fossem as barreiras sociais.

Embora fictícia, a narrativa trazida por Mieville nos leva a observar o isolamento e a cegueira coletiva ao qual nos conduz o sistema capitalista, também explorada por Bauman e Donskis (2014). Ao tratarem da modernidade líquida, os autores reiteram que, num mundo não mais confinado às guerras e sistemas totalitários, a maldade revela-se no silenciar das sensibilidades, na recusa da reação ao sofrimento alheio, na banalização e no esquecimento deliberado do outro, que denominam de “cegueira moral”. Esse bloqueio, que tranquiliza o cotidiano das pessoas, pode ser usado como mecanismo de conforto às dores da consciência e do estigma moral, junto ao uso de remédios psicoativos que anulam cada vez mais a manifestação das emoções.

Essa busca incessante pelo conforto psicológico dos porventura atormentados pelos resquícios do estigma moral guarda semelhança até espantosa com as doses de “soma” ministradas na ficção de Aldous Huxley (2009 [1932]), “Admirável Mundo Novo”, que, como tratamos no capítulo um, condicionava os indivíduos desde embriões, a aceitarem passivamente a realidade, terem prazer nos serviços mais desumanos, ignorarem o outro, desprezarem as relações amorosas e, sobretudo, a legitimar Ford como divindade suprema do “progresso” científico e material. A soma, assim como a cegueira moral para Bauman e Donskis (2014), ajudava os habitantes da distopia Huxleyana a fugirem da realidade e a estarem sempre felizes e satisfeitos com a condição a eles imposta.

Tal perda da sensibilidade, para Bauman e Donskis (2014), resulta na adiaforização do comportamento, ou seja, cria nos indivíduos uma “capacidade de não reagir, ou de reagir como se algo estivesse acontecendo não com pessoas, mas com objetos físicos, coisas, e não seres humanos” (Bauman e Donskis, 2014:48). E isso se torna ainda mais nítido no senso comum que justifica “não dar esmola a mendigo”, por julgar que ele usará o dinheiro para drogas ou álcool. Bestializa-se o pedinte na defesa de que ele só tem direito a comer, como se sua sobrevivência dependesse meramente da anulação da fome.

Essa passividade desconexa e inconsciente remonta a outros personagens da literatura moderna, como o protagonista Meursault, de *O estrangeiro* (Camus, 1942), cuja emoção diante do mundo tampouco oscila durante seu julgamento por homicídio. A violência e exclusão social tornaram-se tão constantes e naturalizados que a desumanidade finda banal, fragilizando a rede de vínculos humanos, que perde, cada vez mais, espaço para a realização da atividade do consumo como principal forma de trocas sociais.

Ao assumirmos que a invisibilidade depende, principalmente, do reconhecimento do outro, o que faz um indivíduo visível decorre, sobretudo, dos estigmas, preconceitos ou indiferenças projetados sobre a sua imagem do que propriamente de um atributo pessoal. Athayde et al. (2005) chamam esse reconhecimento socialmente projetado de “cegueira seletiva”, que abstrai do imaginário da cidade formal as experiências sociais desviantes do socialmente aceito. Assim, ao expandir essa abordagem sociológica aos modos de vida precários, a indiferença surge como principal fator que leva a uma cegueira seletiva e coletiva da sociedade formal em relação à produção espacial informal, a menos que essa lhe cause incômodo - e o incômodo torna-se a fronteira para a visibilidade da produção informal.

Não é que a sociedade seja inteiramente insensível aos dramas humanos. Mas a miséria e a desigualdade naturalizaram-se de tal forma que “a alienação é o preço a pagar pela modesta cota de felicidade que nos cabe” (Athayde et al., 2005:178). Assim, na esteira da ficção de Mieville, tendemos a “desver” tudo o que escapa à ordem formalista, assim como desviamos o olhar do que foge ao socialmente aceito (Athayde et. al, 2005).

Além disso, Bauman e Donskis (2014) também pontuam que qualquer catástrofe natural, por exemplo, tem maior impacto à reação humana que o aumento gradual e cruel que corrói lentamente a vida de uma multidão de excluídos moradores de rua. O prolongamento da precariedade, ao deparar-se com uma sociedade cada vez mais indiferente, fragiliza a solidariedade humana em relação às vítimas da desigualdade, reduzindo as suas possibilidades de inclusão na vida social formal.

Essa indiferença tampouco é recente. A crítica à atitude *blasé* do habitante metropolitano remonta a Georg Simmel (1976 [1902]), quando trata da vida mental típica da cidade moderna. Apesar de não se aprofundar nas questões sociais da precariedade, Simmel também trata do ofuscamento antropológico do indivíduo, que deixa de reagir às novas sensações como forma de acomodação, ou mesmo adaptação ao conteúdo da metrópole, tornando-se blindado e protegido na sua indiferença. Essa consciência intelectual da impessoalidade, para o autor, é uma forma de blindagem, que nega os traços e impulsos irracionais, que fujam à estabilidade.

Nesse sentido, quando o sistema capitalista determina os valores coletivos, como forma de garantir seus lucros, não apenas indiferente, o habitante metropolitano carrega em si uma leve aversão e estranheza ao contato mais próximo. Trata-se, para Simmel, de um dos aspectos mais simbólicos da vida metropolitana: a preponderância do que chama de “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo”, resultantes, principalmente de um funcionalismo que esmaga as personalidades individuais, e disciplina a sociedade.

Essa “atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva” (Simmel, 1976: 14) exacerba, portanto, a indiferença que induz ao que Walter Benjamin (1994) denomina de isolamento insensível. Simmel aborda o abandono em meio à multidão, em que “a proximidade física e a estreiteza do espaço tornam a distância mental mais visível” (Simmel, 1976: 23). Engels, dessa forma, dialoga com essa separação trazida por Simmel quando evidencia:

Essas centenas de milhares de pessoas de todas as classes e situações (...) não são todos seres humanos com as mesmas qualidades e aptidões e com o mesmo interesse em serem felizes? E, no entanto, passam correndo uns pelos outros como se não tivessem absolutamente nada em comum, nada a ver uns com os outros, e, no entanto, o único acordo tácito entre eles é que cada um conserve o lado da calçada à sua direita, para que ambas as correntes da multidão em sentidos opostos, não se detenham mutuamente; e, no entanto, não ocorre a ninguém conceder um olhar ao outro sequer (Engels, 1994:54).

E hoje, ainda mais densas - ou mais “congestionadas”, no dizer de Koolhaas (2001) -, as cidades contemporâneas refletem muito do que Simmel e Benjamin outrora defendiam. Diante da hegemonia do objeto, a densidade da vida continua se esvaindo na fraqueza das relações, onde o ser, dessensibilizado, ignora o universo interior do outro. E nessa conjuntura de indiferença mútua, os moradores de rua são apenas mais um componente da invisibilidade, tirando proveito dela em grande parte.

Por mais presentes que se façam, no entanto, não apenas estão invisibilizados mas são marginalizados. De um lado, aproveitam-se da invisibilidade para estabelecerem

suas rotinas informais, mas, do outro, precisam reinventar-se diariamente para serem notados, quando necessitam auferir seus ganhos a partir das relações com a sociedade formal. Esses ganhos se dão em variadas formas, como vimos, mas têm em comum sua recorrência em vias com grande potencial de movimento e ampla diversidade de usos e fluxos, onde afirmam possuir maiores rendimentos e trocas para sua subsistência. Ou seja, ao mesmo tempo em que resguardam seu habitar na invisibilidade, onde podem desenvolver suas práticas cotidianas sem serem notados ou expulsos, também necessitam da visibilidade e da congestão para garantir seu sustento e, conseqüentemente, sua sobrevivência.

Entrementes, dentro desse mesmo espaço congestionado, há um momento em que o fluxo se interrompe. O movimento continua, mas não há interação social entre o transeunte formal e aquele que das ruas tira seu sustento informalmente. A interface física ocorre, mas a lógica social que se estabeleceria - e se faz necessária para a subsistência do morador de rua nesse dado momento -, se divide como se vivessem nas diferentes cidades de Mieville. Os informais vistos são rapidamente desvistos, sob a mesma “cegueira seletiva” (Athayde, et. al, 2005) ou “moral” (Bauman e Donskis, 2014) que, para confortar as consciências, bloqueia as reações a qualquer sofrimento alheio.

Outra ficção representativa dessa condição invisível da precariedade, o filme *Túmulo dos Vagalumes* (Takahata, 1988), retrata a condição de dois irmãos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Diante da escassez de alimentos, expulsos da casa dos familiares, passam a viver na rua, onde enfrentam inúmeras atrocidades. Buscam todos os meios de sobrevivência, até que padecem da fome e da indiferença. Apesar de fictício, o filme esboça uma representação típica da condição atual de muitas famílias e perene para uma parte significativa da população. O problema não necessariamente são as guerras ou escassez de alimento, mas a própria construção social que oprime o indivíduo na condição de invisibilidade.

Como exemplo fatídico dessa invisibilidade, informações da organização humanitária Médicos sem Fronteiras (MSF, 2003), que trata da condição da moradia de rua na Rússia, apontam que o inverno mata em torno de 400 pessoas anualmente por hipotermia. Segundo o MSF, a dificuldade na precisão dos registros advém justamente da indiferença do público geral: “a maioria dos transeuntes, ou a polícia, provavelmente passará pelos corpos sem chamar uma ambulância” (MSF, 2003).



Indiferença no junkspace.
Filme Túmulo dos Vagalumes, 1988.

Sem as temperaturas extremas, mas guardando similitudes ao contexto social russo, no Brasil, a exclusão à qual o morador de rua está submetido, radicaliza essa cegueira institucionalizada. Segundo Bursztyn (2003a), esse processo de ocultação da violência social em relação aos moradores de rua se dá em três etapas: a primeira, da construção ideológica da “desqualificação”, que estigmatiza “uma imagem demonizada do ‘outro’ associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade”; a segunda, “desvinculação”, na qual os indivíduos antes desqualificados são rejeitados dos processos produtivos; e, por fim, a terceira, “eliminação”, mais profunda, na qual, uma vez desnecessário e indesejado, o indivíduo é permanentemente afastado da convivência social “pelo genocídio cultural ou mesmo pela deportação” (Bursztyn, 2003a:39). Isso porque, ao que corrobora Nascimento (2003: 56):

Os prostrados no solo não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens ou mulheres, embora um dia talvez o tenham sido. Pedacos perdidos da Humanidade. Invadem as calçadas, incomodam. Os que vão às compras ou ao trabalho sentem-se indiferentes ou incomodados. Procuram não ver, escondem a irritação, o desagrado. Reclamam a si mesmos, no máximo, “desta polícia que não faz nada” ou, os de esquerda “desta sociedade injusta”.

Se urbanidade remete à integração social, simultaneidade e experiência, o que ocorre quando essa simultaneidade dá-se em tão curto espaço de tempo que nem os olhos alcançam? E se alcançam, desvêm? Ao que consta na literatura, esse rompimento da interação social é o maior opressor que precariza os modos de vida informais. Os relatos apreendidos em Natal também confirmam que, não só a invisibilidade é insultante, como um dos fatores de maior sofrimento reside no estigma de criminalidade e vagabundagem que se estampa na moradia de rua e justifica a maior parte da indiferença e medo da população formalmente domiciliada.

Ainda assim, nesse contexto de produção de pessoas desnecessárias, ou descartáveis, as parcelas excluídas estão disseminadas em todo cenário global. Vivem e tiram proveito do que ela descarta. Assim, mesmo que sua condição não necessariamente seja fruto de uma escolha, os ritmos e territórios próprios, que estabelecem entre o visível e o invisível, permitem que tirem proveito da (in)visibilidade conforme lhes é mais conveniente. Valem-se, em boa medida, da congestão urbana para determinarem suas localizações. Fazem da rotina disciplinada da sociedade formal seu ponto de partida para elaboração de suas estratégias de sobrevivência.

Simbolicamente distante, está a desurbanidade dos cidadãos: omissa em aceitar o diferente, embora territorialmente próximo. Num trânsito cada vez mais rápido entre um junkspace e outro, os cidadãos formais isolados em seus automóveis, com vidros fechados, tentam não interagir com essa rede de territórios criada pela população moradora de rua, mas, quando lá chegam, deparam-se com famílias inteiras, na saída dos supermercados, esperando a doação de uma parcela de suas compras, ou com flanelinhas que se dispõem a vigiar seus carros, enquanto realizam suas atividades. Dos resíduos subaproveitados do junkspace, na busca pela sobrevivência, os moradores de rua constroem sua própria urbanidade dentro da desurbanidade.

Para os estudiosos da morfologia (Aguiar 2012, Netto 2012), o desenho dos traçados, caminhos, linhas e cones de visibilidade na cidade, pode criar meios de aproximar o que a sociedade separa, ou seja, a estrutura urbana que nasce das apropriações informais pode ser capaz de contribuir ou não para a geração de urbanidade, ou seja, para a copresença entre as alteridades, sejam elas puramente formais, informais, ou interrelacionadas.

Ao considerarmos a apropriação de grupos sociais distintos, observei que a morfologia muda conforme a escala de abordagem e os requisitos de uso do espaço. O que é barreira para uns, pode ser permeável para outros; o que é barreira aos pés pode ser permeável aos olhos, e vice-versa. No caso do canal sob o viaduto do Baldo, por exemplo, se um habitante formal não atravessa um canal pois o vê como perigoso, para ele, esse canal pode ser uma barreira, mas para quem ali habita, o mesmo canal compõe seu campo permeável de espaços convexos, mas que pode facilmente converter-se em barreira num período de cheias intensas que dificultam esse trânsito.

A relativização desses aspectos da morfologia demonstram que nem mesmo o que parece estático, de fato o é. Na macroescala, um viaduto apresenta-se como barreira, fruto da desurbanidade, como vimos no capítulo dois - , mas a mudança de perspectiva pode demonstrar, num mesmo viaduto, um campo de possíveis conexões sociais e horizontes para o devir urbano, no sentido lefebvriano de construção coletiva do espaço público. A mesma estrutura espacial, cuja variável da apropriação é o grupo social ao qual pertence - aqui distinguimos o habitante formal do morador de rua - é capaz de expressar ou não a convivência entre diferentes formas de vida cotidiana, motivando ou não a identificação com o outro, isto é, a pluralidade de urbanidades no espaço urbano.

Dessa forma, se, para Netto (2012), a urbanidade depende de uma configuração espacial (material) que permita a possibilidade de encontros randômicos entre os diferentes, é possível estabelecer uma lógica social (imaterial) intermediária nesses atalhos, que responda não à ordem hegemônica, mas à ordem social coletiva, das urbanidades invisíveis. Essa lógica social envolve, portanto, mais interações internas que propriamente os atributos externos à sua morfologia.

Expandindo a abordagem morfológica de Netto (2012) ao nosso objeto, observamos que a lógica do morador de rua sobrepuja a lógica espacial do junkspace, pois cria nos seus resíduos um sistema dual, que transita entre o visível e o invisível conforme a necessidade do morador de rua. Ao passar rápido demais, o habitante “formal” não enxerga essa dualidade. E disso tira proveito o morador de rua. Protege-se dos olhos dos outros; refugia-se na barreira da indiferença. Tão invisíveis quanto as paredes que delimitam seus aposentos, os moradores de rua criam e recriam uma espacialidade fluida em oposição ao planejamento racional. Sua ordem paralela ao formalismo dos planejadores permite o bem-vir das alteridades e, ainda que precariamente, sinalizam para urbanidades invisíveis e abertas à criatividade.

Se, de um lado, o urbanismo funcionalista tende à reprodução espetacular do consumo na cidade, do outro, excluídos não só do consumo, mas também dos direitos que seriam advindos do suposto Estado democrático, os moradores de rua articulam seu próprio cotidiano: sua “outra cidade”, invisibilizada pelos processos culturais que apartam a cidade formal e a informal, mas aberta à livre apropriação.





esse espetáculo

não tem
CONCLUSÃO

Nasce o Sol, e não dura mais que um dia,
Depois da Luz se segue a noite escura,
Em tristes sombras morre a formosura,
Em contínuas tristezas a alegria.

Porém se acaba o Sol, por que nascia?
Se é tão formosa a Luz, por que não dura?
Como a beleza assim se transfigura?
Como o gosto da pena assim se fia?

Mas no Sol, e na Luz falte a firmeza,
Na formosura não se dê constância,
E na alegria sinta-se tristeza.

Começa o mundo enfim pela ignorância,
E tem qualquer dos bens por natureza
A firmeza somente na inconstância.

A instabilidade das coisas do mundo
Gregório de Matos

Gregório de Matos nos ensina que, diante de todas as instabilidades, só podemos ter certeza na inconstância. As vidas dos moradores de rua também nos ensinam isso. Nunca se sabe o dia de amanhã. Se vai chover, se vão levar seus pertences, se vão conseguir o suficiente na reciclagem ou se simplesmente vão pisar num prego e ficar impossibilitados de trabalhar.

Aqueles que vivem na precariedade não têm muita opção. Precisam criar ordem política interna, pois dependem da articulação conjunta para sobreviverem e resistirem às pressões e opressões do sistema. Valença (2014), em ensaio sobre as relações de alienação e desigualdade e relativização do tempo, na esteira de Heidegger, entende que a rua é, para esses indivíduos, espaço de reclusão mas também construção do seu “de-morar-se” (Valença, 2017:324). Assim, é nessa demora que se dá o sentido do pertencimento, o abrigo nos resíduos do junkspace.

Vimos que esse equilíbrio instável, fruto de uma autorregulação, cuja única

propriedade privada é o seu próprio corpo, sem um desenho ou saber técnico a ser seguido, possui uma prática dinâmica, pois depende das interações diretas entre o indivíduo e o espaço, e não apenas de uma relação de poder autoritário. Essas diferentes urbanidades, dadas nos resíduos da cidade contemporânea, transformam-na continuamente. Produzem o inesperado sem preverem uma revolução. São pequenos laboratórios improvisados da práxis anarquista, mesmo que nenhum deles tenha estudado Bakunin ou Noam Chomsky. A escala da presença humana habita, sem autorização, os espaços improdutivos da cidade formal e traduz neles seu retrato etnográfico. Seu modo de agir não se baseia em mapas zenitais, mas produz a cidade de baixo para cima.

Para os moradores de rua, caminhar é um ato em que ele não só inventa percursos, mas faz da caminhada parte da sua sobrevivência. É caminhando que encontram os melhores materiais para reciclagem, os pontos mais movimentados para mendicância, os estacionamentos mais lotados de potenciais doadores.

Aguiar e Netto (2012), quando elaboram os princípios para a urbanidade, trazidas no capítulo dois, advogam pela diversidade de pessoas e pluralidade de atividades no meio urbano. Aqui, vemos que, diante da precariedade, aqueles em situação de rua constroem uma urbanidade que não cabe no campo normativo do planejamento estatal. Enquanto ali estão, resistem às expulsões, prevalecem sobre a invisibilidade, satisfazendo suas necessidades num universo de experiências que superam a lógica da mercadoria.

Koolhaas, Aguiar e Netto não problematizaram a moradia de rua per se, mas trazem o pano de fundo onde todas essas experiências urbanas se concretizam. O morador de rua ilustra uma relação paradoxal entre a disciplina do junkspace e sua capacidade de tirar proveito dessa previsibilidade para criação de sua própria ordem. Uma vez levado às ruas, produz novas relações sociais espontâneas, paralelas ao sistema dominante, excluídas, mas não inteiramente dissociadas ou submissas a ele. Seu modo de explorar e habitar a cidade foge às regras formais e cria, nas fissuras do junkspace, um novo sentido, desprovido de representação, mas em contínua transformação.

¹ Murray Bookchin (1991), escritor anarquista, defendia organizações “bottom-up”, isto é, os grandes estados estariam subordinados a níveis locais de decisão e gestão.

Essa capacidade de sobreviver e fortalecer-se diante das instabilidades, quando são negados pelo sistema dominante e expulsos pelos poderes municipais, traduz sua reinvenção anti-frágil. Ainda que muitos não questionem essa ordem, alguns até desejando ser absorvidos pela cidade formal, buscando sair da rua, com empregos e formas de moradia regular, seu insucesso em participar da vida social contemporânea os leva a criar continuamente estruturas urbanas informais e espontâneas. A máxima de sua autonomia, resistindo continuamente aos sistemas de opressão, numa urbanidade invisível, transcende a ordem numa proximidade aos princípios fundamentais anarquistas.

Wigger (2016) aponta questões de transitoriedade da práxis anarquista, uma vez que esta não pressupõe uma utopia teleológica, e sim um projeto cujo futuro é aberto, maleável conforme as mudanças da sociedade. A autora sinaliza para as ações solidárias e o foco no presente como chaves para o movimento anarquista. Assim, as relações sociais sob viadutos e marquises indicam haver uma horizontalidade que pode desafiar as estruturas engessadas de poder mantidas na cidade contemporânea. Entretanto, tal como ocorre com a prática anarquista, seus princípios organizacionais são continuamente marginalizados pelos sistemas hegemônicos mantidos pelo Estado e dificilmente rompem essa dominação.

Constrói-se, portanto, um cenário plural, fragmentado por territorialidades marginais, cujo entendimento é essencial para a compreensão da pluralidade de urbanidades na cidade contemporânea. Os moradores de rua, por opção ou não, resistem e fazem o (im)possível para garantir sua sobrevivência e atender às suas necessidades.

A singularidade da urbanidade invisível apoia-se, portanto, nesse livre movimento e ação. Assim, ao tratar desses territórios, não se pode atuar num âmbito colonizador, pressupondo os limites e parâmetros de ordem homogeneizantes da cidade formal. O plano urbanístico normatizador falha em incluí-los, pois limita sua liberdade de apropriação urbana. Há de se pensar no que é próprio da ambiência errante, da micropolítica em torno de suas ações, sejam elas nômades por paradigmas culturais (no caso dos ciganos) ou meramente resultantes de um processo de exclusão social (como no caso que trazemos dos moradores de rua). Entender que mesmo sem



envoltórias de alvenaria na sua moradia, há necessidade clara de efetivação do direito à cidade. Assim, além de falar de uma política voltada para essa população, é preciso descolonizar as mentes do formalismo hegemônico e reconhecer as distintas urbanidades que se estabelecem fora dos quadrantes técnicos.

Diferente disso, a tentativa de garantir o direito à cidade, para os ainda excluídos, ao pensar num desenho estável e rígido, pode findar numa contradição: a ideologia da Nova Babilônia, que, ainda que proposta como uma cidade móvel, restringe o discurso que pregava a liberdade total e a criação da cidade pelos seus habitantes.

A expansão das cidades contemporâneas, o avanço da produção capitalista do espaço urbano e, sobretudo, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais faz crescer a população que não tem acesso à moradia formal. O morador de rua extrapola as noções formais de habitação, pois é no resíduo do junkspace onde recria o abrigo da sua existência. As novas circunstâncias obrigam-no a resistir simbolicamente à exclusão sócio-espacial, gerando uma rede complexa de relações sócio-territoriais materializadas na precariedade do junkspace.

A presente dissertação ensaiou sobre essa diversidade de relações, que se dão diariamente, numa urbanidade espontânea, invisível à cidade formal, mas não menos autêntica. Atenta aos estudos já realizados sobre moradia de rua em outros países, e mesmo em cidades completamente diferentes dentro do Brasil, observei como se dava no caso de Natal. Desde o começo do planejamento da pesquisa, até o momento de pensar em considerações finais, observei na cidade um aumento no volume dessa população, havendo recorrências de grupos em lugares não observados nos levantamentos aqui mostrados (do ano de 2019). No entanto, a forma de organização nesses novos grupos demonstram um padrão semelhante de ocupação, transitório e efêmero. Os territórios escolhidos, próximos a corredores e grandes empreendimentos comerciais, transitam entre a visibilidade, para oferta de doações e a invisibilidade para não serem expulsos pela municipalidade.

As estratégias, independente do local estudado - seja em Natal ou nas demais cidades trazidas pela literatura - são escolhidas conforme os desafios do meio se mostram presentes, demandando sua constante adaptação ao ambiente. O conhecimento do espaço, de pontos estratégicos, bem como a criação de uma rede de cooperação entre os locais (moradores e não moradores de rua) são requisitos

para sua sobrevivência.

Sem intenções de romantizar esses processos, esse panorama trouxe à luz diversos questionamentos acerca como essas práticas autorreguladas - diante da ingestão estatal - se relacionam com a práxis anarquista. Os regimes de trabalho, o sistema de preços, a carga horária, a segurança auto-gerida (uma vez que o governo é omissos em assegurar seus direitos fundamentais), entre os demais aspectos da vida cotidiana e econômica dessa população se mostram baseadas num modelo de trocas voluntárias: um indivíduo qualquer pode oferecer um serviço e, caso o morador de rua enxergue uma oportunidade, pode aceitar ou até negociar o valor, abrindo mão de um turno de coleta de material reciclável, por exemplo.

Pretendo levar tais provocações a uma pesquisa mais profunda, que envolva a exploração desses e de outros territórios informais, na busca por entender as similaridades que guardam em diferentes culturas ou Estados, para que o olhar para a cidade contemporânea seja voltado mais à livre apropriação e menos fruto de poderes centralizadores.

² Desenho de cidade nômade preconizada por Constant (1961), cujo modelo contradiz o movimento situacionista quando congela a urbanidade da recriação nômade num desenho.

EPÍLOGO

Uma das primeiras páginas da crítica à vida cotidiana de Lefebvre (2002) parecia mais um desabafo. Lefebvre contava que o estudo empírico da realidade social requer mais paciência. Não que ele seja mais difícil, mas que quando os conceitos novos que trazemos se confrontam com a documentação empírica, algumas noções prévias que trazíamos assumem um sentido diferente do esperado. Aí ficamos no dilema de não querer abrir mão dos conceitos, mas, ao mesmo tempo, não poder ignorar os fatos. Comecei meu trabalho, buscando a total negação dos conceitos de *junkspace* e, no decorrer da observação empírica, pude observar que o *junkspace* é, sim, negado em alguns momentos, mas em outros, ele é o recurso mais importante para a sobrevivência dos que vivem paralelamente à sociedade formal. As entrevistas mostram muitas contradições. Alguns que buscam se inserir no mercado formal, outros que assumem a liberdade para si, mas condenam práticas que não concordam, como uso de drogas e álcool, por exemplo. Outros ainda fingem morar nas ruas para despertar o sentimento de solidariedade na população.

Talvez o *junkspace* seja isso. Um acúmulo, advindo não só da reprodução de capital, mas do que não fora previsto. Do artificial, congestionado pelo crescimento das cidades que reproduz cada vez mais rendas num mesmo espaço, mas do que cresce desviando-se do planejamento formal, também congestionado, do invisível e espontâneo. Koolhaas (1997), ao resgatar o trabalho de Raymond Hood, mostra como a tendência de concentrar as atividades em pequenas distâncias aponta para um “urbanismo hedonista da congestão” (235), intensificando a incorporação dos mais diversos eventos num só edifício. No caso analisado nesta dissertação, a congestão é continuamente feita e desfeita, nos trânsitos invisíveis dos moradores de rua. Eles dormem, acordam, saem sem deixar rastros e logo voltam. Para Koolhaas, diferente do modernismo, Manhattan se projeta, à medida que cresce, enquanto que, para nós, a moradia de rua cresce sem projeto. Rompe com as premissas ético-estéticas das mais arrojadas teorias da arquitetura, desvia funções.

Há, segundo o autor, um certo teor libertário no manhattanismo, que diz respeito à completa separação entre as exigências funcionais de um edifício e sua composição formal, ao que denomina “lobotomia”. Para ele, o aspecto exterior do edifício mascara as formas de vida e sociabilidade que se desenvolvem dentro dele. Koolhaas não fala na moradia de rua, mas é desse teor libertário que tratamos nos resíduos do *junkspace*. Invisibilizada pela exclusão social, a moradia de rua é capaz de proliferar, analogamente aos inúmeros arranha-céus em Manhattan, novas urbanidades, imprevistas na composição formal de marquises e viadutos. Mas aqui, diferentemente da delirante cena novaiorquina trazida por Koolhaas, são pautadas sob motivações de sobrevivência, e não para reprodução de mais valias.

Para Lefebvre (2002: 230), “o regime que leva o dia será aquele que produz mais prosperidade, mais meios para a ação, mais liberdade - em uma ala, mais possibilidades”. Para nós, esse regime nem sempre é próspero e, no caso dos moradores de rua, é miserável, mas a apropriação livre do espaço está ali, nas urbanidades invisíveis que não somos capazes de apreender em completude pois estamos cegos demais diante da alienação da cidade e sociedade “espetacular”.

AGUIAR, D. **Urbanidade e a qualidade da cidade**. In AGUIAR, D., NETTO, V. M. (orgs.), *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012 (61-79).

AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. In AGUIAR, D., NETTO, V. M. (orgs.), **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012 (61-79).

AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

ATHAYDE, Celso et al. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [1957].

BAG W-Verlag. **Handbuch der Hilfen in Wohnungsnotfällen**: Entwicklung lokaler Hilfesysteme und lebenslagenbezogener Hilfeansätze. Berlin, Düsseldorf, 2017.

Baptista L. Dispositivos e as máquinas do morar. In. Jacó-Vilela AM, Cerezzo AC, Rodrigues HB, organizadores. **Clio-Psyché** – História e memória. Rio de Janeiro: Clio Edições Eletrônicas; 2005. p. 71-9

BAUMAN, Z. & DONKIS, L. **Cegueira Moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BENJAMIN, Walter . **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2001.

BURSZTYN, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

BURSZTYN, M. Introdução // BURSZTYN, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003a.

BURSZTYN, M. Vira-mundo e rola-bostas. // BURSZTYN, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003b.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999 (1942).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DW Brasil. **Desabrigados alemães têm de vencer vícios e burocracia para receber ajuda**. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/desabrigados-alemães-têm-de-ajuda>>.

vencer-vícios-e-burocracia-para-receber-ajuda/a-2199662>. Acesso em 02 de maio de 2018.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FUÃO, Fernando. **Arquitetura e vazio**. Entrevista para Marina Mezzacappa. Revista Comciencia, 2012 <<http://fernandofuao.blogspot.com.br>>. Acesso em 20 de novembro, 2017.

FUÃO, Fernando. **Sob Viadutos**. Disponível em: <<http://fernandofuao.blogspot.com.br>>. Acesso em 18 de julho de 2017.

FURTADO, Edna Maria. **A onda do turismo na cidade do sol**: a reconfiguração urbana de Natal. Tese (Doutorado). Natal: UFRN, CCHLA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

G1. Moradores de rua de SP dizem que guardas levam colchões e até calcinha. 10/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/moradores-de-rua-de-sp-dizem-que-guardas-levam-colchoes-e-ate-calcinha.html>>.

G1. **Profissão repórter acompanha a vida de moradores de rua**. Profissão Repórter, São Paulo. 12 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/profissao-reporter-acompanha-vida-de-moradores-de-rua.html>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

G1. Profissão repórter acompanha a vida de moradores de rua. **Profissão Repórter**, São Paulo. 12 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/profissao-reporter-acompanha-vida-de-moradores-de-rua.html>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

HALL, Peter. **Cidades Do Amanhã**: Uma História Intelectual Do Planejamento e Do Projeto Urbanos No Século XX. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 7a ed. 2015.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. *In*: **Ensaio e conferências**. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Vozes. 2002a [1954].

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. *In: Ensaios e conferências*. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Vozes. 2002b [1966].

HILLIER, B. e HANSON, J. **The social logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Globo (Edição de bolso), 2009 [1932].

JACQUES, Paola Berenstein (Org.) **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2006.

KOOLHAAS, Rem. **Nova York delirante**: um manifesto retroativo para Manhattan. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac & Naify, 2008 [1997].

KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre a cidade**. Grandeza, ou o problema do Grande. A cidade genérica. Espaço-lixo, Editorial Gustavo Gili., 2010 [2001].

Kotányi, Attila ; Vaneiguem, Raoul. Programa elementar do bureau de urbanismo unitário, revista IS 6, 08/1961. In: Jacques, Paola Berenstein (org.), **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. S/D.Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000), 2006.

LEFEBVRE, H. **The critique of everyday life**. Volume II - Foundations for a Sociology of the Everyday. London: Verso, 2002 (1961).

LESSA, Carlos. Os ovos da serpente *In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua*: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1960].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Volume I).

MIEVILLE, China. **A cidade e a cidade**. São Paulo : Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In Bursztyn, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In Bursztyn, M (Org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Enanparq, 2010

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. In AGUIAR, D., NETTO, V. M (orgs.), **Urbanidades** (33-59). Rio de Janeiro: Folio Digital. 2012.

OBDACHLOS in Berlin. **Wer Keummert Sich**. Disponível em: <<http://obdachlosinberlin.de/wer-kuemmert-sich/>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

Os 'bomzhi' – moradores de rua de Moscou. **Médicos Sem Fronteiras** - notícias. 03 fev. 2003. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/os-bomzhi-moradores-de-rua-de-moscou>>. Acesso em 12 de julho, 2018.

PAIVA, Ilana et al. **Direitos humanos e práxis**: experiências do CRDH. EDUFRN, Natal, RN: 2014.

Rede TVT. Massacre da Sé" é lembrado por moradores de rua. 2015. Disponível em: <<https://www.tvt.org.br/massacre-da-se-e-lembrado-por-moradores-de-rua/>>..

RN Invisível. Disponível em: <<https://www.instagram.com/rninvisivel/>>. Acesso em 20 de abril, 2018.

RN Invisível. Disponível em: <<https://www.instagram.com/rninvisivel/>>. Acesso em 20 de abril, 2018.

Russia: Homeless Moscow video blogger finds fame. **BBC** - News from elsewhere. 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/blogs-news-from-elsewhere-33239364>>. Acesso em 15 de julho, 2018.

Sanchez-Cuenca J. Reflexões sobre o papel da assistência técnica na realização do direito à cidade. 17 Mar 2017. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/867391/reflexoes-sobre-o-papel-da-assistencia-tecnica-na-realizacao-do-direito-a-cidade-jordi-sanchez-cuenca>>.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 12, p. 10-14, set. 1996.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOBREIRA, Fabiano. **A lógica da diversidade**: complexidade e dinâmica em assentamentos espontâneos. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em desenvolvimento urbano. Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

TALEB, Nassim. **Antifragile**: Things that gain from volatility. New York: Random House. 2012.

TELLES, André. Rumo a uma ditadura sobre os pobres. *in* WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Paris, Raisons d'agir. 1999.

TVETER, Olympia. **Anarchist Urban Planning and Place Theory**. 2009.

VALENÇA, Márcio Morais. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **Direito à moradia adequada**: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 341-354.

VALENÇA, Márcio Morais. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **Direito à moradia adequada**: o que é, para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 341-354.

VALENÇA, Márcio. A saga de Fester num oitavo andar em Manhattan: ensaio sobre a desigualdade na cidade contemporânea. *in*. BAUCHWITZ, O., MORAES, D., FERNANDES, E. **O homem e o espaço**. Natal: PPGFIL, 2017, p. 299-326.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Paris, Raisons d'agir. 1999.

WIGGER, Angela. **Anarchism as emancipatory theory and praxis**: Implications for critical.Marxist research, *Capital & Class* (40)1,. 2016.

À margem do lixo. Direção: Evaldo Morcazel. São Paulo: Casa Azul e Raiz Produções, 2008.

À margem do concreto. Direção: Evaldo Morcazel. São Paulo: 24 VPS Filmes e Casa Azul Produções, 2006.

O Túmulo dos Vagalumes. Direção: Hotaru no Haka, Japão, 1988, 89 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=luabb7q1M8c&t=31s>>. Acesso em 22 de março 2018.

Stalker. Direção: Andrei Tarkovsky 1979. 161 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gM15pfhcxwl>>. Acesso em 22 de março 2018.

Filmes

Data	Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Já ofereceu moradia?	Trabalho atual
15/05/2019	Baldo	53 anos	13 anos		Divórcio	Zona Norte	Pernambuco	Os pais faleceram. Tem família no Recife e em Natal.	sim	<p>Trabalha com reciclagem (acha um trabalho muito bom) para a sucata (latinha, plástico, papelão). Costuma sair mais à noite, ao Alecrim, Centro, Petrópolis, Tirol.</p> <p>Pelas ruas e no lixo, colhendo garrafas. Trabalha sozinho.</p> <p>"Eu agora tô com problema de coluna, não to podendo puxar carro, aí eu reciclo na mão</p> <p>"Toda hora eu vou (...) eu gosto mais de trabalhar à noite.</p>
							3 filhos, não tem contato. "a raiva que eu tenho é porque quando eles aparecem pra me ver, aí só me encontra lixo. (...) a mãe deles quando vem, traz um pra me ver" - passou 13 anos com ela, ela já tinha 5 filhos.			<p>Durante o dia eu ando por ali, passo da pátria, oidental, tem pessoas que me conhecem e gostam demais de lá.</p> <p>Mandam eu fazer uma coisa, mandam eu fazer outra, entendeu? aí, mas eu fico ligado na reciclagem, é um hábito que eu peguei. Eu me deito aqui pra dormir, aí não consigo, não tenho sono. Fico olhando pra esse teto, as morçoca enchendo o saco, aí eu digo, sabe de uma coisa, me levanto, como alguma coisa, forro os também aí, pego um saco e vou andar, aí consigo os materiais e no dia seguinte, logo cedo eu tenho um trocado pra tomar meu café"</p>

Anexos: notas das entrevistas

Uso de álcool/drogas	Já foi preso	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
<p>Não bebe, mas usa droga (todas). Bebeu muito, mas parou porque afetava as relações amorosas. Ficava fedendo, procurava briga, ficava violento. Os colegas aconselhavam que ele parasse de beber porque ele ficava brabo. Os pais também batiam nele quando ele bebia, etc.</p>	<p>mencionou ter perdido um alvará de soltura</p>	<p>"quantas vezes eu não fui expulso daqui? A polícia chegava, expulsava" - aí ele dorme na calçada, próximo, e então volta.</p>	<p>"agora tá melhor aqui, eu to achando melhor, chegou gente diferente, não é aqueles pessoal que vivia antes aqui, que só procurava encrenca (...) pessoas que aprontam lá fora e vem pra cá e a gente não conhece o proceder, não sabe o que ele fez lá fora, aí os omi chega aqui não vai dizer que ele é errado e eu sou certo, expulsa todo mundo"</p>	<p>"Nunca gostei de albergue. A assistente social, quando veio me tirar daqui, porque o Viaduto entrou em obras, né? aí teve que tirar todo mundo daqui. O que eu pedi ela não deu. Aí alugou casa pra uns e outros não. O que eu queria era um carro pra reciclar, um carro meu pra trabalhar. (...) porque eu disse pra ela assim, se a senhora me ajudar num carro, eu tenho condições de pagar aluguel e sair das ruas. Mas não surgiu essa oportunidade (...) pra quem ela alugou a casa, Não frequenta o centro pop.</p>	<p>"aí o problema, eu não quis ir pro albergue, fiquei aqui mesmo, dormia na hora que eu queria, a mulher que eu varro as portas todo dia, de manhã cedo, me dá um trocado, às vezes me dá comida, o que ela me der eu aceito"</p>	<p>Tem vontade de morar sozinho, sossegado, mas tem dúvidas se se adaptaria a morar em casa de novo.</p>	<p>"o que aparece não presta, aí não adianta" (expliando porque é solteiro). Sei lá, eu acho legal, a liberdade, conhece muita gente, todo canto é minha casa. O baldo é que faz muito tempo que eu tô aqui, mas onde eu chegar, porque eu sou morador de rua, né, então é minha casa. E eu to tão acostumado com essa área Uma parte eu acho [ruim]. Sossego, que eu não tenho. Aqui é na rua. Só tá na rua quem tem coragem. Aqui todo mundo é irmão.</p>
		<p>"eu perdi quase uma mudança completa que eu ganhei, doaram pra mim, mas disseram que estava sendo formação de favela e o caminhão da guarda municipal, da prefeitura veio e levou tudo. Eu aproveitei poucas coisas"</p> <p>"A gente tava aqui aí quando deu fé a polícia vinha e espancava, botava pra correr, por causa</p>		<p>"aqui no Baldo tem banheiro, tem água, tudo. (...) agora de noite eu tenho medo de tomar banho aí,</p>	<p>"Depois que você faz amizade aqui, há 14 anos que eu tô por aqui."</p> <p>"Aqui passa sopa todo dia (...) comida não falta, graças a Deus"</p>		<p>Eu acho bom morar na rua e acho ruim... porque meu amigo veio com aquela mulher, ela se separou, nós também não brigamos, nós somos amigos. aí eu não liguei de ir pra casa, eu mesmo que não quis mais ir pra casa. Ela veio mais três vezes aqui, mas ela gosta de cachorrada, de bagunça, aí eu peguei e me encuquei com ela, disse que ela não viesse mais não.</p>
				<p>tem pegado."</p>			

de álcool/drogas	Já foi preso	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
<p>bebe, cachaça.</p>	<p>Sim, pelo uso de drogas. Depois de ser preso, foi pra casa da mãe.</p>		<p>Morava ali embaixo, no Passo da Pátria com a mãe, mas devia muita satisfação e preferiu sair.</p>	<p>Pouco frequenta hospital, não frequenta albergue.</p>	<p>Vontade? não é vontade. Eu levo o que Deus quiser.</p>		<p>Tem outro irmãozinho que pega o carrinho ali, vai pra Cidade, vai pro Alecrim, cada um tem um destino. Sempre digo a eles: "você têm tudo, ainda abusa da bondade". Tal, os irmão acordam você para comer, toma cachaça, curte sua parada, dorme a hora que quer, acorda a hora que quer. Quer beijar, beija, quer coisar, coisa. Vontade? não é vontade. Eu levo o que Deus quiser.</p>
<p>quele pilastro tavam usando droga na parada e fazendo cidade por ali e eu blequei sempre tem um canto vivo para cada um usar sua a, porque passa idoso, criança.</p>				<p>o NA (narcóticos anônimos) é um centro assim de só por hoje. Você tomou uma droga, ou tomou cachaça, aí quando você passa o dia só por hoje, o adicto, porque você não sabe o dia de amanhã (...) quando você tá por ali na avenida, aí você vai cada um tem uns 5min pra falar sobre a sua realidade da vida.</p>			<p>Se você for um homem de atitude, tem muitas coisas: ou pega um carrinho de reciclagem, ou pega uma caixa para vender uma água, tem um estacionamento pra pastorear um carro. De tudo tem. Deus deixa tudo na terra para você viver.</p> <p>Tem o hordrio do cossego. Quando chega dez horas aqui, não pode tá gritando, nem chamar nome não Aqui é proibido chamar nome e tá gritando, porque passa idoso, passa criança. Sempre eu faço uma Rzinha aqui (Reunião).</p>
							<p>Porque aqui quando chega uma pessoa desconhecida, um negócio assim, (...) eu não sei o procedente das pessoas. (...) Não sei o que foi que ele fez lá fora. Se ele mexeu alguma coisa. Aí tá aqui, se tu tá junto dele, tu é igual a ele, se tu apoiar.</p>
							<p>Se não puder ajudar (...) por causa de um, todos pagam. Aí eu digo logo: é melhor você sair no amor, que na dor. Porque se você compra uma batatinha, uma batatinha podre, e bota no meio do saco, ela apodrece tudinho. Aí não pode, vai ficar no meio, pra tá apodrecendo, entrando na mente de um, na mente do outro. (...) muitos só vem e pensam em dinheiro. Veio um aqui com 50 conto querendo mandar em tudinho. Hoje em dia, a palavra fere mais que a pancada.</p> <p>Tem a noite, cada um tira sua noite.</p>
							<p>Eles tão com um plano aqui, de tirar nós daqui (...). O mais observado aqui sou eu.</p>

Data	Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Já ofereceu moradia?	Trabalho atual	Usos
Baldo	58 anos	4 anos	Artesão	Os pais morreram, e veio vê-los. Ficou, perdeu os documentos, recorreu ao centro pop pra ter acesso ao documento e ao bolsa família.	MG, apesar de não ser mineiro	Rio de Janeiro, norte de MG, morava com a mulher.			não; tampouco se inscreveu no MCMV	Artesão - brico, pulseira, etc. Vente nas festas, em bar, nas praias..	
						Já nas ruas foi a Pernambuco, voltou de novo.				Praia do meio, ponta negra, às vezes quando tem festa.	
						"não gosto de ficar só em um lugar, mas volto pra cá de novo, sou daqui né" "o lance é que de repente e é o costume que você fica"				"trabalho pra ninguém não. Sabe porque eu não trabalho pra ninguém? pra não dar boa vida a patrão. Eu sou tipo assim, separatista, entendeu?"	

de álcool/drogas	Já foi preso	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
	nunca foi preso por crime, mas já chegou à delegacia por desordem.		proximidade com as instituições	Sim, diz frequentar o centro pop, o albergue. Toma banho no carro de rua. O albergue só abre a noite e de dia a gente fica de castigo no meio do mundo	"eu fico numa boa, e você também não pode ter uma inimidade, sabe como é, você de repente fica assim, muito exposto, não tem talvez certa.. uma liberdade, você não está dentro de quatro paredes, você está numa situação que todo mundo passa e está vendo o que você está fazendo, sabe como é, não é aquela liberdade que uma pessoa que está em quatro paredes tem. Então você tem que ficar	"olha, se eu for pra uma casa, eu não me sinto mais bem. não gosto de dar satisfação às pessoas, (...) se passar por mim e não olhar pra mim, melhor pra mim (...) não gosto de certas coisas, hipocrisia, de certas pessoas"	"acho bom, sabe como é, não acho ruim. Tem aquele ditado que se você não gosta do inimigo, se junta a ele" "eu me sinto muito longe, longe demais, longe de tudo, mas ao mesmo tempo, tão perto de mim (...) pra mim mesmo eu to longe demais das coisas (...) é o destino, ninguém escapa do destino" "trabalho pra ninguém não. Sabe porque eu não trabalho pra ninguém? pra não dar boa vida a patrão. Eu sou tipo assim, separatista, entendeu? cada um com seu cada qual"
	já sofreu agressão da polícia, querendo saber o que estava fazendo, etc.		"olha, esse viaduto tá quebrando até um galho, porque se quisesse ficar na sombra ia ficar onde? porque não tem espaço"	"o centro pop aqui, que ajuda também as pessoas a desenvolverem um documento, entendeu? o bolsa família, um conselho, uma palavra de conforto que eles tem aí, apoia nesse sentido aí. E tem o albergue ali também, você pode entrar às sete horas da noite, tomar um banho, jantar, tem uma tv.	"quem tá na rua não pode ter inimidade, porque tá dormindo de bobeira e o outro pode fazer uma covardia contra você. Tem que fazer amigos, porque morar na rua é uma arte"	Vontade de conhecer outro lugar, ir pra cidades diferentes, conhecer pessoas diferentes.	"pergunta assim, você é morador de rua? eu não sou morador de rua, não comprei nenhuma rua nem aluguel. A rua é de todos" "pedir é uma coisa difícil. Não é todo mundo que pede. Pedir é uma arte"
				"você não pode com aquela coisa, se junta a ela, né"	"Respeitar as pessoas e ficar na sua"		"isso não existe. quem tá em situação de rua ninguém é bandido não (...) todo mundo aqui se conhece"

Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual
Baldo		6 anos		separou-se da esposa	Felipe Camarão			reciclagem
				"eu não ia ficar com a minha mulher, discutindo, pra eu não bater nela, nem ela bater em mim, eu resolvi 'fica aí que eu vou seguir minha vida' e até hoje to seguindo"				

Uso de álcool/drogas	Já foi preso	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?
			"a cobertura pra nós, é um teto"	tirou o documento no centro pop		saiu da entrevista pra se internar em Pium, num centro de reabilitação. Buscaram-no de carro.
				está tentando entrar no albergue de novo "pra ter pelo menos uma dormida um pouco melhor"		
				"eu no caso do albergue, às vezes pra fumar um cigarro, saí duas vezes e não deixaram eu dormir, então preferi aqui porque durmo a hora que eu quero, acordo a hora que eu quero, tem comida a noite inteira aqui, tem tudo, tem kit essas coisas (apesar de eu também compro minhas coisas) roupa eles dão aí, eu pego quando eles dão, lençóis, então preferi ficar mais aqui que no albergue, porque era pra eu ficar até maio no albergue, até junho no albergue, mas eu saí logo, dona celma me tirou daqui porque eu era apocentado e não podia ter o serviço daí"		

Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual
Baldo	58 anos	3 meses	Sargento das Forças Armadas	separou-se da esposa e "vim pro albergue e pro pop"				aposentado
								"eu recebo auxílio do exército, to aqui por opção mesmo, com medo de morar sozinho num canto"
								recebe 1 salário mínimo
Baldo		6 meses	trabalhava em banda, viajando	separou-se da esposa	parnamirim		6 filhos	
Baldo		3 anos no baldo				já morou em calçada sozinho		pedinte
								recebe dinheiro de aposentadoria, mas continua na rua
								vende desinfetante e água sanitária - Santarém, pajuçara, com o carrinho de mão puxando

Uso de álcool/drogas	Já foi preso	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?
"vai tomar uma ali pra que se aqui não falta cachaca?" (Marcelo respondeu quando eu perguntei se Canidé não sala dali pra nada)			"como recebo auxilio do exército, nem eu posso ter mais auxilio nem moradia, aí fico aqui"		Tem vontade de alugar um quartinho porque ali quando choveu esses dias, levou tudo!
			"aposentou, não entra no albergue"		
		O albergue em Parnamirim estava cheio, aí "vim com um colega meu pra cá, aí fiquei)	frequentava, mas perdeu a vaga (quando falta duas vezes, perde e vai pra lista de espera e a prioridade é pra quem chega novato)		
		disse que no baldo foi melhor acolhido	"tem pessoas que vem de noite e dá uma sopa, um negócio, um conforto pra nós, um lençol e aqui tem pessoas que tem profissão mas a oportunidade de emprego é tão difícil pra nós trabalhar. O que é necessário, pegar um carrinho e sair reciclando, pedir ajuda a um e a outro. E tem pessoas de coração bom que ajudam, igual você que tá vindo aqui, nem todas as pessoas tem coragem de chegar aqui e dar atenção a nós, do jeito que você tá falando, pensa que nós somos vagabundos, drogados, o que seja"		

Local da entrevista	Idade	Trabalho atual	Uso de álcool/drogas	Já foi preso	Já foi expulso?	Porque escolheu ali
Baldo	25 anos	Reciclagem				"é porque é mais perto do almoço"
		"de vez em quando aparece um bico aí, alguma coisa pra fazer, vem alguém atrás de gente pra trabalhar, limpar um mato"				"aqui ninguém mexe com ninguém, ninguém faz mal a ninguém, todo dia tem dois seguranças, duas pessoas ficam aqui, vigiando de um lado e do outro"
		"nas ruas aí, Barro Vermelho, Alecrim.."				"segurança daqui é nós mesmo, é escalado"
		"é porque cada dia tem pronto, esses apartamento, esses condomínio, aí tem um dia que eles colocam todo o lixo da semana para fora aí vem plástico, papelão, tá entendendo, muito vem mais latinha de cerveja, aí nós que recicla na hora"				
		"ele dá o carro pra pessoa reciclar e vender a ele, é o dono da reciclagem"				
		R\$ 0,11 - papel 0,18 - plástico				
		"antes de passar o carro aí nós vai"				
		Seg - barro vermelho; ter - Alecrim; à noite é mais na cidade (papelão) que tem as lojas				
		"se quiser sair de manhã, sai de manhã, depois do almoço, e se quiser sair à noite, sai à noite, mas a gente não gosta de trabalhar muito não também (risos) é porque é pesado, mulher, um carro desse aí cheio de caixa de papelão" "até cavalo sofre na subida, imagina nós puxando"				

Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança
	<p>eu me identifiquei muito com as pessoas daqui, tá entendendo? não é questão de morar na rua porque minha família tem condições, é porque eu não gosto de abusar da minha família não</p>
-----	<p>"um dia desse tava mais cristiano, parou uma mulher aí fez, deu 4 reais a ele, aí eu disse: 'me de dois, porque é a metade metade', né, porque quando cai duas pessoas, o que ele ganhar aí divide, tá entendendo? aí assim, a mulher disse, dei os quatro reais a ele porque eu fiquei com pena porque ele não colocou o burro pra puxar, ele que tá puxando a carroça, aí eu disse 'mas tá vendo, a mulher ainda tirou uma onda dessa com cristiano', não quis chamar ele de burro não, mas chamando"</p>

Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual
Baldo		13 anos (no baldo só há um mês; antes passou preso, em casa de recuperação, etc.)	Baixinho é de Duque de Caxias, RJ, mas o pai trouxe com 4 anos pra Nísia Floresta. Sempre revoltado porque não conheci minha mãe, por isso que eu to aqui embaixo. Al quando eu completei 12 anos meu pai morreu, alcoolatra, al de 12 anos eu segui a minha vida de novo, consegui casa, consegui casar, casar não, se juntar, al depois perdi tudo, por causa de cadeia. Teve um tempo que eu tive que roubar pra manter meus vícios. hoje eu respondo. hoje eu to aqui.			<p>pastorador</p> <p>"quem tem um ponto de carro que veve na rua em Natal, ele consegue um trocado todo dia, e eu consegui conquistar esse ponto antontem, então todo dia eu tenho meus trocadinhos"</p> <p>aqui na clínica</p> <p>"entao todo dia eu tenho meus trocadinhos, ajudo meus amigo a tomar uma, a fumar uma massa quem gosta de fumar, uma pedra quem gosta de fumar, nós todo dia chega aqui, pega uma cachacinha, paga uma maconhazinha"</p> <p>Hoje eu consegui um amigo pra ajudar no estacionamento, que é o Scooby, mas só que o Scooby começou a cair no meio da pista"</p>
						<p>"todos os lugares que eu consigo de ponto tem igreja perto" - igreja do Galo, por ex. "aqui a igreja da irmã"</p> <p>vai pela fé. assiste a missa, guarda o carro..</p> <p>"todos os lugares que eu consigo de ponto tem igreja perto" - igreja do Galo, por ex. "aqui a igreja da irmã"</p> <p>vai pela fé. assiste a missa, guarda o carro..</p> <p>"depende da tua ideia, pra o carro que você encosta" "às vezes você encosta 10 carros, mas você não precisa dos 10 carros, você precisa da ideia de algum daqueles encostar e você falar sua situação, a sua preciação e às vezes um carro daquele te dá 100, te dá um emprego, te leva pra uma clínica, te ajuda, então não precisa dos 10 carros, precisa da sua realidade"</p>

Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Citações
"aqui ninguém é expulso, aqui só é expulso quem for três, quem for 2 fica todo mundo"	"tem as pessoas específicas pra morar no Baldo, apesar de serem pessoas de rua, aqui temos nossas regras, pra que não possa mexer em nada ninguém, aqui um respeita o outro, nós veve na mesma coisa, no mesmo sofrimento, então não pode mexer em nada de ninguém, então tem as pessoas específicas pra morar embaixo da ponte. Não é todos que chelgam e moram embaixo da ponte"	a única referência que nós temos aqui ou é o centro pop, que também não é lá grande coisa, quando tem tempo de entrar, eu durmo no albergue. Se não tiver vaga, eu durmo por aqui, durmo no Nordesteão, durmo na C&A	frequenta a Cidade, a igreja do Galo.	"eu sei lá se vem alguém lá pra cá e ninguém sabe se vai fazer uma malícia com você ou algum mal, então tem as pessoas específicas pra morar com nós"
			cai só daqui pra ali pra tomar uma	"na hora que passa o efeito da cachaça, ou da droga, aí você começa a sentir dores, mas depois que começa a tomar uma aí começa a se animar, a trabalhar de novo, a correr atrás de um
	porque aqui o pessoal ajuda, os irmãos passam, o centro pop é um apoio. Aqui é um canto onde se você chega não falta cumê, não falta droga, não falta bebida, não falta nada. Quem chega nesses cantos não consegue cair mais pra resolver sua vida. Sei que eu to aqui, fazendo confusão pela outra gostosinha que o cara levou.			"com certeza aqui você não leva esse perdido"

Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Trabalho atual
Baldo		4 anos	Magazine Luiza, Conjol, Coca-cola	também recebe bolsa-família e pensão pra mulher
				"mangueia" nas paradas de Cidade Alta, sempre próximo comércio.
			fazia entregas	"mangueador não pode falar não (...) tem que saber convencer"

Local da entrevista	Idade	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual
Baldo		1 ano	formado em psicologia, ex-prof de inglês	a mãe morreu		já morou na Irlanda		pedinte
						praia do meio		"não é muito mais fácil pedir que carregar um carro?"
						morou na rua na Inglaterra, casou-se com uma alemã		

a, mas paga
ônibus: Alecrim, a lugares de
ir muita besteira "carcar"

Vontade de sair?
a mãe ofereceu 200 reais pra ele voltar ao passo da pátria, mas ele não quis. Ela é evangélica

	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
	a apresentação do só por hoje, é porque o dia mais importante é o dia de hoje. aí fica mais ameno			"eu vou me acordar de manhã, pra fazer um negócio que não é meu, pra pagar imposto? (...) "aí vai, tem carteira assinada, aí volta pra casa, aí chega, aí não pode nem tomar uma cachaça, uma coisa, aí fica naquele
m	passou dois dias dormindo no albergue e começou a ter alucinações pela abstinência do álcool, aí voltou a dormir nas ruas			sobre SP: "lá em SP é o pessoal trabalhando 24/48, aqui o pessoal é mais devagar"
	aí mesmo o (apontando pro centro pop) se você tomar uma dose na hora do almoço e chegar, aqui ele manda soprar. Você accopra e se ele sentir cheiro do álcool você não almoça. Eu não faço mais nem questão. Aí muitas vezes o saco de lixo aí. Se você ver o saco de lixo que sobra pras			se você ver o sid 10 (das doenças internacionais), o alcoolismo é uma doença
	A pessoa se estiver bêbado, tombando, aí é uma coisa, mas a pessoa tomar uma dose? (...) se ele ver dali você tomando uma dose você já é barrado.			

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual	Uso de álcool
Esquina miranda	38 anos que mora na rua.	Porque eu não gosto de tá em casa. Depois que minha mãe morreu, minha filha, eu vim pro meio da rua. Só gosto de tá em casa quando minha mãe era viva, perdi minha mãe, perdi foi tudo na minha vida"	Ela morava em Felipe Camarão (depois que cresceu já foi 'junta' três vezes)	Regi - dormia lá em cima, na loja de carro que tem na Alexandrino. Tiraram o pessoal de lá, mas ele caiu antes porque o pessoal lá bebia muito e ele não queria confusão.	Mora com o marido	Passa mais tempo cuidando dos pertences do grupo, e dos cachorros, mas também sai com a carroça	aquela bebida bolinha que nem tem tempo de cacá violado
	mora nas ruas há 46 anos (+ de 30 no miranda)	Reginaldo sempre viveu na rua, que a mãe dele abandonou e o pai criou com papa de farinha	Regi - dormia lá em cima, na loja de carro que tem na Alexandrino. Tiraram o pessoal de lá, mas ele saiu antes porque o pessoal lá bebia muito e ele não queria confusão.		"meus irmão hoje em dia, a maioria é tudo safado"	todo dia às 18h vão pro Miranda, voltam às 4:40 da manhã. Tavam os pertences na carroça	
	6 anos juntos os 2					Pegam cacca de milho, feijão (quarta, sábado) para os animais comerem	
						não pega reciclagem. Só junta alumínio e entulho.	
						Tem um carro de carga e um de passeio tem um cartãozinho de visitas	
						Lagoa Seca, Potilândia, Nova Descoberta, Ponta Negra, morro branco, normalmente nos prédios	
						Não costuma ir ao alecrim por causa do trânsito e porque não costuma dar muito material.	
						junta lenha o ano todinho pra vender.	
						Rosi pega milho na ceasa pra vender - monta uma barraca de acampar, perto dos padres. "vou vender milho, até o São João"	
						Av 6, 11 com a 10. Prudente	

de bol/drogas	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
<p>ninguém e não. só uma inha de vez em ndo. álcool n pensar. onde álcool só cabaré, horrada, ência</p> <p>"sabe que a gente não mexe em nada de ninguém, deus me livre, esse costume aí a gente não tem não, o que a gente tem é o pouco como pobre da nossa batalha, né roubando não"</p> <p>"né porque a gente vive na rua que a gente é ladrão não"</p> <p>"Faz tempo, tira a gente dali não, o ladrão assaltou, quando o foi, o dono mesmo veio, seu Miranda, falar com a gente. (...) conhece meu marido, há muito tempo que a gente dorme ali"</p> <p>"todo mundo gosta da gente lá, brinca com as cachorras, os gerentes, tudinho"</p> <p>os prédios novos, o pessoal tentou tira-los daqui, Regi disse: "mas só que, eu digo pra eles, antes de eles virem pra lá, a gente já vivia aqui"</p>	<p>a gente pra não ficar perto de quem faz, é melhor ficar longe</p> <p>tirou no centro pop, a identidade. "de vez em quando eu vou lá que tem as coisas pra resolver"</p>	<p>Comida - às vezes doação, às vezes compra. Todo dia passa comida no miranda. Eles não saem para buscar comida. por isso que nem liga pra fazer janta. "ele ia comprar carne seca e macaxeira, eu disse não que nós come lá no miranda, guardar o dinheiro, poupar é melhor não é não, se lembrar do dia de amanhã. quem</p> <p>Regi - O pessoal discrimina muito. A gente que mora na rua é discriminado. Olha. a gente tá aqui numa boa danada, se passar alguém bem vestido ali, eles esconde celular, esconde bolsa, aí chega um cara bem vestido e</p> <p>Banho - no miranda tem uma bica</p> <p>pior parte - higiene, mas recebe doação de absorvente, material de higiene</p> <p>Necessidades - Ela vai no terreno do lado</p> <p>Tinha água naquele terreno, eles foram e cortaram</p>	<p>Pensam em ir pro interior - cria uma galinha, um pato, um carneiro. se eu tiver uma casa num interior eu vou.</p>	<p>Tenho uma cacinha alugada também, ali, perto do cartório. - e por que você tá aqui? porque eu vivo na rua, não gosto de lá, não gosto de casa não. mas vou sair, vou entregar, só esse mês, dia 15, aí não to mais lá não. Aí eu volto pra minha rua, não já vivo na rua? pra que eu tá pagando aluguel?"</p> <p>paga aluguel há dois anos</p> <p>assaltaram o miranda, 5 bicho armado. (ninguém machucou ninguém - eles estavam dormindo, soou alarme mas já tinham levado tudo)</p> <p>"quem vive na rua vive em todo canto. um dia tá ali, outro dia tá ali"</p>	<p>Regi - "rapaz já embaçaram já, mas não resolve nada"</p> <p>Roci "eu disse a ele que só sala daqui quando eles me dessem uma casa"</p>	

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Família	Trabalho atual
Baldo	3 meses	Tá na folga da embarcação, mas chegou no baldo pq se separou da mulher, ela queria interná-lo por causa da bebida; aí ele conhecia seu Canidé. A família também queria interná-lo.	Morava no Passo da Pátria com a Esposa		tem duas gêmeas de 10 anos (eram 3, uma morreu) e um menino de 4	trabalha embarcado, transporta uns biólogos e um pessoal da marinha pra Fernando de Noronha. Trabalha um mês e folga 15 dias. da Norte pesca depois capitania pega um sargento um cabo e um subtenente + 4 biólogos e leva pra Fernando de Noronha
Baldo						Reciclagem
						semana passada foi bater lá no conchinchim
						por ali, só a praça dos gatos mesmo
						tem os dias do carro da coleta.
						segunda-sexta de manhã, praça dos gatos
						cada prédio tem uns 20 tambores de lixo, t cata, amarra de novo, bota no tambor de novo, sem jogar lixo na rua, porque se rasga eles proíbem
						anda sempre pela hermes, na aabb (é o po fixo); vai lá, fala com o vigia, você entra, a lixreira fica de lado do lava-a-jato; entrei de do quartel uma vez, mas jogaram eu pra fo na vila militar.
						o que dá pra dividir eu ganho só "já não é quase nada"

Uso de álcool/drogas	Já foi expulso?	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Relação com a vizinhança	Vontade de sair?	Citações
goso						Estava preocupado com Scooby morrer por causa de álcool.
caí						
ina						
ira,						
ar						
into						
ntro						
ra,						

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	F
Praça dos Gatos (reciclagem)					a in n a n le o a n f
Em frente ao Nordesteão	> não mora mais nas ruas. passou 1 mes morando nas ruas só (Banco Nordeste)	Brigas com o padrasto		Disk mora onde passa mais doação, ou onde não chova.	A re v
				Jackson Hoje mora em Mãe Luiza	
	dorme la um dia e volta pra casa (panatic) no outro dia				
	> dorme na clinica (DNA center)				

família	Trabalho atual	Uso de álcool/drogas	Porque escolheu ali
<p>a filha mora no interior com a mãe dela, faz quase 3 meses que não as vê, em presente levou, só uns salgadinhos pro aniversário dela. em pro aniversário.</p>	<p>pegou o carro em d. Leda</p>	<p>bebe e fuma, mas fuma mais maconha.</p>	<p>já está pensando em sair do baldo pro nordestão pq no baldo é mto difícil parar de beber "os caba amanhece logo com a garrafinha", "eu bebo, mas ali, por mais que não queira, vc tá lá e bebe e fode o cara"</p>
	<p>normalmente ele pastora carro, mas como estava chovendo, ele foi pra reciclagem.</p>		
	<p>Pastora perto da igreja Santa Teresinha perto do hosp São Lucas mas quando tá chovendo fica fraco aí ele vem com os cara da reciclagem</p>	<p>> naquele dia ele estava com Maxuell, que mora no nordestão</p>	
<p>a mãe mora na pedrinha, no fds às vezes vai lá</p>	<p>Durante o dia ele fica em casa e vai lá a noite, depois da novela.</p>		
	<p>Tem dia que não passa nada.</p>		

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde mora na vida
Em frente ao Nordesteão	20 anos			

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Trabalho anterior	Motivação para as ruas	Moradia anterior
Baldo + reunião pop rua	em natal, há 5 anos	Garçom, motoboy	A mãe morreu, e tem muitas divergências com o pai.	Morou em bsb 40

rou	Família	Já ofereceram moradia?	Trabalho atual
	5 netos, moram em cidade nova	pega o rango ali e pega o beco - dorme na miocárdio.dorme ele e mais uns 3	Flanelinha, na campos sales, afonso pena, DNA center
			Trabalha pros outros, aluga estacionamento dos cabeça do tráfico, mas não é muito fixo não.
			25, 20 conto a diária pra você dar pra ele e tirar o seu

anos

Porque escolheu ali	Frequenta instituições?
Pela proximidade com o albergue e centro pop	Dorme no albergue

Local da entrevista	Tempo em que mora nas ruas	Motivação para as ruas	Moradia anterior	Locais onde morou na vida	Já ofereceram m
Em frente ao Nordesteão	Desde 2005, mas não direto, 2005-2012 foi direto	Começou a usar crack, saiu do emprego e foi pra rua	Quando veio do Pará pra cá, foi pra pn, em 2002	Já morou nas ruas no Pará, Maranhão, Piauí, RN, Paraíba e Pernambuco, 7 estados	Já passou um tempo em um pessoal hippie na praia
			Ou barraca, ou rua, nos alpendre, ou casa de parente, mas casa de parente não é sua casa	sempre tem uma guaritazinha pra dormir. Já morei aqui, na redinha, praia do meio, fica migrando sempre, tá entendendo?	Mes passado o rapaz ofereceu um barco na redinha. aí outro se ofereceu o barraco pra gente ficar,
	1 ano e seis meses	foi por causa de Everton			

Moradia?	Trabalho atual	Uso de álcool/drogas	Porque escolheu ali	Frequenta instituições?	Vontade de sair?
Tempo com e na	Artesanato - passou um tempo sem nada porque nem tem alicate.	Usa - vai no passo, redinha, morro, todo lugar aqui tem droga	Pela facilidade de alimento e dinheiro pra conseguir droga.	Nunca gostei de albergue, ou barraca, sempre andei com barraca,	A gente sempre faz por onde sair da rua
apaz na Senhor já co pra a	Quando não tem trampo pra vender, o jeito é pedir. Eu pedia mais na Januário Cicco, mas eu to pedindo mais no centro da cidade porque tem o restaurante popular, aí tem a sopa de 50 centavos, aí você vai pra fila lá e lá mesmo você consegue.		Saiu do banco nordeste porque tem muita gente, aí vem umas pessoas que não é de rua. Ali ó, vem umas mulher com uma ruma de menino uma ruma de criança, aí chega uma pessoa pra dar uma bermuda aí não tem como pegar porque eles correm tudo em cima, pessoal que não é de rua, aí a gente sempre tá se afastando desses lugares. Pronto, ali antigamente dormia só eu e um amigo meu. Antigamente a sopa passava lá na praça cívica, sopa quentinha, tá entendendo, e as outras coisas passavam lá, aí devido ao tumulto, aí o pessoal começa a ver muita gente que não é de rua pra pegar comida (...) pq eles fazem essas coisas pra quem mora na rua, aí o povo do morro, o ninguém passa fome perto do centro da cidade não. café almoço e janta lá no restaurante popular	Centro pop eu sou inscrito lá só que eu não gosto de lá por causa daquela favela que tem lá, debaixo do baldo. (...) Muito tumulto, o pessoal quando tá bebo, muita confusão, aí eu procuro estar fora desses ambientes.	
	Vende os artesanatos do marido				